



BCEAO

BANQUE CENTRALE DES ETATS
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

RELATÓRIO ANUAL 2018

VERSÃO RESUMIDA



RELATÓRIO ANUAL 2018

(versão resumida)

ÍNDICE

MOMENTOS IMPORTANTES DO BCEAO EM 2018	9
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIGRAMA DO BCEAO	17
MENSAGEM DO GOVERNADOR	33
VISÃO GLOBAL	35
I – CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	38
1.1 - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO INTERNACIONAL	38
1.1.1 - Actividade económica nos grandes países industrializados.	38
1.1.2 - Actividade económica nos países emergentes e em desenvolvimento.	38
1.1.3 - Mercados financeiros e de matérias-primas.	38
1.1.4 - Medidas de política monetária e mercados cambiais.	42
1.1.5 - Empregos e inflação nos países industrializados.	45
1.2 - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA	45
1.2.1 - Produto Interno Bruto e evolução do setor real na UEMOA.	45
1.2.1.1 - <i>Produção agrícola</i>	46
1.2.1.2 - <i>Produção mineira</i>	47
1.2.1.3 - <i>Produção industrial e volume de negócios do comércio</i>	47
1.2.2 - Evolução da inflação	48
1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa.	49
1.2.3.1 - <i>Evolução das operações financeiras dos Estados</i>	49
1.2.3.2 - <i>Mobilização de recursos e situação da dívida externa</i>	50
1.2.4 - Evolução da Balança de pagamentos.	51
II – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA	53
2.1 - OBJECTIVO DA POLÍTICA MONETÁRIA	53
2.2 - ACÇÃO MONETÁRIA	53
2.2.1 - Política das taxas de juro	53
2.2.2 - Operações de open market	53
2.2.3 - Acções nos balcões permanentes de refinanciamento	54
2.2.4 - Dispositivo das reservas obrigatórias	54

2.3 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS	55
2.3.1 - Posição externa líquida	55
2.3.2 - Créditos internos	55
2.3.2.1 - Disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central	56
2.3.2.2 - Disponibilidades sobre outros sectores	56
2.3.2.3 - Centralização dos riscos bancários	56
2.3.3 - Massa monetária e base monetária	57
III – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	59
3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO	59
3.2 - MERCADO INTERBANCÁRIO	61
3.3 - MERCADO FINANCEIRO	62
3.3.1 - Mobilização de recursos pelos Estados	62
3.3.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional	62
3.3.1.2 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional	63
3.3.2 - Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM)	63
3.4 - ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	64
3.4.1 - Acções em matéria de estabilidade financeira	64
3.4.1.1 - Preservação da estabilidade financeira	64
3.4.1.1.1 - Reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União	64
3.4.1.1.2 - Outras ações que contribuem para a estabilidade financeira	65
3.4.1.2 - Reforço da supervisão bancária e financeira	65
3.4.1.2.1 - Reforma prudencial	65
3.4.1.2.2 - Exercício do revisor de contas junto das instituições de crédito da UMOA	66
3.4.1.2.3 - Leis bancária e do microcrédito na UMOA	67
3.4.1.2.4 - Sanções pecuniárias proferidas pela Comissão Bancária	67
3.4.1.2.5 - Pagamentos relativos a relações financeiras externas e sistemas de pagamentos	67
3.4.1.2.6 - Identificação das instituições bancárias com relevância sistémica	68
3.4.2 - Acções a favor da inclusão financeira na UEMOA	68
3.4.3 - Promoção de Gabinetes de Informação sobre o Crédito (GIC)	69
IV – GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS, DOS SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO E DE RESERVAS CAMBIAIS	72
4.1 - GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA	72
4.1.1 - Saques e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO	72
4.1.2 - Composição da circulação fiduciária	72
4.1.3 - Movimentos das notas externas nos balcões das Agências do BCEAO	72
4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO	73
4.2.1 - Sistemas de pagamento regionais da UEMOA	73

4.2.2 - Segurança e modernização dos sistemas e serviços de pagamento	74
4.2.3 - Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para maior inclusão financeira	75
4.3 - GESTÃO DAS RESERVAS DE CÂMBIO.	76
V – QUADRO INSTITUCIONAL, ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.	77
5.1 - ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	77
5.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA.	77
5.1.2 - Conselho de Ministros da UMOA	78
5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO.	81
5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO.	85
5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO.	86
5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO.	88
5.2.1 - Gestão dos recursos humanos	88
5.2.1.1 - <i>Pessoal</i>	88
5.2.1.2 - <i>Formação</i>	89
5.2.2 - Património imobiliário.	92
5.2.3 - Sistema de informação e de comunicação	93
5.2.4 - Dispositivo de gestão dos riscos e actividades de supervisão.	93
5.2.5 - Dispositivo da supervisão de gestão.	96
5.2.6 - Sistema de gestão da qualidade do BCEAO	97
5.3 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.	97
5.3.1 - Cooperação monetária e financeira	97
5.3.1.1 - <i>Relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI)</i>	97
5.3.1.2 - <i>Relações com outras instituições</i>	97
5.3.2 - Integração económica e monetária	98
ANEXO	100
LISTA DOS GRÁFICOS	
Gráfico 1: evolução dos preços do petróleo.	40
Gráfico 2: evolução dos preços da borracha	40
Gráfico 3: evolução dos preços do café	41
Gráfico 4: evolução dos preços do cacau	41
Gráfico 5: evolução dos preços do algodão	42

Gráfico 6: UMOA – expansão da moeda	57
Gráfico 7: Evolução do pessoal do BCEAO	88

LISTA DOS QUADROS

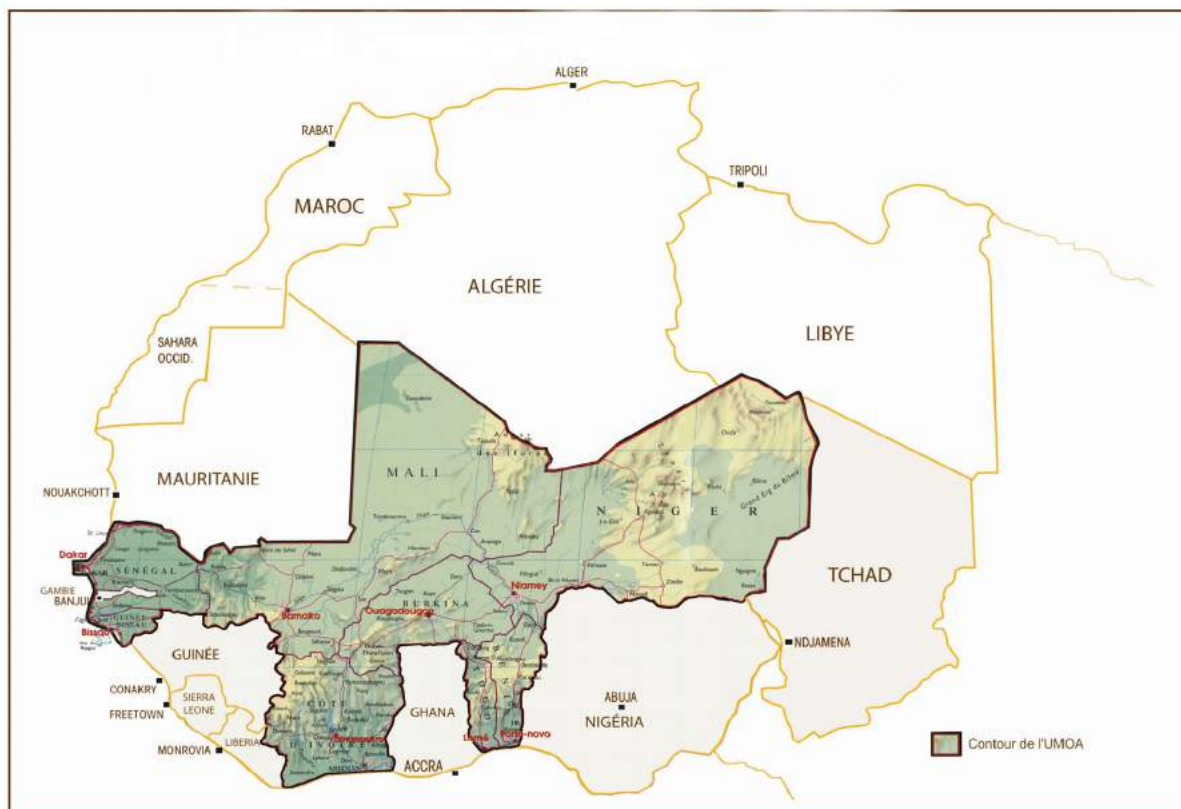
Quadro 1: evolução das taxas médias anuais de câmbio.	44
Quadro 2: evolução das taxas médias trimestrais de câmbio.	44
Quadro 3: variação dos preços no consumidor em 2017 e 2018.	48
Quadro 4: Situação das finanças públicas em 2018	50
Quadro 5: coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos.	55
Quadro 6: expansão de moeda	58
Quadro 7: evolução das taxas interbancárias em 2018	61
Quadro 8: evolução dos empréstimos interbancários no seio da UMOA em 2018	62
Quadro 9: emissões no mercado de títulos da dívida pública.	62
Quadro 10: taxa média de juro dos bilhetes do tesouro	63
Quadro 11: Saldo dos títulos da dívida pública em 31 de dezembro de 2018	63
Quadro 12: evolução do saldo dos títulos da dívida pública	63
Quadro 13: movimentos de notas externas nos balcões das Agências do BCEAO	73

ENQUADRADO 1: Antevisão da nova Circular relativa às condições de exercício do Revisor Oficial de Contas junto das instituições de crédito e companhias financeiras da UMOA.	66
---	-----------

ANEXOS

Lista dos principais documentos divulgados pelo BCEAO	100
--	------------

A UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), criada pelo Tratado de 12 de maio de 1962 a que se substituíram o de 14 de novembro de 1973 e o de 20 de janeiro de 2007, integra os seguintes oito Estados membros:



O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), cujo quinquagésimo sexto exercício de actividade é relatado aqui, é o Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, responsável nomeadamente pela gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), das suas reservas cambiais e pela implementação da política monetária comum.

N.B. : - na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em francos CFA.

MOMENTOS IMPORTANTES DO BCEAO EM 2018

O exercício concluído foi marcado, para o BCEAO, pelos seguintes eventos.

NO PLANO MONETÁRIO E FINANCEIRO

6ª Mesa Redonda de Líderes da Iniciativa Africana sobre Políticas de Inclusão Financeira

O Governador Tiémoko Meyliet KONE participou, aos 10 e 11 de Maio de 2018, em Conacri, na 6ª Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africanas sobre as Políticas de Inclusão Financeiras (AfPI), realizada pelo Banco Central da República da Guiné, em colaboração com a Aliança pela Inclusão Financeira (AFI).

A reunião constituiu uma oportunidade para os participantes discutirem medidas apropriadas para apoiar o aprofundamento da inclusão financeira e do empoderamento económico das mulheres em África. Neste aspecto, foram realizadas sessões de discussão sobre abordagens regulamentares para apoiar as remessas transfronteiriças através de canais digitais, modelos de intervenção para facilitar a interoperabilidade dos serviços financeiros digitais, a infraestrutura de crédito a criar para as pequenas e médias empresas detidas por mulheres e o papel dos reguladores na maximização do impacto do crédito digital em África.

6ª Edição do Salão Monetário regional

Aos 21 e 22 de Junho de 2018, realizou-se no Hotel King Fahd Palace de Dakar, a 6ª edição do Salão Monetário Regional, realizado pelo GIM-UEMOA em torno do tema intitulado “Digitalização dos pagamentos e Inovações Tecnológicas para o Desenvolvimento da Inclusão Financeira”.

O Salão Monetário Regional é um evento bienal que oferece um importante quadro de intercâmbio e partilha entre decisores, profissionais e actores do ecossistema dos serviços financeiros e das tecnologias de informação. Ele constitui uma vitrina das últimas inovações nos planos internacional e regional em matéria de monetária e finança digitalizada.

A edição de 2018, colocada sob o alto patrocínio do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO, reuniu mais de mil e quinhentos (1.500) participantes, cinquenta (50) expositores, autoridades de regulação e profissionais provenientes de países membros da UEMOA, do resto da África, da Europa, da China e da Índia.

Durante esta sessão, ao Banco Central foi outorgado o primeiro prémio da conformidade com as exigências qualidade, pela oferta de serviços monetários ao pessoal, nomeadamente os caixas electrónicos instalados na Sede e nas Direcções Nacionais do BCEAO.

Lançamento do Mecanismo de Apoio ao Financiamento das Pequenas e Médias Empresas / Pequenas e Médias Indústrias

O BCEAO procedeu, a 25 de Julho de 2018, ao lançamento a nível regional do Mecanismo de Apoio ao Financiamento das Pequenas e Médias Empresas / Pequenas e Médias Indústrias (PME/PMI) na União Económica e Monetária Oeste Africanas (UEMOA) ou “Dispositivo PME”.

As cerimónias oficiais que marcam o lançamento do Mecanismo de Apoio ao Financiamento das PME/PMI decorreram em Abidjan, Bamako, Bissau, Cotonou, Dakar, Lomé, Niamey, Ouagadougou e no Senegal, nas regiões do polo económico do Sine-Saloum (Kaolack, Fatick, Kaffrine) e de Diourbel.

A criação deste Mecanismo segue-se ao mandato atribuído ao Banco Central pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UEMOA, no âmbito do Plano de Acção para o financiamento das economias adoptado em Junho de 2012.

10º Fórum anual da Aliança para a Inclusão Financeira

O Governador do BCEAO, Tiémoko Meyliet KONE, participou, de 3 a 7 de Setembro de 2018 em Sotchi, na Rússia, no 10º Fórum Internacional sobre as Políticas de Inclusão Financeiras, organizado pela Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), em colaboração com o Banco Central da Federação Russa, sob o lema: *“Inovação, Inclusão, Impacto”*.

Esta edição, que coincide com o 10º aniversário da AFI, foi uma oportunidade para reconhecer o compromisso dos membros da rede pela sua contribuição para o desenvolvimento da inclusão financeira em todo o mundo. Neste sentido, sete (7) prémios foram entregues durante uma cerimónia realizada a 4 de setembro de 2018, sob a presidência de Elvira Nabiullina, Governadora do Banco Central da Federação Russa.

O BCEAO que estava entre os beneficiários, foi premiado na categoria da Declaração Maia, das seis (6) instituições nomeadas. A Declaração Maia é um conjunto de compromissos mensuráveis, adoptados pelos membros da AFI em 2011 no México, para promover a inclusão financeira e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da busca de soluções adequadas para ajudar os 1,7 bilhões de pessoas sem conta bancária do mundo a acessar serviços financeiros.

O prémio do Banco Central reconhece os seus esforços para promover a inclusão financeira, bem como os progressos recentes na União, nomeadamente: a revisão, em 2015, da Instrução regindo a emissão da moeda electrónica na UEMOA, que tem em conta as medidas de protecção dos consumidores, a adopção pelo Conselho de Ministros da UMOA, em Junho de 2016, do documento-quadro de política e de estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA, o início, em 2017, de projectos de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais e de promoção do acesso dos sistemas financeiros descentralizados aos sistemas de pagamento da UEMOA, o lançamento, em Julho de 2018, do mecanismo de apoio ao financiamento das pequenas e médias empresas.

Semana da Inclusão Financeira na UEMOA, edição 2018

O BCEAO realizou, de 26 de Novembro a 1 de Dezembro de 2018, na sua sede em Dakar e nos oito países da UEMOA, a primeira edição da Semana da Inclusão Financeiras sobre o tema *“Inclusão Financeira: alavanca do Desenvolvimento Económico e Social”*.

O principal objectivo deste evento foi reunir os intervenientes do sector financeiro para debater as questões importantes da actualidade, que são preocupações e desafios específicos de cada país da UE no domínio da inclusão financeira. Permitiu: sensibilizar as partes interessadas para o papel da inclusão financeira no desenvolvimento económico e social dos países da UEMOA, salientando o potencial contributo da utilização generalizada dos serviços financeiros para o desenvolvimento. Foi também a oportunidade para conhecer melhor as iniciativas levadas a cabo pelo BCEAO para promover a inclusão financeira na UEMOA.

Na Sede do Banco Central, o encontro reuniu 300 participantes provenientes de diversas instituições, nomeadamente os Ministérios das Finanças, os bancos, os Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), as Instituições de Moeda Electrónica (IME), os serviços postais, os intermediários em operações de banco, os reguladores de telecomunicação, as Associações Profissionais das Instituições de Crédito e dos SFD, as Pequenas e Médias Empresas, GIM-UEMOA e as Universidades da União. Participaram nele também, os Representantes das instituições parceiras e dos organismos internacionais.

Ateliê temático sobre o Formulário de Declaração Prudencial

Organizado de 19 de Novembro a 6 de Dezembro de 2018 na Sede do Banco Central, o seminário temático sobre o Formulário de Reporte de Supervisão (FODEP, sigla em francês) visava reforçar as capacidades dos intervenientes em matéria de informação, controlo e exploração do (FODEP), a fim de assegurar a fiabilidade e a coerência dos reportes de supervisão. Participaram no inquérito cerca de 100 instituições sujeitas. O presente formulário é preenchido pelas instituições sujeitas e enviado ao Banco Central através da sua plataforma informática. Permite-lhes, de acordo com a regulamentação em vigor, declarar a sua situação prudencial, nomeadamente o cumprimento dos níveis mínimos de fundos próprios a constituir relativamente aos riscos (de crédito, de mercado e operacional) a que estão expostos.

NO PLANO DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E DA COOPERAÇÃO MONETÁRIA

Participação do BCEAO na reunião do Comité de Ligação Anti-Branqueamento da Zona franco (CLAB)

Uma delegação encabeçada pelo Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO, participou na reunião do Comité de Ligação contra o Branqueamento de Capitais da Zona Franco (CLAB), realizada a 29 de Janeiro de 2018 em Paris. As sessões durante esta reunião centraram-se em: LA intervenção do Governador do BCEAO incidiu sobre o lema: «*Estado de direito aplicável em matéria de LBC-FT na União*».

Visita de amizade e de trabalho duma delegação de Bank Al-Maghrib junto do BCEAO

O Governador do BCEAO acolheu uma delegação de Bank Al-Maghrib encabeçada pelo seu Governador, o Senhor Abdellatif JOUAHRI, no quadro duma visita de amizade e de trabalho que decorreu aos 8 e 9 de Fevereiro de 2018 em Abidjan. Esta visita permitiu aos dois Governadores fazer o balanço da cooperação entre os dois Bancos Centrais desde a sua reunião anterior, em Novembro de 2016, para acordar os eixos de parceria para o período 2018-2019, nomeadamente nos domínios da supervisão bancária, da estabilidade financeira, dos sistemas e meios de pagamento, da política monetária e das previsões macroeconómicas. No final dos trabalhos, os dois Governadores decidiram alinhar o programa de cooperação com os planos estratégicos das duas instituições, começando pelo do período 2019-2021.

Reuniões da Task Force presidencial sobre o programa da moeda única da CEDEAO

O Governador do BCEAO participou nas reuniões da Task Force Presidencial, organizadas pela Comissão da CEDEAO, respetivamente em 21 de Fevereiro de 2018, em Acra e 17 de Dezembro de 2018 em Niamey. O objectivo da primeira reunião era propor um roteiro para acelerar o processo de criação da moeda única em 2020.

A segunda sessão analisou, por sua vez, os progressos realizados na implementação das actividades do roteiro, bem como as propostas sobre o regime cambial, o enquadramento da política monetária, o modelo de banco central e o nome e logótipo da moeda única da CEDEAO.

Reunião do Escritório da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA)

O Escritório da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) realizou a sua primeira reunião ordinária do ano, a 23 de Fevereiro de 2018, no Senegal, na Sede do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). A reunião, em que participaram dez (10) bancos centrais membros da Mesa e da Comissão da União Africana (CUA), foi presidida por Lesetja KGANYAGO, Governador do South African Reserve Bank (SARB), Presidente do ABCA.

Café da manhã do Patronato Ivoiriense

O Governador do BCEAO, Tiémoko Meyliet KONE, foi convidado pela Confederação Geral das Empresas da Côte d'Ivoire (CGECI), a 1 de Março de 2018, à Maison de l'Entreprise (Casa da Empresa) de Abidjan. Apresentou uma comunicação sobre o tema "O Papel do BCEAO no desenvolvimento do sector privado da UMOA": *Balanço e Perspectivas*". Esta intervenção inscreveu-se no âmbito da segunda edição da plataforma de intercâmbio entre o sector privado e os actores do ecossistema económico ou político.

Participação do BCEAO nas reuniões de Primavera e Assembleias anuais das Instituições de Bretton Woods

Uma delegação do BCEAO encabeçada pelo Governador participou nas reuniões de primavera e nas Assembleias Anuais das Instituições de Bretton Woods, realizadas, respectivamente, em Washington, de 16 a 23 de Abril de 2018 e em Bali na Indonésia, de 9 a 14 de Outubro de 2018. Estes encontros foram marcadas nomeadamente pelas sessões semestrais do Comité Monetário e Financeiro Internacional (CMFI) dos Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Comité do Desenvolvimento (CD) do Banco Mundial bem como pelo encontro de alto nível sobre a UEMOA, organizado pelo Departamento África do FMI, que se centrou em torno do tema: *"Manter a estabilidade macroeconómica e financeira e preservar a dinâmica de crescimento na UEMOA"*.

Mesa redonda dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos à margem da Assembleia Geral Anual 2018 do Banco dos Pagamentos internacionais (BRI)

O Governador do BCEAO, o Senhor Tiémoko Meyliet KONE participou de 23 a 24 de Junho de 2018 em Basileia, na mesa redonda dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos sobre o lema: *«Banco Central e dívida: Riscos emergentes com vista à eficiência da política monetária em África»*; à Margem da Assembleia Geral Anual do Banco dos Pagamentos internacionais (BRI) a título do ano 2018.

O objectivo do encontro era discutir sobre o papel do Banco Central na gestão da dívida. O debate incidiu sobre a evolução recente da dívida em África e o seu impacto sobre a política monetária, as medidas tomadas pelos bancos centrais e as perspectivas futuras.

Participação do BCEAO na reunião dos Ministros das Finanças dos países da Zona Franco

Uma delegação do BCEAO, encabeçada pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE participou na reunião dos Ministros das Finanças dos países da Zona Franco, realizada a 8 de Outubro de 2018 em Paris. Esta reunião permitiu propor medidas prioritárias relacionadas com as avaliações nacionais de risco (ANR) nos Estados-Membros, as disposições regulamentares para o congelamento de activos, o reforço das Unidades de Informação Financeira (UIF), a recolha sistemática de dados sobre o encerramento das relações de correspondentes bancários, a sensibilização de todos os intervenientes envolvidos na LBC/FT e a implementação de uma política penal conexa. Estas medidas foram adoptadas pelos Ministros, Governadores e Presidentes de instituições da Zona Franco.

Fórum comemorativo do 45º aniversário do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD)

O Governador do BCEAO, o Senhor Tiémoko Meyliet KONE participou no acto comemorativo do 45º aniversário do BOAD, realizado de 14 a 15 de Novembro de 2018 em Lomé. Este encontro foi dedicado a uma reflexão sobre o desenvolvimento dos países da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e, em particular, sobre o papel da energia solar neste processo. O Governador do BCEAO proferiu uma intervenção na cerimónia de abertura, recordando, por um lado, o apoio financeiro do BCEAO enquanto acionista de referência dos principais projetos do BOAD e, por outro lado, o desafio relativo ao financiamento dos Programas Nacionais de Desenvolvimento (PND) que a Instituição deverá enfrentar.

Reuniões de concertação do Grupo de trabalho sobre a moeda única da CEDEAO

O Governador do BCEAO participou na reunião de concertação do Grupo de Trabalho sobre a Política Monetária e cambial no âmbito da criação da futura União Monetária, a 11 de Dezembro de 2018, em Abuja. Esta reunião foi organizada no âmbito da implementação das instruções da 53ª Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lomé a 31 de Julho de 2018, que mandatou o Presidente da Comissão da CEDEAO para organizar consultas e reuniões com o Grupo de Trabalho, a fim de apresentar propostas sobre o regime cambial, o quadro da política monetária e o modelo do futuro Banco Central da CEDEAO.

Grupo consultivo 2018 para o financiamento da segunda fase do Plano de acções prioritárias 2019-2023 do Plano Senegal Emergente (PSE)

Uma delegação do BCEAO conduzida pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE participou na reunião do Grupo consultivo 2018 para o financiamento da segunda fase do Plano de acções prioritárias 2019-2023 do Plano Senegal Emergente (PSE), aos 17 e 18 de Dezembro de 2018 em Paris.

O Grupo Consultivo tem como objectivo apresentar aos investidores privados bem como aos parceiros técnicos e financeiros a fase II do PSE e as oportunidades de investimentos no Senegal. Ele visa mobilizar os recursos adicionais para financiar o desenvolvimento do país durante o período 2019-2023.

Na sua alocução, o Governador do BCEAO indicou a determinação do Banco Central a acompanhar o Senegal e também as economias da União, na sua busca da emergência. Para isso, o Instituto Emissor adotou, nos últimos anos, diversas reformas que contribuem para melhorar as perspectivas económicas da região. Estas medidas incluem a implementação, desde Janeiro de 2018, das disposições de Basileia II e Basileia III na União para um sistema bancário mais forte, a criação de um mecanismo de apoio ao financiamento das PME/PMI, a criação de um Escritório de Informação de Crédito (BIC) para reduzir o custo do crédito, o desenvolvimento do financiamento islâmico, a criação de um mecanismo de resolução da crise bancária e o reforço da capacidade de financiamento dos bancos, aumentando os seus capitais próprios e uma maior eficiência na mobilização da poupança interna. Por outro lado, o Banco Central criou a Agência UMOA-Títulos, que permitiu aos Estados membros da União mobilizar importantes recursos no mercado regional e internacional a menor custo. Contribuiu igualmente para a promoção da inclusão financeira no seio da UEMOA, através a criação duma Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF).

NO PLANO DA GESTÃO DO BCEAO

Nomeação de dois novos Vice-Governadores para o BCEAO

O Conselho de Ministros da UEMOA, reunido na sua terceira sessão ordinária de 21 de Setembro de 2018 em Abidjan, nomeou os Srs. Norbert TOE e Abdoulaye DIOP Vice-Governadores do Banco Central, em conformidade com o artigo 56 dos Estatutos do BCEAO, para mandatos com início a 1 de Outubro de 2018.

Criação do Colégio de Mediadores

No âmbito do reforço da sua governação corporativa e prossecução do alinhamento da gestão do seu pessoal com as melhores práticas, o Banco Central criou um organismo de mediação dirigido por um Colégio de três mediadores nomeados pelo Governador para um mandato de três anos, renovável uma vez.

O primeiro Colégio de Mediadores foi criado em 2018. Em conformidade com a Decisão n.º 214-06-2018 do Governador, que nomeia os membros deste primeiro Colégio, o seu mandato produziu efeitos em 18 de Junho de 2018. De acordo com os textos regulamentares relevantes, o Mediador Principal terá um mandato inicial de quatro anos, enquanto o mandato dos dois Mediadores-Assessores será de três anos.

O Colégio de Mediadores tem nomeadamente como missão:

- facilitar, por mediação ou quaisquer outros meios adequados, a resolução de litígios que possam surgir entre o Banco Central e um ou mais membros do seu pessoal sobre questões relacionadas com as condições de emprego;
- emitir pareceres e fazer recomendações ao Governador para corrigir quaisquer deficiências ou lacunas identificadas nas políticas, nos procedimentos e nas práticas do Banco Central em relação às condições de emprego de seu pessoal.

Encontros temáticos com a imprensa: o BCEAO abre as suas portas aos jornalistas económicos

O Banco Central organizou uma série de reuniões com os meios de comunicação social para sensibilizar para as suas missões e melhorar a cobertura da informação económica e financeira na União.

Estes encontros temáticos visam nomeadamente aprofundar os conhecimentos dos participantes sobre o papel e as missões do BCEAO. O objectivo final é fortalecer a eficácia das acções do Banco Central, melhorando a qualidade e a visibilidade de suas mensagens ao público.

Assim, o BCEAO acolheu na sua Sede, a 13 de Setembro e a 4 de Dezembro de 2018, respectivamente, os dois primeiros encontros educativos com jornalistas económicos senegaleses sobre temas relacionados com a política monetária e a inclusão financeira na UEMOA.

Cerimónia de entrega do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica, edição 2018

O Governador Tiémoko Meyliet KONE presidiu, a 21 de Novembro de 2018, na sala de Conferência da Sede do Banco Central, à cerimónia de entrega do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica. Esta 6ª edição foi patrocinada pelas Senhoras Marie Elizabeth ZUNON KIPRE e Ndèye Elisabeth DIAW, duas figuras que marcaram a história do BCEAO e que se reformaram após uma longa e distinta carreira na Instituição.

O Prémio Abdoulaye FADIGA visa estimular a reflexão sobre as questões económicas, monetárias e financeiras ligadas ao desenvolvimento dos Estados membros da UEMOA. Através deste Prémio, o Banco Central pretende reforçar a sua contribuição para enfrentar os desafios do desenvolvimento económico e social que interpelam os Estados-Membros da União.

A cerimónia, que coincidiu com o 30º aniversário da morte do Governador Abdoulaye FADIGA, foi reforçada com a exibição de um documentário que mostra as suas qualidades humanas e profissionais, a sua visão e realizações que deixaram uma marca indelével na vida do Instituto emissor.

O artigo vencedor desta edição centra-se no tema "Sobrevivência dos bancos UEMOA: *novos requisitos de capital são relevantes?*". Analisa o papel do capital regulamentar na sobrevivência dos bancos da UEMOA e sublinha a pertinência das novas normas de Basileia que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2018. O seu autor é Vigninou GAMMADIGBE, de nacionalidade togolesa, doutorando em Ciências Económicas pela Universidade de Lomé.

O Prémio de Incentivo foi atribuído aos Srs. Aboudou OUATTARA, Kouamé Désiré KANGA, Engenheiros Estatístico-Economistas (Côte d'Ivoire) e Ruben Barnabas DJOGBENOU, Engenheiro Estatístico-Economista (Benin), co-autores do artigo "Heterogeneidade das economias *da CEDEAO: que desafio para uma política monetária comum?*". Este artigo aborda a questão da optimização da política monetária na união monetária, examinando prospectivamente as condições para uma política comum mais eficaz ao nível da CEDEAO, à luz da heterogeneidade das economias.

BCEAO, certificado PCI-DSS

O Governador Tiémoko Meyliet KONE, à margem da cerimónia de entrega dos Prémios Abdoulaye FADIGA, realizada a 21 de Novembro de 2018 na Sede do BCEAO, recebeu do Presidente Director-Geral do GRUPO LMPS, Karim HAMDAOU, o certificado de conformidade dos sistemas de informação do Banco Central com as exigências da norma PCI-DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard*) versão 3.2. Este acrónimo refere-se às normas de segurança dos dados aplicáveis à indústria dos cartões de pagamento. Desenvolvido pelo Conselho das normas de Segurança PCI, a norma PCI-DSS visa reduzir a fraude virtual.

**COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS
ESTATUTÁRIOS E ORGANIGRAMA
DO BCEAO**

COMPOSIÇÃO DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

em 31 de Dezembro de 2018

PRESIDENTE: Sua Excelência o Doutor **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República da Côte d'Ivoire.

Sua Excelência **Patrice TALON**,
Presidente da República do Benin.

Son Excellence **Roch Marc Christian KABORE**,
Presidente do Faso.

Sua Excelência o Doutor **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República da Côte d'Ivoire.

Sua Excelência **José Mario VAZ**,
Presidente da República da Guiné-Bissau.

Sua Excelência **Ibrahim Boubacar KEÏTA**,
Presidente da República do Mali.

Sua Excelência **Issoufou MAHAMADOU**,
Presidente da República do Níger.

Sua Excelência **Macky SALL**,
Presidente da República do Senegal.

Sua Excelência **Faure Essozimna GNASSINGBE**,
Presidente da República do Togo.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

em 31 de Dezembro de 2018

PRESIDENTE: ROMUALD WADAGNI,

Ministro da Economia e Finanças, do Benin.

República do Benin

Os Senhores Romuald WADAGNI, Ministro da Economia e das Finanças;

Abdoulaye BIO TCHANE, Ministro de Estado responsável pelo Planeamento e Desenvolvimento.

Burkina Faso

A Senhora COULIBALY Hadizatou Rosine SORI, Ministra da Economia, das Finanças e do Desenvolvimento;

O Senhor Paul Robert TIENDREBEOGO, Ministro da Integração Africana e dos Burkinabés do Extérieur.

República da Côte d'Ivoire

Os Senhores Adama KONE, Ministro da Economia e Finanças;

Abdourahmane CISSE, Ministro do Petróleo, da Energia e Energias Renováveis, Conselheiro Especial junto do President da República da Côte d'Ivoire.

República da Guiné-Bissau

Os Senhores Aristides GOMES, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia e Finanças;

Suleimane SEIDI, Secretário de Estado no Tesouro.

República do Mali

Dr Boubou CISSE, Ministro da Economia e das Finanças;

O Senhor Sambou WAGUE, Ministro da Energia e da Água.

República do Níger

O Senhor Massoudou HASSOUMI, Ministro das Finanças;

A Senhora KANE Aïchatou BOULAMA, Ministra do Planeamento.

República do Senegal

Os Senhores Amadou BA, Ministro da Economia, das Finanças e do Planeamento;

Birima MANGARA, Ministro delegado junto do Ministro da Economia, das Finanças e do Planeamento, Encarregue do Orçamento.

República do Togo

Os Senhores Sani YAYA, Ministro da Economia e das Finanças;

Kossi ASSIMAÏDOU, Ministro do Planeamento do Desenvolvimento.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2018

PRESIDENTE: O Sr. Tiémoko Meyliet KONE

Governador do BCEAO.

Vice-Governadores do BCEAO

O Sr. Abdoulaye DIOP;

O Sr. Norbert TOE.

MEMBROS REPRESENTANDO OS ESTADOS

República do Benin

O Sr. Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA, Director do Tesouro.

Burkina Faso

O Sr. Ousmane OUEDRAOGO, antigo Vice-Governador do BCEAO, antigo Ministro de Estado, Ministro das Finanças e do Planeamento.

República da Côte d'Ivoire

O Sr. Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Director do Grupo de Política Económica (GPE).

República da Guiné-Bissau

O Sr. Rui Duarte FERREIRA, Conselheiro do Ministro da Economia e das Finanças, responsável pelos Assuntos Internacionais.

República do Mali

O Sr. Bangaly N'ko TRAORE, Presidente do Secretariado para a Harmonização da Ajuda (SHA).

República do Níger

O Sr. Mahamane ANNOU MALLAM, Antigo Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia e o Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES).

República do Senegal

O Sr. Aliou FAYE, Director do Centro de Estudos de Políticas para o Desenvolvimento (CEPOD).

República do Togo

O Sr. Mongo AHARH-KPESSOU, Secretário Permanente para o Seguimento das Políticas de Reformas e dos Programas Financeiros.

República da França

A Sr^a Françoise DRUMETZ, Directora dos Estudos Microeconómicos e Estruturais do Banco da França.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE

O Sr. Lansina BAKARY, Perito Consultor, antigo Conselheiro Económico do Governador do BCEAO, Abidjan (República da Côte d'Ivoire);

O Sr. Maïna Boukar MOUSSA, Vice-Presidente do Grupo de Estudo e de Pesquisas para o Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES), Niamey (República do Níger);

O Sr. Adama DIAW, Professor Titular das Ciências Económicas, Director da Escola de Pós-graduação das Ciências do Homem e da Sociedade na Universidade Gaston Berger, Saint-Louis (República do Senegal).

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2018

PRESIDENTE: O Sr. Tiémoko Meyliet KONE,
Governador do BCEAO.

República do Benin

O Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

Burkina Faso

O Sr. Célestin Santéré SANON, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República da Côte d'Ivoire

O Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República da Guiné-Bissau

O Sr. Mamadu BALDE, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República do Mali

A Sr^a Aoua SYLLA BARRY, Secretária-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

República do Níger

O Sr. Habou HAMIDINE, Secretário-Geral do Ministério das Finanças.

República do Senegal

O Sr. Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.

República do Togo

O Sr. Sévon-Tépé Kodjo ADEDZE, Comissário Geral do Ofício Togolês das Receitas.

República da França

O Sr. Yves CHARPENTIER, Conselheiro Financeiro para a África na Direcção-Geral do Tesouro.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE AUDITORIA DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2018

Presidente: O Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA,

Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública do Benin.

República do Benin

O Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

Burkina Faso

O Sr. Célestin Santéré SANON, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

República do Senegal

O Sr. Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral, Agente Contabilístico Central da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.

República do Togo

O Sr. Sévon-Tépé Kodjo ADEDZE, Comissário Geral do Ofício Togolês das Receitas.

BANCO CENTRAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

em 31 de Dezembro de 2018

GOVERNO

Governador:	O Sr Tiémoko Meyliet KONE, Vice-
Governador	O Sr. Abdoulaye Diop
Vice-Governador:	O Sr. Norbert TOE
Secretário-Geral:	O Sr. Abdoulaye SECK,
Director-Geral de Gabinete:	O Sr. Siriki KONE
Conselheiro Especial do Governador:	O Sr. Oumar Tatam LY
Conselheiro Especial do Governador:	O Sr. Ismaïla DEM

SUPERVISÃO GERAL

Auditor Geral:	O Sr. Kadjemna Guy GO-MARO
Conselheiro do Auditor Geral:	O Sr. Oumar KABO

DIRECÇÕES GERAIS

Director-Geral da Administração e do Património:	O Sr. Alioune Blondin BEYE
Director-Geral da Economia e da Moeda:	O Sr. Bassambié BATIONO
Director-Geral das Operações de Mercado e dos Systemas de Pagamento:	O Sr. Bwaki KWASSI
Director-Geral das Actividades Fiduciárias e de Caixa:	O Sr ^a Zenaida M. Lopes CASSAMA
Director-Geral da Organização e dos Systemas de Informação:	O Sr ^a Aminata FALL NIANG Directeur
Général des Ressources Humaines :	O Sr ^a Akouélé Sylviane MENSAH
Directora-Geral da Estabilidade e da Inclusão Financeiras:	O Sr. Ousmane SAMBA MAMADOU

Conselheiros dos Directores Gerais

Conselheiro do Director-Geral da Administração e do Património:	O Sr. Emmanuel Junior ASSILAMEHOO
Conselheiro do Director-Geral da Economia e da Moeda:	O Sr. Madani TOURE
Conselheiro do Director-Geral das Actividades Fiduciárias e Caixa:	O Sr. Abdoulaye MBODJ
Conselheiro do Director-Geral das Operações de Mercado e dos Systemas de Pagamento:	O Sr. Djibril CAMARA

Conselheiro do Director-Geral da Organização e dos Systemas de Informação:

O Sr. Coulibaly HORO

Conselheira do Director-Geral dos Recursos Humanos:

O Sr^a Marie Evelyne SEABE

Conselheiro do Director-Geral da Estabilidade e da Inclusão Financeiras:

O Sr. Sourou Antonin DOSSOU

DIRECÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Directora do Centro Oeste Africano de Formação e dos Estudos Bancários (COFEB):

O Sr^a Aminata HAIDARA

Directora dos Assuntos Jurídicos:

O Sr. Vincent SEDALO

Director da Inspeção e das Auditorias:

O Sr. Kadjemna Guy GO-MARO

Director da Prevenção dos Riscos:

O Sr. Sama MAMANE

Director do Orçamento e dos Aprovisionamentos:

O Sr. Fama Adama KEITA,

Director do Património:

O Sr. Ali SEINI OUMAR

Director dos Serviços Gerais:

O Sr. Emmanuel Junior ASSILAMEHOO

Director da Segurança:

O Sr. Eso-houna BALE

Director da Conjuntura Económica e das Análises Monetárias:

O Sr. Bléhoué Toussaint DAMOH

Director dos Estudos e da Pesquisa:

O Sr. Patrick KODJO

Director das Estatísticas:

O Sr. Madani TOURE

Director dos Estudos e da Produção Fiduciária:

O Sr. Jean-Joachim SENE

Director das Transacções em Numerário:

O Sr. Salifou HAMANI

Director das Operações de Mercado:

O Sr. Mahamane Alassane TOURE,

Director dos Sistemas e Meios de Pagamento:

O Sr^a Akuwa DOGBE AZOMA

Directora da Contabilidade:

O Sr. Ekoué Djro GLOKPOR,

Director da Supervisão de Gestão:

O Sr. Kora LILIOU

Director da Organização e dos Métodos:

O Sr. Jean-François JOSSOU,

Director dos Systemas de Informação:

O Sr. Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY

Directora da Gestão Administrativa e Social do pessoal:

O Sr^a Marie Evelyne SEABE

Director da Gestão das Carreiras e das Competências:

O Sr. Mohamed Almountaka ALFIDJA

Director das Instituições de Crédito e do Financiamento das Economias:

O Sr. Charlie Jerry DINGUI

Directora da Inclusão Financeira:

O Sr^a Gisèle Catherine Keny NDOYE

Director da Estabilidade Financeira:

O Sr. Habib THIAM

REPRESENTAÇÕES

Representante Residente do Governador junto da Comissão da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA):

O Sr. Charles Luanga KI-ZERBO

Representante do BCEAO junto das Instituições Europeias de Cooperação:

Vago

DIRECÇÕES NACIONAIS

Director Nacional para o Benin:

O Sr. Gbégnon Alain Michel

KOMACLO Director Nacional para o Burkina Faso:

O Sr. Charles Luanga KI-ZERBO,

Director Nacional para a Côte d'Ivoire:

O Sr. Chalouho COULIBALY

Directora Nacional para a Guiné-Bissau:

Sr^a Helena Maria José NOSOLINI

EMBALO Director Nacional para o Mali :

Sr. Konzo TRAORE

Director Nacional para o Níger:

O Sr. Maman Laouane

KARIM Director Nacional para o Senegal:

Sr. Ahmadou Al Aminou LO

Director Nacional para o Togo:

Sr. Kossi TENOU

SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Secretária-Geral:

A Sr^a Séna Elda Afiwa KPOTSRA

Secretário Geral Adjunto:

Sr. Antoine TRAORE

ENDEREÇOS DOS DIFERENTES SÍTIOS DO BCEAO

SEDE SOCIAL

Rue Abdoulaye FADIGA Boîte Postale : n° 3108 - Dakar
Telefone: (221) 33 839 05 00 - Fax: (221) 33 823 93 35 e 33 822 61 09
Website: <http://www.bceao.int>

BENIN

Cotonou

Avenue Jean-Paul II
01 Boîte Postale: n° 325 RP
Telefone: (229) 21 36 46 00 / 21 31 24 66 / 21 31 24 67
Fax: (229) 21 31 24 65
Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int
Director da Agência Principal: O Sr. Symphorien AGBESSADJI

Parakou

Caixa Postal: n° 201
Telefone: (229) 23 61 03 25/29
Fax: (229) 23 61 10 91
Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Grégoire DAGBA

BURKINA FASO

Ouagadougou

Avenue Gamal Abdel NASSER
Caixa Postal: 01 BP 356
Telefone: (226) 25 49 05 00/01 e 25 30 60 15
Fax: (226) 25 31 01 22
Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int
Director da Agência Principal: O Sr. Adama SANKARA

Bobo-Dioulasso

Avenue Mamadou Konaté
Caixa Postal: n° 603
Telefone: (226) 20 97 04 44
Fax: (226) 20 97 04 58
Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Youssouf SAWADOGO

COTE D'IVOIRE

Abidjan

Avenue Abdoulaye FADIGA angle Bd. Roussel
Caixa Postal: 01 1769 ABIDJAN 01
Telefone: (225) 20 20 84 00 e 20 20 85 00
Fax: (225) 20 22 00 40 e 20 22 28 52
Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int
Director da Agência Principal: O Sr. Yao Magloire KONAN

Abengourou

Caixa Postal: n° 905

Telefone: (225) 35 91 37 15 e 35 91 38 15

Fax: (225) 35 91 31 76

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Georges DIAW

Bouaké

Caixa Postal: n° 773

Telefone: (225) 31 63 33 13 e 31 63 33 14

Fax: (225) 31 63 38 31

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Issouf OUATTARA

Daloa

Caixa Postal: n° 46

Telefone: (225) 32 78 38 85

Fax: (225) 32 78 13 10

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Madigbè KABA

Korhogo

Caixa Postal: n° 54

Telefone: (225) 36 86 01 10 e 36 86 01 11

Fax: (225) 36 86 15 30

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Ningou Jacques HLYH GNELBIN

Man

Caixa Postal: n° 1017

Telefone: (225) 33 79 02 67

Fax: (225) 33 79 02 28

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Assémian Noël ACKAH

San Pedro

Caixa Postal: n° 387

Telefone: (225) 34 71 21 84

Fax: (225) 34 71 24 48

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Kouamé Landry KOUAKOU

GUINE-BISSAU

Bissau

Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria

Caixa Postal: n° 38

Telefone: (245) 325 63 25 - 321 55 48 / 321 41 73

Fax: (245) 325 63 00

Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int

Director da Agência Principal: O Sr. Lassana SAMBU

MALI

Bamako

94, Avenue Moussa TRAVELE

Caixa Postal: n° 206

Telefone: (223) 20 70 02 00 / 20 22 25 41 / 20 22 54 06

Fax: (223) 20 22 47 86

Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int

Directora da Agência Principal: O Sr^a Oumou TOURE TOUNKARA

Mopti

Komoguel II, route de Sévaré

Caixa Postal: n° 180

Telefone: (223) 20 21 01 02

Fax: (223) 21 43 05 07

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Amadou Boucari CISSE

Sikasso

Rue Mamadou TRAORE

Boîte Postale : n° 453

Telefone: (223) 21 62 00 77

Fax: (223) 21 62 08 79

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Ibrahima TOURE

NIGER

Niamey

Rue de l'Uranium

Caixa Postal: n° 487

Telefone: (227) 20 72 33 30 e 20 72 33 40

Fax: (227) 20 73 47 43

Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int

Director da Agência Principal: O Sr. Abdourahamane ABOUBACAR ABANI

Maradi

Caixa Postal: n° 265

Telefone: (227) 20 41 00 96

Fax: (227) 20 41 00 45

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Ganaye ALACHI

Zinder

Caixa Postal: n° 133

Telefone: (227) 20 51 00 94

Fax: (227) 20 51 07 24

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Daouda BOUKARI

SENEGAL

Dakar

Boulevard du Général De Gaulle x Triangle Sud

Caixa Postal: n° 3159

Telefone: (221) 33 889 45 45

Fax: (221) 33 823 57 57

Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int

Director da Agência Principal: O Sr. François Etienne Déthié SENE

Kaolack

Caixa Postal: n° 79

Telefone: (221) 33 938 40 00

Fax: (221) 33 941 33 23

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Babacar SENE

Ziguinchor

Caixa Postal: n° 317

Telefone: (221) 33 991 10 39 e 33 938 80 35

Fax: (221) 33 991 16 59

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr^a Awa BA CAMARA

TOGO

Lomé

Avenue Abdoulaye

FADIGA - Boîte

Postale : n° 120

Telefone: (228) 22 21 53 84

Fax: (228) 22 21 76 02

Correio electrónico: courrier.BDN@bceao.int

Director da Agência Principal: O Sr. Adjatougbe Ameyo FIOKLOU

Kara

Caixa Postal: n° 75

Telefone: (228) 26 60 60 79

Fax: (228) 26 60 62 69

Chefe da Agência Auxiliar: O Sr. Adjé SEWAVI

REPRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR JUNTO DA COMISSÃO DA UEMOA

Avenue Gamal Abdel NASSER, Ouagadougou, Burkina Faso

Caixa Postal: 64 OUAGADOUGOU 01

Telefone: (226) 50 31 61 01 / 50 30 60 15 / 14

Fax: (226) 50 30 63 76

Correio electrónico: courrier.Z03@bceao.int

REPRESENTAÇÃO DO BCEAO JUNTO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS DE COOPERAÇÃO

29, rue du Colisée, 75008 Paris, France

Telefone: (33) 1 42 25 71 60

Fax: (33) 1 42 56 00 37

Correio electrónico: bceao@paris-bceao.org

SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Boulevard Botreau Roussel (rue privée CRRAE-UMOA)

01 BP 7125 Abidjan - Côte d'Ivoire

Tel. : (225) 20 25 57 57

Fax: (225) 20 22 45 52

Site web: www.bceao.int

Email : courrier.z02sg@bceao.int



Tiémoko Meyliet KONE
Governador do Banco Central dos
Estados da África Ocidental

MENSAGEM DO GOVERNADOR

A actividade económica internacional caracterizou-se, durante 2018, por um crescimento estável, num contexto de ressurgimento das incertezas ligadas às tensões comerciais e geopolíticas e às condições financeiras mais restrictivas. A taxa de crescimento do PIB mundial fixou-se em 3,7% em 2018 como em 2017.

No seio da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), a actividade manteve-se forte. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da União fixou-se em 6,6%, em termos reais, como em 2017. A taxa de inflação em média anual sobressaiu-se relativamente moderada em 1,1% em 2018, contra 1,0% em 2017.

A prossecução dos esforços de investimento realizados pelos Estados-Membros, a melhoria do clima social e empresarial e o renovado dinamismo do comércio com certos países vizinhos contribuíram em grande medida para este crescimento da actividade.

Num contexto geral, marcado por perspectivas de inflação e de crescimento globalmente favoráveis, o Banco Central prosseguiu uma política monetária destinada a apoiar os esforços de crescimento dos Estados-Membros. Ele manteve assim a sua principal taxa directora, a taxa mínima de concursos de injeção de liquidez, em 2,50%, nível vigente desde a 16 de Setembro de 2013.

O BCEAO prosseguiu igualmente as suas acções para reforçar a solidez do sistema bancário e financeiro, nomeadamente através da entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2018, do Plano de Contabilidade Bancário (PCB) revisto e do novo quadro prudencial aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA, ambos conformes às normas internacionais, nomeadamente as normas de Basileia II e III.

Por outro lado, o Banco Central deu especial atenção à implementação das iniciativas empreendidas para reforçar a inclusão financeira na UEMOA. Neste sentido, prosseguiu diligentemente as actividades previstas no Plano de Acção da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF), adoptado em 2016, cujo mecanismo de orientação institucional foi criado em 2018.

Além disso, de acordo com as suas funções fundamentais, definidas no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Tratado da UMOA, que lhe impõem, nomeadamente, assegurar a estabilidade do sistema bancário e financeiro, o Instituto Emitente criou um comité encarregado de definir e executar a política macroprudencial.

Este novo organismo, interno do BCEAO, consolida assim as suas acções anteriores e aumenta a sua capacidade de antecipar e intervir na estabilidade financeira. Com efeito, os objectivos do Comité são detetar, avaliar, gerir e controlar os riscos, nomeadamente os riscos sistémicos que possam afectar a estabilidade financeira da União. Iniciará os seus trabalhos em 2019 com, nomeadamente, a validação do quadro de análise do risco sistémico e a definição e calibração dos instrumentos macroprudenciais susceptíveis de os mitigar.

Por outro lado, de 2 de Agosto a 10 de Setembro de 2018, o Banco Central lançou o Mecanismo de Apoio ao Financiamento das Pequenas e Médias Empresas e Indústrias (PME e PMI) em cada um dos Estados membros da UEMOA, em colaboração com os ministérios competentes.

Adoptado pelo Conselho de Ministros da UMOA durante a sua sessão ordinária de 29 de Setembro de 2015 em Dakar, no âmbito da implementação do plano de acção para o financiamento das economias, e validado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Junho de 2012, o novo mecanismo visa facilitar o acesso das PME ao financiamento bancário. Além disso, visa criar um ecossistema que favoreça o desenvolvimento de empresas eficientes que gerem riqueza e empregos.

A plena operacionalização e o êxito do Mecanismo exigem uma sinergia de acções entre os Estados, as Estructuras de Apoio e de Supervisão, bem como o sistema bancário e financeiro. Por seu lado, o Banco Central está disposto a influenciar as condições em que o financiamento é oferecido às PME, tornando mais atraentes os empréstimos bancários para esta categoria de unidades de produção, que compreende entre 80 e 95% das empresas da União. O Banco emite já decidiu admitir ao seu refinanciamento os créditos detidos pelas instituições de crédito sobre as PME/PMI elegíveis ao abrigo do regime.

Por último, em conformidade com a sua política, com vista a aprofundar, diversificar e assegurar a estabilidade do sistema financeiro, o BCEAO não poupará esforços para criar um ambiente saudável, favorável ao desenvolvimento destas sociedades e à sua transformação num motor de crescimento.

Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental

Presidente do Conselho de Administração

VISÃO GLOBAL

A conjuntura económica e financeira internacional decorreu num contexto marcado por um aumento relativo das tensões comerciais entre os Estados Unidos da América e os seus parceiros comerciais, um certo aperto das condições financeiras, um aumento das ameaças geopolíticas e um aumento do preço do petróleo. A taxa de crescimento da economia mundial estabeleceu-se em 3,7% em 2018, ou seja no mesmo nível do que em 2017, segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em Janeiro de 2019.

Em contrapartida, a actividade económica manteve-se robusta na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) em 2018, graças à consolidação da procura interna em alguns países industrializados e à melhoria do clima social e empresarial. A actividade económica beneficiou igualmente do dinamismo renovado das trocas comerciais com a Nigéria, principal parceiro comercial de vários países da UEMOA, e da prossecução dos investimentos em infraestruturas socioeconómicas pelos seus Estados membros. Neste contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) da União progrediu em termos reais, de 6,6% em 2018, como em 2017. A taxa de inflação, em média anual, sobressaiu-se relativamente moderada em 1,1% em 2018 contra uma realização de 1,0% em 2017.

A nível das finanças públicas, o défice global, com base nas autorizações, incluindo subvenções em finais de Dezembro de 2018, diminuiu-se de 66,1 biliões para estabelecer-se em 2.695,1 biliões, ou seja 3,9% do PIB contra um défice de 2.761,2 biliões ou seja 4,3% do PIB no mesmo período do ano precedente. Esta relativa melhoria deve-se à baixa de 0,3 ponto percentual do PIB das despesas totais e uma alta de 0,1 ponto percentual do PIB das receitas totais e donativos entre 2017 e 2018.

Em 2018, o défice da balança corrente deverá aumentar 10,2% para 4.470,2 biliões, em relação com uma deterioração da balança de mercadorias de 716,0 biliões. Em percentagem do PIB, este défice é estimado em 6,4%, após 6,3% em 2017. No total, o comércio externo dos países da UEMOA resultaria num excedente global de 1 142,5 biliões em 2018, contra 304,1 biliões no ano anterior. Esta consolidação dos equilíbrios externos estaria ligada à melhoria das entradas líquidas de recursos na conta de capital (+149,3 biliões ou 12,3%) bem como da conta financeira (+702,3 biliões ou 21,2%), que permitiu financiar um défice corrente que se deteriora dum ano para outro.

No final de Dezembro de 2018, a posição externa líquida das instituições monetárias aumentaram de 1.202,7 biliões em relação em finais de Dezembro de 2017, para fixar-se em 5.375,1 biliões. O estoque das reservas cambiais oficiais do BCEAO aumentou de 1.376,8 biliões para situar-se em 8.561,0 biliões em finais de Dezembro de 2018 em relação ao repatriamento do produto das euro-obrigações emitidas nos mercados internacionais em Março de 2018. Por conseguinte, a taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central melhorou-se ao fixar-se em 77,1% contra 73,4% em Dezembro de 2017.

O montante dos créditos internos aumentou de 2.585,7 biliões ou de 9,4%, para situar-se em 30.023,8 biliões em finais de Dezembro de 2018. Esta evolução resulta essencialmente do efeito associado dos créditos líquidos na Administração Pública Central (APUC), que se estabeleceram em 7.960,8 biliões em finais de Dezembro de 2018, em alta de 684,0 biliões em relação ao seu nível de finais de Dezembro de 2017, e do aumento de 1.901,7 biliões dos créditos aos outros sectores da economia, que se fixaram em 22.063,0 biliões, em finais de Dezembro de 2018, após 20.161,2 biliões no ano anterior. Em relação à evolução de suas contrapartidas, a massa monetária consolidou-se de 3.065,4 biliões ou seja 12,4%, para estabelecer-se em 27.715,1 biliões em finais de Dezembro de 2018.

Num contexto geral de baixas pressões inflacionistas, o Banco Central manteve sem mudar os instrumentos de política monetária em 2018. Assim, a taxa mínima de licitação nos leilões e a taxa do balcão da facilidade permanente de cedência de liquidez mantiveram-se em 2.50% e 4.50%, respectivamente, desde 16 de Setembro de 2013 e a 16 de Dezembro de 2016.

Em geral, a actividade esteve bem orientada para os mercados de capitais da União em 2018. A nível do mercado monetário, o saldo cumulado dos adiantamentos nos balcões de licitação de uma semana e de um mês situou-se em 4 070.0 biliões no final de Dezembro de 2018, contra 3 845.0 biliões no ano anterior, ou seja um aumento de 225.0 biliões (+5.8%). A evolução do mercado interbancário, em finais de Dezembro de 2018, foi marcada pelo recuo do volume de transacções de numerário e uma alta da taxa de juros das operações de uma semana. O montante médio dos empréstimos situou-se em 532,4 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 497,4 biliões, um ano mais cedo. A nível do mercado regional da dívida pública, o total dos títulos de dívida pública sobressaiu-se em 9.937,6 biliões ou 14,3% do PIB em finais de Dezembro de 2018 contra 9.629,8 biliões ou 14,5% do PIB, no ano anterior.

No plano da gestão dos símbolos monetários, os levantamentos e os depósitos efectuados nos balcões do Banco Central incidiram sobre um total de 4.851,4 milhões de notas e moedas em 2018, contra 4.830,5 milhões de unidades durante o ano precedente, ou seja uma alta de 0,43%. Comparada a 2017, a parte das notas na circulação fiduciária permaneceu quase estável em 97,3%.

A nível da cooperação internacional, as operações efectuadas pelo Banco Central com o FMI, para a conta dos Estados membros da UEMOA, saldaram-se, durante o ano 2018, pelas entradas líquidas de recursos de 206,01 milhões de DSE contra 143,25 milhões de DSE, um ano mais cedo. Os encargos suportados pelo BCEAO em finais de Dezembro de 2018, no quadro das operações com o FMI, cifraram-se em 10,81 milhões de DSE (8.560,63 milhões de francos CFA) contra 4,62 milhões de DSE (3.697,53 milhões de francos CFA) no ano precedente.

No plano do funcionamento do Banco Central, durante o exercício 2018, os Órgãos da União realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de Janeiro de 2007 constituindo a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, durante o ano 2018, uma sessão ordinária, a 30 de Julho de 2018 em Lomé, na República do Togo. O Conselho de Ministros realizou quatro (04) sessões ordinárias e uma (1) sessão extraordinária. O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro (4) reuniões ordinárias e o Conselho de Administração do BCEAO organizou duas (2) sessões ordinárias.

O Banco Central prosseguiu os seus esforços com vista a um financiamento acrescido e de elevada qualidade da economia, com o lançamento do mecanismo de apoio ao financiamento das PME/PMI na UEMOA. A operação foi seguida, em cada um dos Estados-Membros da União, de uma cerimónia conjunta presidida pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro responsável pelas PME, durante o período compreendido entre 2 de Agosto de 2018 e 10 de Setembro de 2018.

O BCEAO prosseguiu igualmente as suas acções para reforçar a solidez do sistema bancário e financeiro, através da entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2018, do Plano de Contabilidade Bancário (PCB) revisto e do novo quadro prudencial aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA, ambos conformes às normas internacionais, nomeadamente as normas de Basileia II e III.

Por outro lado, no que diz respeito à preservação da estabilidade financeira, os trabalhos do Banco Central sobre a criação de um quadro institucional para a política macroprudencial na UMOA conduziram à criação de uma Comissão interna encarregada desta matéria, nomeadamente a definição e a implementação operacional de uma estratégia adequada, através da detecção, da avaliação, da gestão e do controlo do risco sistémico.

No âmbito do Plano Estratégico 2016-2018, o acompanhamento da execução dos projectos previstos foi realizado periodicamente através da revista trimestral do estado de evolução. Globalmente, os projectos estratégicos das Estructuras do Banco foram adequadamente desenvolvidos nesta fase.

Por outro lado, o BCEAO começou a desenvolver o seu novo Plano Estratégico 2019-2021, a fim de continuar a lidar eficazmente com as incertezas e rápidas mudanças do seu ambiente. A grande inovação tem sido a de orientar o pensamento prospectivo sobre os temas que podem representar desafios significativos para o Banco Central nos próximos anos. A reflexão foi assim estruturada em torno dos seguintes quatro (4) eixos: *"Governança dos processos e dos riscos"*, *"Estabilidade monetária"*, *"Estabilidade e inclusão financeira e financiamento das economias"*, *"Eficiência dos recursos"*.

A título do mecanismo de gestão dos riscos e das actividades de supervisão, as acções levadas a cabo, durante o ano 2018 inscrevem-se na continuação de seu alinhamento com os padrões internacionais. Incidiram nomeadamente sobre a actualização da cartografia dos riscos e das ferramentas de gestão da continuidade das actividades, a criação da base de incidentes bem como sobre o reforço da segurança do sistema de informação. As diferentes actividades de controlo foram realizadas regularmente a nível das estruturas operacionais do Banco.

O ano 2018 caracterizou-se também pela organização da cerimónia de entrega da sexta edição do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica, decorrida a 21 de Novembro de 2018, após o dia comemorativo de 11 de Outubro de 2018, que assinala o trigésimo aniversário da morte do primeiro Governador da Instituição.

O Governador Tiémoko Meyliet KONE, à margem da cerimónia de entrega do Prémio, recebeu do Presidente Director-Geral do Lmps Group, o certificado de conformidade dos sistemas de informação do Banco Central com as exigências da norma PCI-DSS (Payment Card Industry Data Security Standard) versão 3.2. Esse prêmio reconhece o sucesso das acções empreendidas pelo Instituto Emissor para fortalecer a segurança de seu sistema de informação em geral e consolidar a proteção de dados bancários, em especial.

A 31 de Dezembro de 2018, o número global do pessoal do Banco Central, todos os corpos confundidos, estabeleceu-se em 3.615 agentes contra 3.633 agentes em finais de Dezembro de 2017. Este número é constituído por 3.558 agentes em actividade nos sítios do BCEAO e de 57 agentes em posição de destacamento ou de disponibilidade.

I – CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO INTERNACIONAL

O ambiente económico e financeiro internacional em 2018 foi marcado por tensões comerciais entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, condições financeiras mais restritivas, tensões geopolíticas e aumento das facturas de importação de petróleo. Assim a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,7% em 2018, seja o mesmo do que em 2017.

1.1.1 - Actividade económica nos grandes países industrializados

A nível das economias avançadas, o crescimento estabeleceu-se em 2,4% em 2018, como em 2017. Nos Estados Unidos, o crescimento económico manteve-se robusto em 2,9%, principalmente devido à actividade do sector privado, impulsionada pelo estímulo orçamental.

Na zona euro, o crescimento desacelerou de 2,4% em 2017 para 2,0% em 2018, refletindo um abrandamento mais acentuado do que o esperado da actividade económica no primeiro trimestre de 2018 na Alemanha, na França e na Itália. Esta situação é explicada pela fraqueza do crescimento das exportações, pelo aumento dos preços da energia, que pesou sobre a procura nos países importadores de energia, bem como pelas incertezas políticas e sociais em alguns países e relacionadas com o *Brexit*.

1.1.2 - Actividade económica nos países emergentes e em desenvolvimento

Nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento foi de 4,7% em 2018 como em 2017. Na China, o crescimento desacelerou de 6,9% em 2017 para 6,6% em 2018, num contexto de tensões comerciais com os Estados Unidos. A economia indiana cresceu 7,3% em 2018 após 6,7% em 2017, impulsionada pela procura interna, depois de ter atingido o seu nível mais baixo em quatro anos em 2017. Na Rússia, a taxa de crescimento foi de 1,7% em 2018, após 1,5% em 2017. A economia russa beneficiou da recuperação em alta dos preços do petróleo.

Na África subsariana, o crescimento continuou a fortalecer-se em 2018. A taxa de crescimento da economia foi de 3,1% em 2018, significativamente superior à do ano anterior de 2017 (+2,7%). Este crescimento foi apoiado por vários factores, nomeadamente uma inflação mais baixa e a consolidação orçamental na maioria dos países. A Nigéria registou um crescimento de 1,9% em 2018, após 0,8% em 2017, em linha com a melhoria da produção petrolífera e a recuperação da economia não petrolífera. Na África do Sul, a economia registou um declínio no seu ritmo de progressão, com uma taxa de crescimento de 0,8% em 2018, após 1,3% em 2017.

1.1.3 - Mercados financeiros e de matérias-primas

Nos mercados financeiros, os principais mercados accionistas registaram desenvolvimentos contrastantes, num contexto de condições financeiras mais restritivas e de maior restrictividade da política monetária nos Estados Unidos.

Em média, o índice da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Dow Jones, subiu 15,2% face ao ano anterior, impulsionado pela força da economia norte-americana, com a implementação de medidas de estímulo fiscal. No Japão, o índice Nikkei 225 aumentou 10,9% para um nível médio de 22.317,7 pontos em 2018. Em contraste, na área do euro, o índice EuroStoxx 50 caiu 86,0 pontos em relação ao seu nível médio de 2017 para 3 383,5 pontos em 2018. Da mesma forma, no Reino Unido, o índice Footsie 100 caiu ligeiramente 0,2% para 7.359,3 pontos em 2018, reflectindo os riscos de uma crise da dívida na zona euro e as preocupações com o resultado das negociações do *Brexit*.

Ao nível dos mercados bolsistas africanos, os índices registaram também desenvolvimentos contrastantes durante 2018. Assim, em média anual, os índices de GSE do Gana e do NSE da Nigéria registaram subidas de 41,4% e 17,6%, respectivamente. Por outro lado, o índice da África do Sul, o FTSE / JSE All Share, aumentou de 2,9% num contexto de fraca recuperação da actividade económica. Em contrapartida, na zona UEMOA, o índice de títulos da BRVM10 caiu 14,0%.

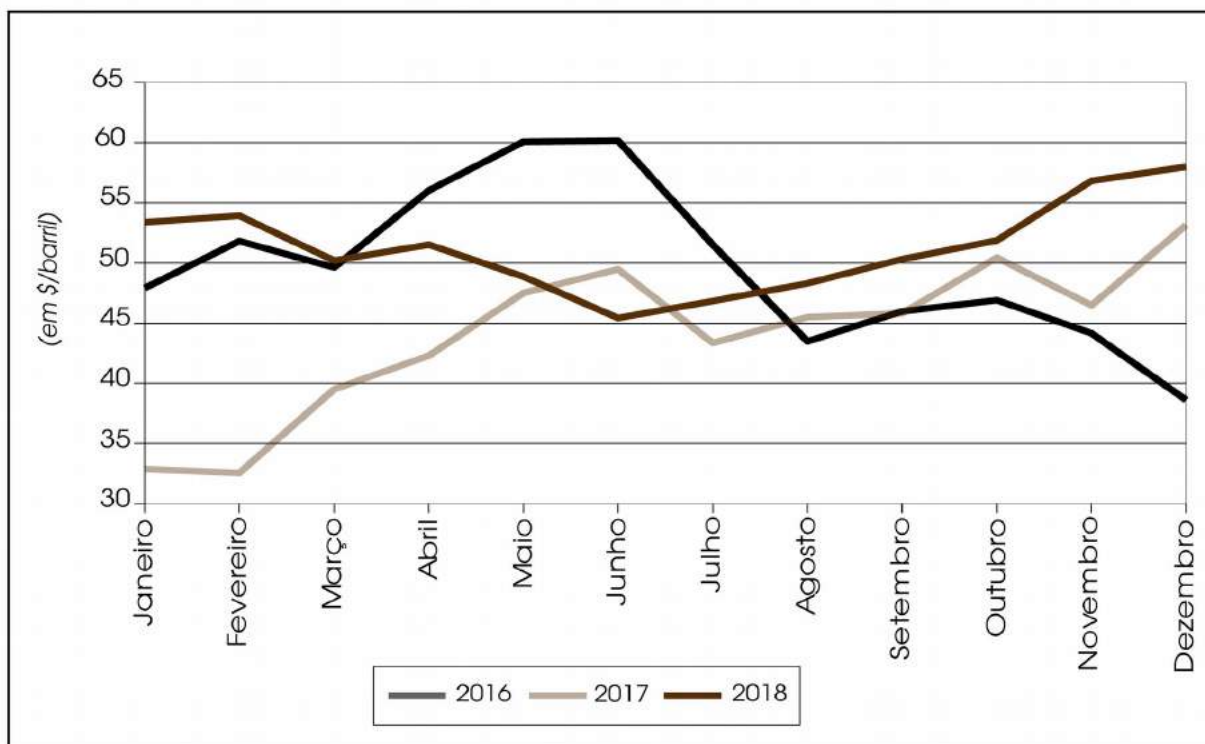
No que respeita às **matérias-primas**, os preços foram afectados por tensões comerciais, receios quanto ao crescimento mundial e enfraquecimento da procura por parte da China.

Os preços mundiais dos principais produtos de base exportados pela União registaram uma tendência decrescente anual, com excepção dos preços do petróleo (+26,8%), do cacau (+13,0%), do algodão (+12,7%) e do ouro (+1,1%). As diminuições mais significativas foram registadas para o óleo de palmiste (-27,8%), a borracha (-19,7%), o café robusta (-16,2%) e o óleo de palma (-14,4%).

O declínio dos preços do óleo de palmiste e do óleo de palma deve-se ao elevado nível de estoques e ao aumento da produção mundial, particularmente na Malásia e na Indonésia, combinado com uma procura lenta. Os preços da borracha foram afectados pelo aumento da oferta no mercado e pela fraca procura mundial. Os preços do café, por sua vez, foram afectados pela abundante oferta global das principais áreas de produção, notadamente o Brasil, o Vietnã, Uganda e a Índia.

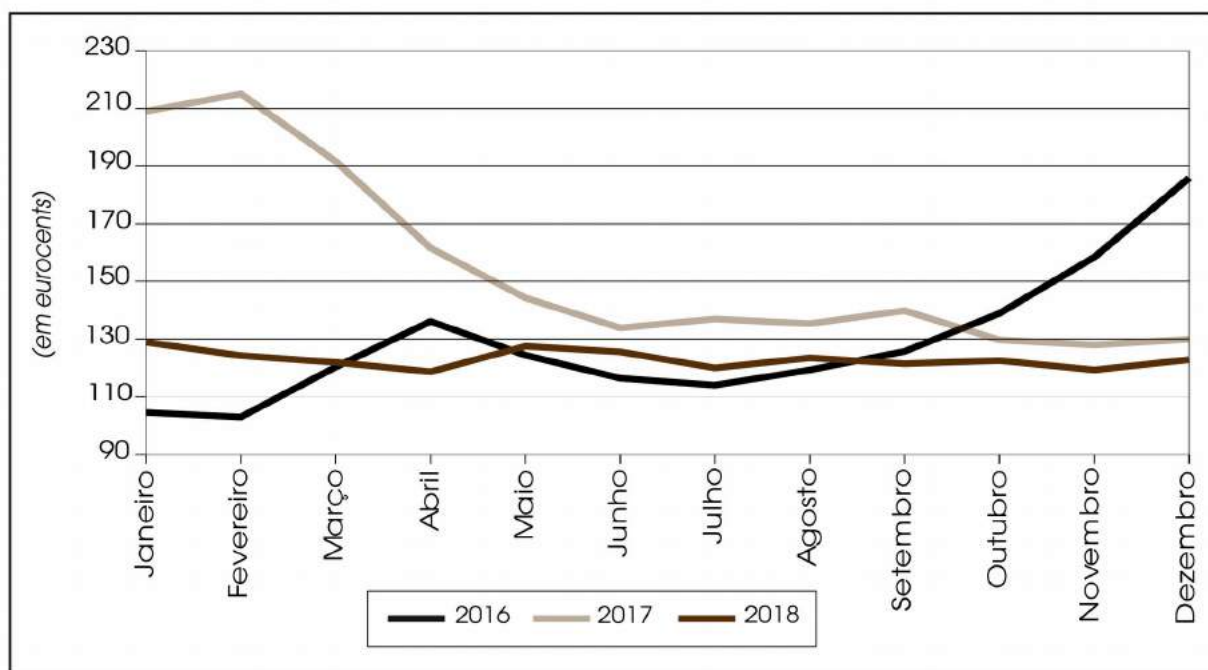
Por outro lado, os preços do petróleo continuaram a sua recuperação ascendente, iniciada em 2017, impulsionada pelo optimismo dos investidores quanto ao reequilíbrio do mercado petrolífero, em linha com as metas de quotas de produção da OPEP e as preocupações de abastecimento da Venezuela, da Rússia e do Irão. Esta tendência está em consonância com a entrada em vigor, em Novembro de 2018, das sanções dos EUA contra o sector petrolífero iraniano. Os preços do cacau foram impulsionados pela forte demanda da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos e pelas incertezas sobre a oferta global. Os preços do algodão beneficiaram da forte procura, combinada com a queda dos estoques.

Gráfico 1: Evolução dos preços do petróleo (NYMEX)



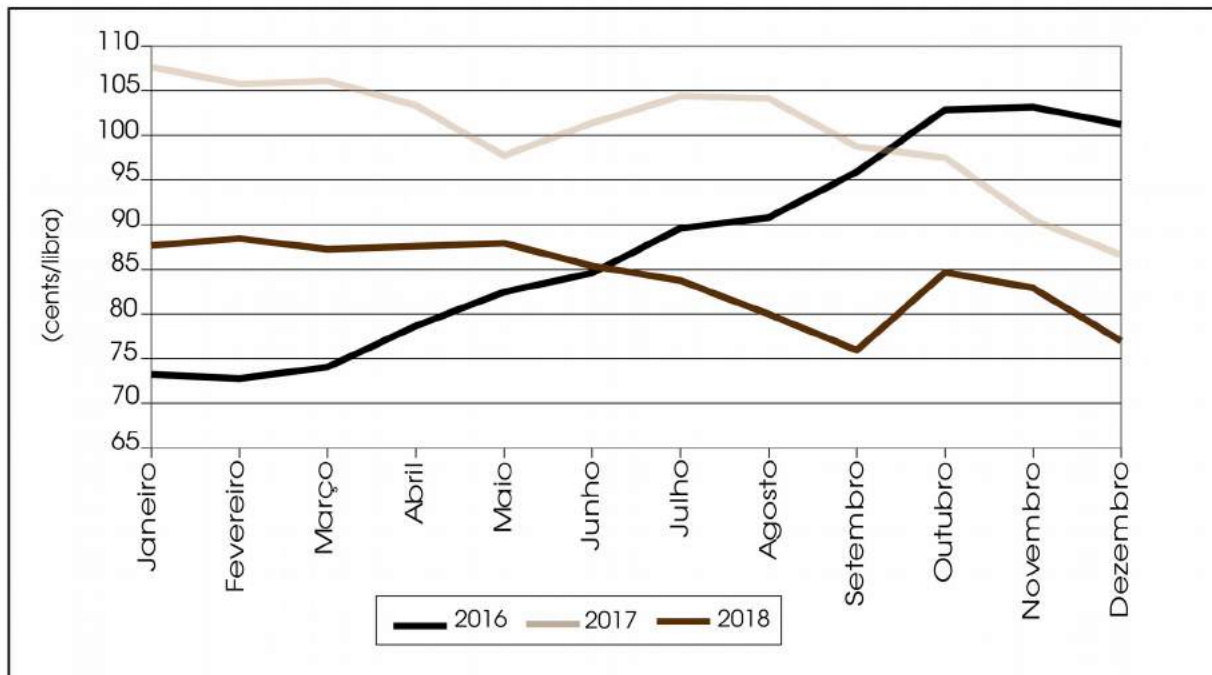
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 2: evolução dos preços da borracha (em eurocents)



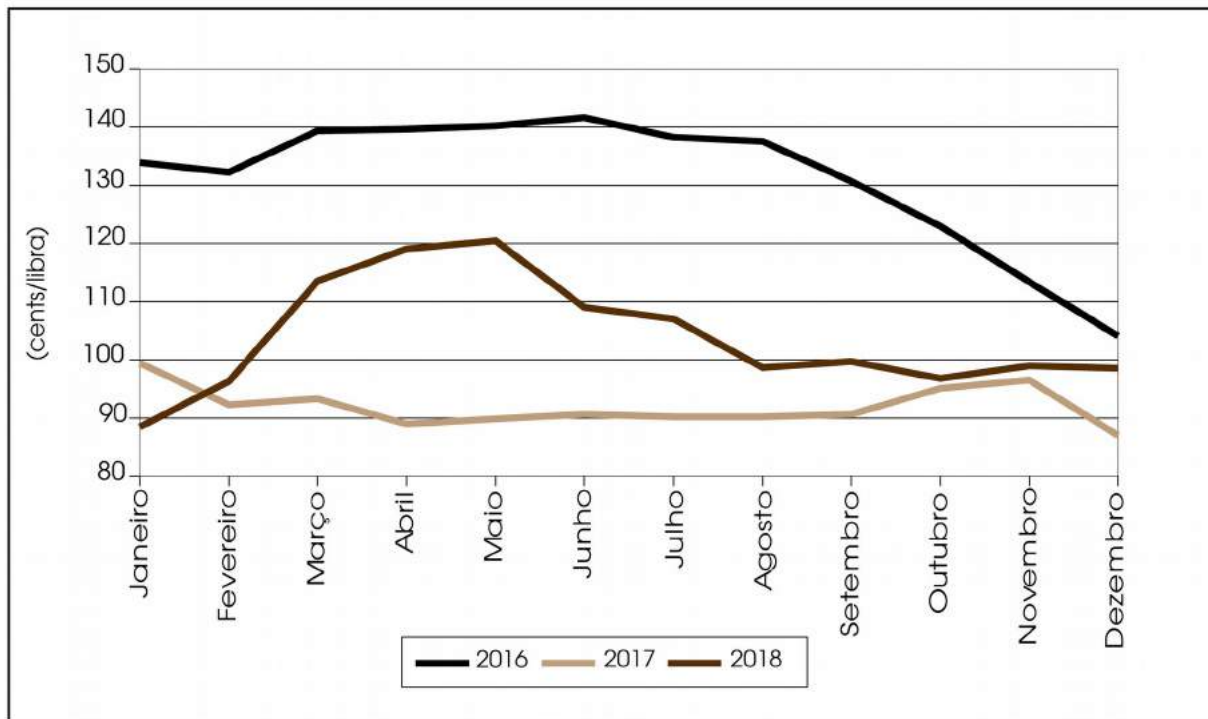
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 3: evolução dos preços do café



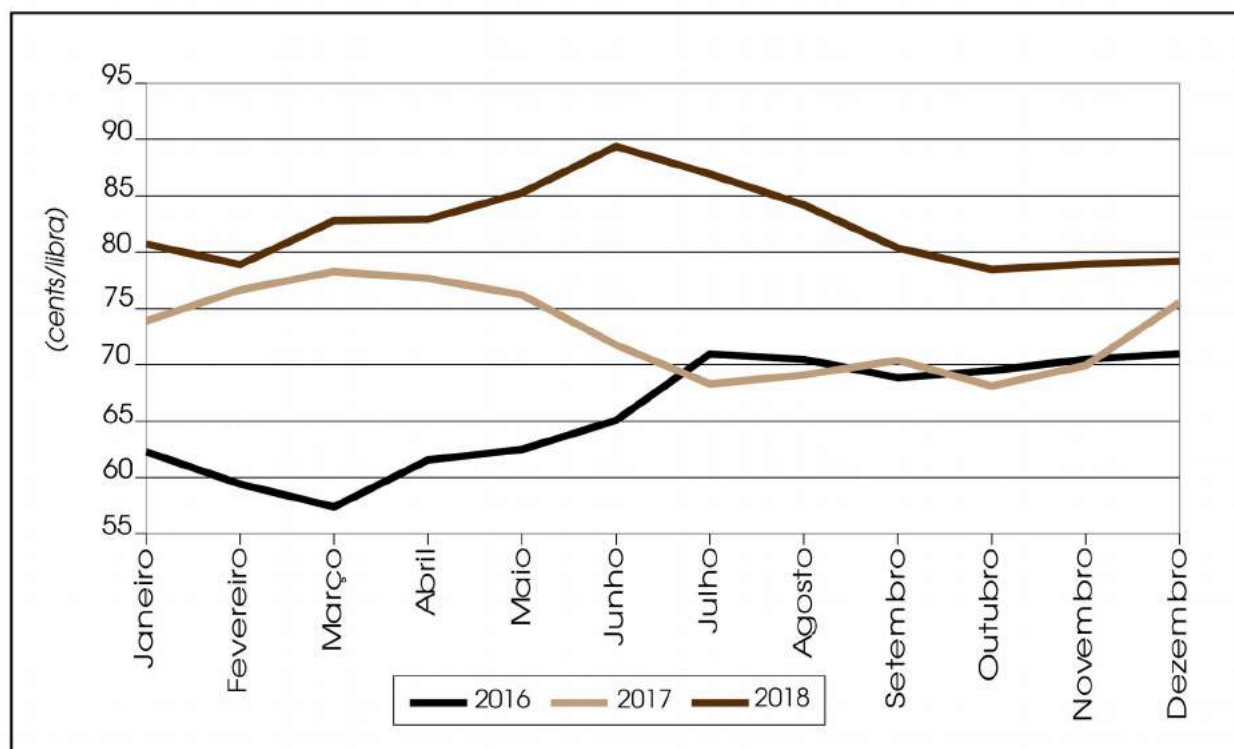
Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 4: evolução dos preços do cacau



Fontes: Reuters, BCEAO.

Gráfico 5: evolução dos preços do algodão



Fontes: Reuters, BCEAO.

1.1.4 - Medidas de política monetária e mercados cambiais

No plano da **política monetária**, os bancos centrais dos principais países industrializados iniciaram um aperto gradual, em particular a Reserva Federal dos EUA (FED), que continuou a normalizar a sua política, iniciada em Dezembro de 2015.

De facto, mantendo o seu optimismo quanto à força da economia dos EUA, a Reserva Federal dos EUA (FED) continuou a apertar a sua política monetária durante 2018. Nas reuniões do seu Comité de Política Monetária de 21 de Março, 13 de Junho, 26 de Setembro e 19 de Dezembro de 2018, o FED aumentou em 25 pontos base o intervalo de variação das taxas de juro dos fundos federais, fixando-o em 2,25% - 2,50%, ou seja, num total de 100 pontos base para 2018 e nove aumentos, num total de 225 pontos desde Dezembro de 2015. Além disso, afirmou que continuará a reduzir o tamanho do seu balanço à mesma taxa, em 50 biliões de dólares por mês. O FED indicou que os novos aumentos da taxa, objectivo dos fundos federais, deverão estar em sintonia com a expansão da actividade económica, as condições sólidas do mercado de trabalho e uma inflação próxima do objectivo de 2%.

Num ambiente marcado pelas incertezas relacionadas com o *Brexit*, o Banco de Inglaterra (BoE) aumentou a sua taxa directora em 25 pontos base para 0,75% em 2 de Agosto de 2018, o segundo aumento da taxa desde Agosto de 2016. O BoE disse que um maior aperto da política monetária é apropriado para trazer a inflação de volta à meta de 2,0%, enquanto a economia continuar a crescer como esperado. No entanto, indicou que a orientação da sua política monetária depende da natureza e das implicações da saída da Grã-Bretanha da União Europeia (UE).

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas directoras inalteradas em 2018. A taxa das operações principais de refinanciamento, principal instrumento da política monetária do BCE, permaneceu estável em zero, a taxa da facilidade permanente de depósito em -0.40% e a taxa da cedência de liquidez em 0,25%. O BCE indicou que estas taxas permanecerão nos seus níveis actuais até, pelo menos, ao Verão de 2019 e enquanto for necessário para assegurar a convergência sustentável da inflação para níveis inferiores, mas próximos de 2%.

No entanto, o BCE continuou a reduzir o montante mensal das recompras de activos, iniciado em Abril de 2017, no âmbito do seu programa de flexibilização quantitativa (QE, sigla em francês). Estes aumentaram de um montante mensal de 80 biliões de euros no final de 2016 para 60 biliões de euros em Abril de 2017. Este nível foi reduzido para 30 biliões de euros desde Janeiro de 2018 e reduzido para 15 biliões de euros desde Setembro de 2018 até ao final de Dezembro de 2018, quando estas compras foram suspensas. O BCE comprometeu-se a continuar a financiar a economia da Zona euro, que enfrenta uma desaceleração inesperada e turbulência política, reinvestindo todos os montantes recebidos na maturidade dos títulos que detém.

Por sua vez, o Banco do Japão (BoJ) prosseguiu a orientação acomodatória de sua política monetária, incluindo o seu compromisso a manter as taxas a longo prazo em nível baixo. Para o efeito, a taxa de facilidade permanente de depósito (-0,10%) e o programa compra de activos de cerca de 80.000 biliões de ienes anuais continuou sem mudar. O BdJ disse que a prioridade era manter as taxas muito baixas para apoiar o aumento da inflação em direcção à meta de 2%.

A nível dos países emergentes, os principais bancos centrais modificaram a orientação da sua política monetária. Em 22 de Março de 2018, o Banco Popular da China (PBoC) aumentou em 5 pontos base a sua taxa de recompra a 7 dias, utilizada para operações no mercado monetário, para 2,55%. No entanto, o PBoC manteve inalterada a taxa de empréstimo a um ano, a sua taxa directora de referência de 4,35%, um nível em vigor desde Outubro de 2015. Num contexto de incerteza quanto às perspectivas económicas e de tensões comerciais com os Estados Unidos, o Banco Popular da China deixou inalterados os seus principais instrumentos para o resto do ano. No entanto, adotou medidas específicas, incluindo a emissão de obrigações especiais para empresas privadas, o alargamento da gama de garantias e a redução das Reservas Mínimas Obrigatórias (RMO), a fim de apoiar melhor o desenvolvimento de empresas privadas e de pequenas e microempresas.

No Brasil, o Banco Central baixou sucessivamente a sua taxa directora em 25 pontos base durante as reuniões de 7 de Fevereiro e 21 de Março de 2018, para 6,50%, uma diminuição de 775 pontos base desde que iniciou o seu ciclo de flexibilização monetária em Outubro de 2016. Nos países em desenvolvimento parceiros comerciais da União, os bancos centrais mantiveram os seus instrumentos inalterados, com excepção do Banco Central do Gana (BdG) e dos Estados da África Central (BEAC). Na reunião do Comité de Política Monetária de 16 e 18 de Maio de 2018, o BoG reduziu a taxa de juro directora em 100 pontos base para 17,0%, num contexto de queda das pressões inflacionistas. Consequentemente, o BoG reduziu o nível deste instrumento em 900 pontos de base desde o início da sua política acomodatória em Novembro de 2016. Na sessão do seu Comité de Política Monetária de 31 de Outubro de 2018, o BEAC aumentou em 55 pontos base a taxa de juro do leilão (TIAO), sua principal taxa directora de 2,95% para 3,5%. Este aumento destina-se a fortalecer as reservas cambiais da Zona CEMAC.

O Banco Central da Nigéria (CBN) manteve a sua taxa directora inalterada em 14,0% durante o ano 2018. Assim, a taxa de referência mantém-se em 14%, um nível em vigor desde 26 de Julho de 2016.

No **mercado do câmbio**, a moeda europeia apreciou-se em relação às principais moedas em 2018. O euro subiu 4,6% para fixar-se em 1,181 dólar norte-americano em 2018. A moeda europeia também subiu contra o franco suíço (+3,9%), o iene japonês (+3,0%) e a libra esterlina (+1,0%).

No mercado oeste-africano, a moeda dos países da Zona UEMOA consolidou-se em relação às principais divisas da sub-região em 2018. Em média anual, 1.000 FCFA foram trocados contra 8,250 cedis ganenses, 86,438 dalasis gambianos, 14.263,886 leones da Serra Leoa, 257,69 dólares liberianos, 16.221,371 francos guineenses e 549,997 nairas da Nigéria. Numa base anual, a apreciação do franco CFA variou entre 3,9% e 34,0% respectivamente face ao franco guineense e ao dólar liberiano.

Quadro 1: evolução das taxas médias anuais de câmbio (unidades de moeda estrangeira para 1.000 FCFA)

Unidade monetária	acrónimo	2017	2018	Variação (%)
Direito de Saque Especial	(DTS)	1,240	1,272	2,6
Dólar americano	(1 USD)	1,722	1,801	4,6
Franco suíço	(1 CHF)	1,695	1,761	3,9
Libra esterlina	(1 GBP)	1,336	1,349	1,0
Iene japonês	(1 JPY)	193,084	198,805	3,0
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	79,442	86,438	8,8
Cedi ganense	(1 CEDI)	7,460	8,250	10,6
Franco guineense	(1 FNG)	15 608,884	16 221,371	3,9
Dólar Liberiano	(1 DÓLAR)	192,299	257,690	34,0
Naira da Nigéria	(1 NAIRA)	524,038	549,997	5,0
Leone da Serra-Leoa	(1 LEONE)	12 650,378	14 263,886	12,8

Fontes: BdF, AMAO, FMI, BCEAO.

Quadro 2: evolução das taxas médias trimestrais de câmbio (1.000 FCFA por unidade monetária)

A NO 2 0 1 7	acrónimo	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Direito de Saque Especial	(DTS)	1,199	1,221	1,270	1,272
Dólar americano	(1 USD)	1,623	1,677	1,790	1,795
Franco suíço	(1 CHF)	1,630	1,652	1,724	1,772
Libra esterlina	(1 GBP)	1,311	1,312	1,368	1,352
Iene japonês	(1 JPY)	184,453	186,482	198,747	202,652
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	73,295	77,550	83,212	84,778
Cedi ganense	(1 CEDI)	7,080	7,112	7,842	7,887
Franco guineense	(1 FNG)	15 062,709	15 191,737	16 097,152	16 148,007
Dólar Liberiano	(1 DÓLAR)	167,459	184,982	205,750	219,148
Naira da Nigéria	(1 NAIRA)	495,364	510,646	546,134	547,955
Leone da Serra-Leoa	(1 LEONE)	11 767,118	12 204,359	13 281,950	13 516,176
A NO 2 0 1 8		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Direito de Saque Especial	(DTS)	1,294	1,271	1,266	1,256
Dólar americano	(1 USD)	1,874	1,817	1,773	1,740
Franco suíço	(1 CHF)	1,776	1,790	1,744	1,732
Libra esterlina	(1 GBP)	1,347	1,336	1,360	1,353
Iene japonês	(1 JPY)	202,963	198,300	197,660	196,298
Dalasi gambiano	(1 DALASI)	87,114	86,377	85,794	86,479
Cedi ganense	(1 CEDI)	8,274	8,049	8,331	8,355
Franco guineense	(1 FNG)	16 858,331	16 368,150	15 970,360	15 733,123
Dólar Liberiano	(1 DÓLAR)	240,105	247,020	273,414	273,824
Naira da Nigéria	(1 NAIRA)	571,795	555,241	541,637	532,876
Leone da Serra-Leoa	(1 LEONE)	14 180,874	13 956,919	14 362,745	14 569,329

Fontes: Reuters, Banque de France, AMAO.

1.1.5 - Empregos e inflação nos países industrializados

As procuras de empregos diminuíram na maioria dos países industrializados. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 4,1% em Dezembro de 2017 para 3,7% em Novembro de 2018, ou seja 4 pontos percentuais. Na Zona euro, a taxa de desemprego, taxa de desemprego, continuou a diminuir de 8,6% em Dezembro de 2017 para 7,9% em Novembro de 2018.

A inflação global aumentou durante o ano 2018, induzida nomeadamente pela alta dos preços do petróleo. Nos países industrializados, a taxa de inflação estabeleceu-se em 2,0% em 2018, contra 1,7% em 2017, permanecendo a nível dos objectivos fixados pelos bancos centrais. A nível dos países emergentes e em desenvolvimento, ela estabeleceu-se em média em 5,0% em 2018 contra 4,3% em 2017, num contexto marcado pela adopção de políticas monetárias mais restrictivas na maioria dos países emergentes, com vista a enfrentar as tensões inflacionistas. Na África subsariana, a inflação continua a fixar-se a um nível superior a 10% em 2018, essencialmente na Nigéria e no Gana.

1.2 - CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA

1.2.1 - Produto Interno Bruto e evolução do sector real na UEMOA

A actividade económica manteve-se robusta na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) em 2018, graças à consolidação, a nível internacional, da procura interna nos países industrializados. A nível local, as economias têm beneficiado de um ambiente sociopolítico globalmente favorável e de um clima de negócios em melhoria, como demonstra o salto qualitativo de 17 lugares registado entre 2017 e 2018 pela Côte d'Ivoire, principal economia da UEMOA, na edição de 2018 do relatório Doing Business do Banco Mundial. A actividade económica beneficiou igualmente do dinamismo renovado das trocas comerciais com a Nigéria, principal parceiro comercial de vários Estados-membros da União, e da prossecução dos investimentos em infraestruturas socioeconómicas.

O Produto Interno Bruto (PIB) da União registou, portanto, em termos reais, uma progressão de 6,6% em 2018 como em 2017, segundo as estimativas dos Serviços oficiais dos seus Estados membros. O crescimento económico foi impulsionado principalmente pelo sector terciário, com uma contribuição de 3,7 pontos, nomeadamente através do bom desempenho das actividades comerciais, portuárias, aeroportuárias e de transporte, bem como dos serviços. A expansão económica provém também do sector secundário, o segundo pilar do crescimento, com uma contribuição de 1,6 pontos percentuais. Beneficiou da execução, a um ritmo sustentado, de grandes obras de infraestruturas básicas, da melhoria do abastecimento de energia eléctrica e do relançamento das actividades das indústrias extractivas, com destaque para a entrada em produção da FEKOLA, que explora a segunda maior mina de ouro do Mali. O sector primário contribuiu com 1,3 pontos percentuais para o crescimento económico, graças ao aumento da produção agrícola, impulsionada pelas boas chuvas.

Por país, o crescimento económico foi de 7,7% na Côte d'Ivoire, 6,8% no Benin e no Senegal, 6,6% no Burkina, 5,2% no Níger, 4,9% no Mali, 4,8% no Togo e 3,8% na Guiné-Bissau.

1.2.1.1 - Produção agrícola

A campanha agrícola de 2018/2019 beneficiou de condições pluviométricas geralmente favoráveis que, de acordo com o centro regional AGRHYMET, permitiram completar a plantação e contribuir para o sucesso dos rebentos jovens dos principais cereais de sequeiro (painço, sorgo, milho). Além disso, os rendimentos do painço melhoraram em várias zonas de produção da União.

Nesta base, as primeiras estimativas dos Serviços Oficiais indicam, para a campanha de 2018/2019, um aumento de 8,3% da produção alimentar da UEMOA para 64.829.714 toneladas. Este aumento é impulsionado principalmente pelos cereais (+10,9%) e outras culturas (+15,4%), dominados pelos produtos hortícolas.

Comparadas à média dos precedentes cinco anos, a produção de alimentos durante a campanha 2018/2019 aumentou 19,5%.

As colheitas das principais culturas de exportação registaram igualmente uma alta durante a campanha agrícola 2018/2019, em relação à precedente campanha, salvo para o cacau.

Após uma colheita recorde de 2.045.112 toneladas na União na campanha de 2017/2018, a produção de cacau está estimada em 1.969.746 toneladas para a campanha de 2018/2019, devido, nomeadamente, aos danos causados pela doença "Swollen Shoot" do cacau inchado nos pomares. Embora tenha diminuído 3,7%, este volume continua a ser a segunda maior quantidade alguma vez obtida na União, após a da campanha anterior.

Com respeito à produção de café, o aumento excepcional de 167,3% registado no final da campanha 2018/2019 é explicado pelo retorno a uma situação normal, após a queda significativa da produção na campanha anterior, devido à perda de grande parte da floração devido a chuvas fortes. A colheita estimou-se em 137.726 toneladas, depois de 51.523 toneladas e 122.611 toneladas respectivamente, durante as campanhas anteriores 2017/2018 e 2016/2017.

Os dados provisórios indicam que a colheita de sementes de algodão da União foi de 2.509.970 toneladas na campanha de 2018/2019, mais 3,1% do que no ano anterior. Estes resultados são atribuíveis à pluviometria satisfatória registada nas zonas de produção e na manutenção das medidas de apoio aos produtores, nomeadamente a disponibilização dos insumos e o acompanhamento técnico.

A quantidade de amendoins da campanha de 2018/2019 é estimada em 3 3 302 448 toneladas na União, mais 3,7 % do que no ano anterior, em consonância com o aumento da produção em todos os países da União.

O volume de castanha de caju é estimado em 1.186. 832 toneladas na campanha de 2018/2019, o que representa um aumento de 4,0% em relação à campanha anterior, graças, nomeadamente, às condições climáticas satisfatórias nas zonas de produção da Côte d'Ivoire e do Benin.

A quantidade produzida da borracha durante a campanha 2018/2019 sobressaiu-se em 613.900 toneladas, ou seja um acréscimo de 5,8% toneladas, em relação à campanha anterior, sob o efeito do aumento das superfícies plantadas.

1.2.1.2 - Produção mineira

As primeiras estimativas disponíveis sobre a actividade mineira durante o ano 2018, indicam uma tendência contrastante na principal produção mineira. Os volumes de ouro e fosfatos produzidos aumentaram, enquanto os de petróleo e urânio diminuíram.

A quantidade de ouro extraído na União em 2018 é estimada em 140.886,9 kg, o que representa um aumento de 15,4% em relação a 2017. Esta tendência se reflete em todos os países produtores, com excepção do Níger. No Mali, principal produtor da UEMOA, a produção de ouro em 2018 foi de 60.883 kg, o que representa um aumento anual de 22,7% devido ao início da produção da empresa FEKOLA, que explora a segunda maior mina de ouro do país, com uma capacidade média anual de produção de 13 toneladas. O Burkina Faso e a Côte d'Ivoire registaram aumentos de 12,0% e 10,8%, respectivamente, nas quantidades de ouro extraído, estimadas em 51.972 kg e 28.000 kg em 2018. Em contraste, a produção de ouro do Níger aumentou de 843 kg em 2017 para 22 kg em 2018, devido ao encerramento da principal empresa mineira, a Sociedade das Minas de Liptako, após a mudança de acionistas.

A produção dos fósforos aumentou igualmente de 18,6% chifrando-se a 2.738.100 toneladas em 2018, contra 2.307.900 toneladas, um ano mais cedo. Este aumento, na sequência do bom desempenho da procura, é impulsionado pelo aumento de 28,5% da produção no Togo e pelo aumento de 14,1% das extracções no Senegal.

A produção do urânio recuou de 17,4%, estabelecendo-se em 2.879,8 toneladas, em 2018, em ligação com a evolução desfavorável dos preços no mercado mundial. Da mesma forma, a extracção de o crude diminuiu 17,2% e 16,3%, respectivamente, na Côte d'Ivoire e no Níger, devido nomeadamente aos trabalhos de manutenção de algumas instalações.

1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios do comércio

A produção industrial na UEMOA sobressaiu-se em alta de 4,3% em 2018, após uma progressão de 3,5% anotada um ano antes. Esta variação reflecte essencialmente a aceleração do ritmo de produção da indústria transformadora, que aumentou de 9,5% em 2018 contra 5,0% registado no ano anterior, em ligação nomeadamente com a retoma da produção na indústria química (+24,2% contra +3,7%). Por outro lado, no mesmo período, verificou-se uma desaceleração da taxa de produção de energia (+1,7% contra +3,5%) e um declínio na indústria extractiva (-9,1%).

Por país, registou-se em 2018, um aumento do Índice da Produção Industrial em todos os Estados membros com excepção do Níger (-10,1%) e do Togo (-7,5%).

O Índice do volume de Negócios (IVN) do comércio a retalho aumentou, com uma taxa média de crescimento de 7,3% na UEMOA, em comparação com um aumento de 10,0% no ano anterior. Esta desaceleração reflecte principalmente a queda no ritmo de vendas de produtos alimentícios (+2,5% contra +5,9%), de materiais de construção (+8,5% contra +11,5%) e automóveis e motocicletas (-8,4% contra +14,5%).

Por país, o volume de negócios do comércio a retalho registou uma alta na maioria dos Estados membros, com evoluções bastante pronunciadas no Benin (+18,5%), no Senegal (+9,4%) e na Côte d'Ivoire (+8,9%).

O indicador de volume de negócios nos serviços mercantis (excluindo serviços financeiros) aumentou de 8,0% em 2018, impulsionado em particular pelos serviços de transporte, alojamento e restauração. O índice das actividades de serviços financeiros registou um aumento de 8,6% no período em análise face a um aumento de 12,3% no período homólogo do ano anterior, principalmente devido ao aumento do volume de transacções bancárias (empréstimos, depósitos), compensado por um aumento do custo dos recursos (taxa de crédito).

Por país, em 2018, registou-se um aumento do volume de negócios no sector dos serviços de mercado em todos os países, com excepção da Guiné-Bissau, quer para o IVN dos serviços de mercado excluindo serviços financeiros (-14,9%), quer para o IVN dos serviços financeiros (-11,3%).

1.2.2 - Evolução da inflação¹

A taxa de inflação em média anual estabeleceu-se em 1,1% em 2018 contra uma realização de 1,0% em 2017. Esta tendência deve-se principalmente a um aumento gradual dos preços dos combustíveis na bomba na maioria dos países da União, nomeadamente no Benin, no Burkina, na Côte d'Ivoire, no Mali e no Togo.

Em 2018, o diferencial de inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros revelou-se favorável de 2,9 pontos percentuais na União. Em particular, no que respeita à Nigéria e ao Gana, o diferencial de inflação atingiu mesmo, respectivamente 11,0 e 8,8 pontos percentuais.

Quadro 3: variação dos preços no consumidor em 2016 e 2017 (em percentagem)

	2017		2018	
	Média anual	Varição homóloga em finais de dezembro	Média anual	Varição homóloga em finais de dezembro
Benin	1,8	3,0	0,8	-0,1
Burkina	2,9	4,7	1,9	0,3
Côte d'Ivoire	0,4	1,2	0,6	0,6
Guiné-Bissau	1,0	-1,2	0,4	2,4
Mali	2,2	0,2	0,9	2,5
Níger	0,1	1,7	2,8	1,6
Senegal	2,2	0,5	0,5	1,1
Togo	-0,2	-0,7	0,9	2,0
UEMOA	1,0	1,1	1,1	1,1

Fontes: Institutos Nacionais da Estatística dos Estados.

1. Nos termos do Regulamento n.º 03/CM/UEMOA, de 31 de Março de 2017, as taxas de inflação em 2017 e 2018 são calculadas com base nos dados de base do IHPC de 2014, substituindo a base do IHPC de 2008.

1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

Em 2018, num contexto de execução satisfatória dos programas com o FMI, a execução das operações financeiras dos Estados-Membros da União foi marcada pela prossecução das acções de consolidação orçamental. Esta trajectória descendente do défice público reflecte um controlo da despesa pública, em particular da despesa corrente, e uma ligeira melhoria da taxa de carga fiscal.

O défice global, com base em autorizações incluindo subvenções, em percentagem do PIB, melhorou 0,4 ponto percentual, passando para 3,9% em 2018, reflectindo uma diminuição de 0,3 ponto percentual do PIB das despesas totais entre 2017 e 2018 e um aumento de 0,1 ponto percentual do PIB das receitas totais e donativos.

Relativamente às receitas orçamentais, as cobranças elevaram-se em 12.832,7 biliões (18,4% do PIB) em finais de Dezembro de 2018, em alta de 1.094,0 biliões ou 9,3% em relação ao ano precedente. Esta progressão foi registada em todos os países da União. Os aumentos mais significativos das receitas orçamentais, de um ano para outro, foram registados no Níger (+23,5%), no Togo (+13,4%) e no Burkina (+12,3%).

Apesar da melhoria da cobrança das receitas, a taxa de carga fiscal permaneceu baixa em 15,7% em 2018, continuando abaixo do objectivo comunitário de 20% no mínimo visado até 2019.

As receitas não fiscais cifraram-se a 1.525,3 biliões em 2018, contra 1.340,6 biliões um ano mais cedo. Os donativos orçamentais elevaram-se a 1.475,5 biliões durante o ano 2018, em alta de 5,4% em relação a 2017.

As despesas e empréstimos líquidos aumentaram de 6,9%, passando de 15.899,8 biliões (24,8% do PIB) em finais de Dezembro de 2017 para 17.003,3 biliões em finais de Dezembro de 2018 (24,4% do PIB). Esta evolução reflecte um controlo da despesa pública, em particular da despesa corrente. As despesas correntes registaram uma alta de 7,2% em 2018 para fixar-se em 10.600,1 biliões em relação com o aumento dos vencimentos e salários (+10,1%) bem como dos encargos com juros (+18,7%).

As despesas de capital elevaram-se a 5.980,2 biliões em finais de Dezembro de 2018, ou seja uma alta de 438,3 biliões ou 7,9% em relação à prossecução da execução dos programas de investimentos públicos na área das infraestruturas. Em percentagem do PIB, sobressairam-se estáveis em 8,6%. As despesas de capital financiadas pelos recursos internos registaram 56,2% em 2018 contra 59,9% em 2017.

A respeito destas evoluções, o défice global, com base em autorizações, incluindo subvenções, em finais de dezembro de 2018, diminuiu de 66,1 biliões para estabelecer-se em 2.695,1 biliões, ou seja 3,9% do PIB contra um défice de 2.761,2 biliões ou seja 4,3% biliões do PIB no mesmo período do ano precedente. A nível da tesouraria, o défice ficou-se em 2.843,4 biliões e foi financiado em volta de 342,9 biliões pelas emissões líquidas de títulos públicos no mercado regional da dívida pública.

Tableau 4 : situation des finances publiques en 2018

	Décembre 2017 (1)	Décembre 2018 (2)	Variation (2) – (1)	
			(en milliards)	(en %)
Recettes budgétaires et dons	13 138,6	14 308,2	1 169,6	8,9
(en % du PIB)	20,5	20,6		
Recettes budgétaires	11 738,7	12 832,7	1 094,0	9,3
(en % du PIB)	18,3	18,4		
<i>dont recettes fiscales</i>	9 872,0	10 922,8	1 050,7	10,6
(en % du PIB)	15,4	15,7		
dons	1 399,9	1 475,5	75,6	5,4
Dépenses totales et prêts nets	15 899,8	17 003,3	1 103,5	6,9
(en % du PIB)	24,8	24,4		
dont dépenses courantes	9 890,5	10 600,1	709,6	7,2
(en % du PIB)	15,4	15,2		
<i>masse salariale</i>	3 997,8	4 402,8	405,0	10,1
<i>transferts et subventions</i>	2 196,8	2 144,3	-52,5	-2,4
<i>intérêts sur la dette</i>	966,3	1 146,6	180,3	18,7
dépenses en capital	5 541,8	5 980,2	438,3	7,9
(en % du PIB)	8,6	8,6		
autres dépenses	474,5	437,6	-37,0	-7,8
prêts nets	-7,0	-14,5	-7,5	107,3
Solde global, base engagements, y compris dons	-2 761,2	-2 695,1	66,1	-2,4
(en % du PIB)	-4,3	-3,9		
Solde global, base caisse, y compris dons	-2 768,8	-2 843,4	-74,6	2,7
(en % du PIB)	-4,3	-4,1		

Sources : Services nationaux, BCEAO.

1.2.3.2 - Mobilização de recursos e estado da dívida externa

Em 2018, a Côte d'Ivoire e o Senegal levam recursos nos mercados internacionais pela emissão de euro-obrigações. Para a Côte d'Ivoire, o montante global mobilizado cifrou-se em 1,7 biliões de euros, ou seja 1.115,0 biliões de francos CFA. Quanto ao Senegal, trata-se de uma emissão em duas parcelas, a primeira em dólares americanos no valor de 1,0 biliões, ou cerca de 531,2 biliões de francos CFA, e a segunda em euros no valor de 1,0 bilião, ou seja, o equivalente a 656,0 biliões de francos CFA.

Com base nas últimas estatísticas disponíveis, o montante global da dívida externa dos Estados membros da União, em finais de Dezembro de 2017, fixou-se em 17.656,4 biliões de francos CFA contra 15.658,6 biliões de francos CFA em finais de Dezembro de 2016, ou seja uma alta de 12,8%. O rácio de da dívida externa sobre o PIB inscreveu-se em 27,5% em 2017 contra 26,1% um ano mais cedo.

Por país, este rácio estabeleceu-se em 22,1% contra 22,4% em 2016 no Benin, 24,0% contra 27,4% no Burkina Faso, 24,5% contra 23,1% na Côte d'Ivoire, 47,4% contra 42,9% na Guiné-Bissau, 24,4% contra 25,0% no Mali, 29,7% contra 28,2% no Níger, 36,6% contra 32,1% no Senegal e 19,2% contra 19,4% no Togo. Nenhum país da União cumou pagamentos em atraso de sua dívida externa, em 2017.

Assim, a favor da Iniciativa Países Pobre Muito Endividados (PPTE) e da Iniciativa Multilateral de Redução da Dívida (IADM), a análise da dívida dos países da União revela uma melhoria do perfil dos indicadores de endividamento. excepto o Togo, a actualização das análises de viabilidade da dívida efectuada nos países, indica um risco de sobre-endividamento fraco ou moderado.

Em perspectiva, os Estados devem prosseguir as reformas estruturais para aumentar o seu potencial de crescimento e implementar estratégias de endividamento público compatíveis com a preservação da sustentabilidade de médio e longo prazos da dívida pública.

1.2.4 - Evolução da Balança de pagamentos

Em 2018, o comércio externo dos países da UEMOA resultou num excedente global de 1 142,5 biliões, após um excedente de 304,1 biliões no ano anterior. Esta consolidação dos equilíbrios externos estaria ligada à melhoria das entradas líquidas de recursos na conta de capital e financeira que mais compensaram os efeitos da deterioração da balança corrente.

O défice da balança corrente aumentou 10,2% para 4.470,2 biliões em 2018, devido à deterioração da balança de mercadorias em 716,0 biliões. Em percentagem do PIB, este défice é estimado em 6,4%, após 6,3% em 2017.

O défice comercial agravou-se impulsionado pela progressão das importações (+8,3%) maior do que o das exportações (+4,3%). A dinâmica das importações está ligada, em particular, ao aumento da factura do petróleo, na sequência da subida dos preços dos produtos petrolíferos, associada ao aumento da aquisição de bens de equipamento e produtos intermédios. O aumento das despesas de investimento na União, nomeadamente nas obras de construção, é responsável pela maior parte do aumento das compras de bens de equipamento e de produtos intermédios.

Quanto às exportações, o seu aumento é atribuível ao aumento das vendas de algodão (+32,2%), do petróleo (+26,1%) e do ouro (+9,2%). Para o algodão, a retoma registada deve-se ao impacto das reformas nos países da União nomeadamente no Benin onde se espera um aumento de 32,6% no volume em 2018. No caso do petróleo, o aumento das vendas externas é atribuível à evolução dos preços. Para o ouro, trata-se de um efeito volume num contexto de queda dos preços. O aumento das exportações da União em 2018 é atenuado pela diminuição das receitas do cacau (-6,8%), do urânio (-34,1%), da borracha (-14,0%), do café (-10,7%) e da castanha de caju (-7,2%), na sequência da baixa dos preços internacionais num contexto de aumento dos volumes de borracha, de café e da castanha de caju. Para o cacau, a tendência observada se deve à queda no volume, após os níveis recorde registrados em 2017.

O défice estrutural da balança dos serviços deteriorou-se de 2,1%, devido ao aumento da nota de frete (+14,5%). O saldo deficitário do rendimento primário, por sua vez, melhorou de 1,0%, devido ao recuo dos pagamentos de dividendos a investidores estrangeiros. No entanto, esta tendência é mitigada pelo aumento dos pagamentos de juros da dívida pública. Os rendimentos secundários aumentaram de 13,9%, reflectindo o aumento previsto das remessas dos migrantes.

Quanto à conta de capital, o seu excedente aumentou 12,3% em relação ao ano anterior, em especial no que diz respeito à consolidação das subvenções para projectos na maioria dos Estados-Membros da União.

As necessidades de financiamento ascenderam a 3 109,8 biliões, mais 9,4% do que no ano anterior. 129,2% deste requisito, face a 116,6% em 2017, é coberto por entradas líquidas de capital na balança financeira, que aumentaram 21,2% num ano.

A forte progressão das entradas líquidas a título da conta financeira em 2018, é principalmente imputável às emissões de euro-obrigações pela Côte d'Ivoire e o Senegal num montante líquido de 2 010,9 biliões de franco CFA. A consolidação da conta financeira é também suportada pelo aumento dos levantamentos públicos de crédito (+26,5%), em particular no Benin. Em termos de fluxos de capitais privados, o investimento directo estrangeiro, em particular nos sectores mineiro e petrolífero, também aumentou (+13,8%).

II – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2.1 - OBJECTIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

Desde da vigência da reforma Institucional, a 1º de Abril de 2010, o objectivo principal imputado à política monetária do Banco Central é a estabilidade dos preços. Neste quadro, definiu-se o objectivo operacional de estabilidade dos preços como uma taxa de inflação anual da União, numa margem de mais ou menos um ponto percentual (1%) em torno de um valor central de 2% até 24 meses. Os riscos potenciais para a estabilidade dos preços e o crescimento são avaliados durante o exercício de enquadramento macroeconómico, que fornece aos membros do Comité de Política Monetária parâmetros de referência sobre a evolução futura das economias da União.

2.2 - ACÇÃO MONETÁRIA

A acção monetária do Banco Central durante o ano 2018 apoiou-se principalmente na utilização dos instrumentos indiretos de regulação da liquidez bancária nomeadamente as taxa directoras, as operações de refinanciamento do BCEAO e o mecanismo das reservas obrigatórias.

2.2.1 - Política das taxas de juro

Num contexto geral de baixas pressões inflacionistas, de forte actividade económica na União e de perspectivas geralmente favoráveis para a inflação e o crescimento, os instrumentos de política monetária mantiveram-se inalterados ao longo de 2018. Assim, a taxa mínima de proposta nos leilões, a taxa do balcão da facilidade permanente de cedência de liquidez e o rácio das reservas mínimas permaneceram inalterados em 2,50%, 4,50% e 3,00%, respectivamente.

2.2.2 - Operações de open market

A fim de dotar os bancos de recursos necessários ao bom funcionamento do mercado monetário e à redução das taxas de juro, o BCEAO prosseguiu as suas operações semanais e mensais de injeção de liquidez. Assim, durante o ano de 2018, as operações de injeção de liquidez nos balcões de leilões de uma semana e de um mês do BCEAO evoluíram em termos das necessidades de liquidez estimadas do sistema bancário da União.

No balcão semanal dos leilões, o montante submetido a concurso público passou de 3.125,0 biliões em Janeiro de 2018 para 3.350,0 biliões em Dezembro de 2018, ou seja uma progressão de 7,2%, contra 45,3% em 2017. O montante médio das injeções de liquidez semanais em 2018 fixou-se em 3.044,9 biliões, quase estável em relação ao seu nível de 3.013,2 biliões em 2017 e em alta de 64,9% em relação ao de 2016. A manutenção deste nível relativamente elevado de adiantamentos de uma semana reflecte o desejo das Autoridades Monetárias de apoiar as instituições de crédito no financiamento da actividade económica na União.

A taxa marginal média nos leilões semanais foi de 3,5486% em 2018, 21,7 pontos base acima do nível de 3,3319% atingido em 2017. A taxa de juro média ponderada dos leilões de uma semana situou-se, em média, em 3.8499% em 2018, um aumento de 19.4 pontos base face ao seu nível em 2017.

No balcão mensal dos leilões, o Banco Central manteve o montante colocado em leilão em 2018 estável em 720,0 biliões. Um ano antes, entre Janeiro de 2017 e Dezembro de 2017, este montante tinha diminuído em 15,3%. Neste compartimento, as procuras satisfeitas situaram-se em média em 2018 em 710,7 biliões contra 788,8 biliões em 2017.

Em média, a taxa de juro marginal e a taxa de juro média ponderada aumentaram em 2018 em relação a 2017, de 10,1 e 5,3 pontos base, elevando-se respectivamente para 3,6909% e 3,9388%.

No total, o montante cumulado dos adiantamentos nos balcões de concursos públicos de uma semana e de um mês estabeleceu-se em 4.070,0 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 3.845,0 biliões um ano mais cedo, ou seja uma progressão de 225,0 biliões (+5,8%).

As promissórias e obrigações emitidas pelos Tesouros dos oito Estados da União representaram o essencial dos ativos apresentados pelas instituições de crédito como apoio às operações de refinanciamento.

2.2.3 - Ações nos balcões permanentes de refinanciamento

O Comité de Política Monetária do BCEAO (CPM) decidiu fixar, durante a sua sessão de 6 de Dezembro de 2016, o montante dos refinanciamentos cumulados, concedidos à mesma contrapartida no balcão de cedência de liquidez e balcão especial de refinanciamento do BCEAO, a duas vezes máximo, os fundos próprios de base da contrapartida interessada, a contar de 16 de Dezembro de 2016. Esta medida permitiu restabelecer a coerência do mecanismo de gestão da liquidez concedendo ao balcão de cedência de liquidez o seu carácter balcão de apoio. Como resultado, observou-se gradualmente uma descida significativa do crédito concedido a este balcão, com um montante de dívida de 123.6 biliões (2.9% do total de refinanciamentos) no final de Dezembro de 2018, em comparação com 251.5 biliões (6.1% do total de empréstimos) no final de Dezembro de 2017 e 1.503.6 biliões (32.5% do total de empréstimos) no final de Dezembro de 2016.

Tratando-se do balcão especial de refinanciamento², entrado em vigor desde Janeiro de 2014, nenhum compromisso das instituições de crédito para com o BCEAO foi identificado em Dezembro de 2018. No início do ano, o montante em dívida era de 10,3 biliões.

2.2.4 - Dispositivo das reservas obrigatórias

O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 5,00% desde 16 de Março de 2012, foi reduzido para 3,00% a partir de 16 de Março de 2017. O objectivo desta medida é *(i) aliviar as pressões sobre a liquidez dos bancos para lhes permitir cumprir as reservas mínimas obrigatórias e (ii) proporcionar aos bancos uma margem de liquidez que possam reciclar, se necessário, no mercado interbancário, a fim de ajudar a reduzir a taxa do mercado interbancário para uma semana (taxa de referência alvo) abaixo da taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e próximo da taxa mínima de proposta nos leilões.*

2. O balcão especial de refinanciamento foi criado pela Decisão n°24/2013/CPM que modifica e completa a Decisão n°97/12/2010 relativa às regras, instrumentos e procedimentos de implementação da política da moeda e do crédito do Banco Central dos Estados da África Ocidental. É o balcão onde as instituições de crédito admissíveis ao refinanciamento podem solicitar adiantamentos com maturidades entre três e doze meses. Estes adiantamentos são garantidos por títulos públicos ou privados que têm uma duração de vida residual entre cinco e vinte anos máximo. Este balcão entrou em vigor em Janeiro de 2014 e registou as suas primeiras operações em Julho de 2014.

No período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2018, as reservas constituídas sobressaíram-se em 1.413,0 biliões em média, para um nível requerido de 646,9 biliões. Por conseguinte, as reservas livres dos bancos fixaram-se em 766,1 biliões. Um ano antes, as reservas efectivamente constituídas sobressaíram-se em 1.312,6 biliões, para um nível requerido de 591,4 biliões. As reservas livres fixaram-se em 721,2 biliões.

Quadro 5: Coeficientes de reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos

	até 15 de Nov. de 1998	16 de Nov. a 15 de Dez. de 1998	16 de Dez. de 1998 a 15 de Abril de 2000	16 de Abril a 15 de Agost. de 2000	16 de agost. a 15 de Set. de 2000	16 de set. 2000 a 15 de Abril de 2002	16 de Abril de 2002 a 15 de Março de 2004	16 de Março 2004 a 15 de Junho de 2005	16 de Junho de 2005 a 15 de Junho de 2009	16 de Junho de 2009 a 15 de Maio de 2010	16 de Maio a 15 de Dez. de 2010	16 de Dez. de 2010 a 15 de Março de 2012	16 de Março de 2012 a 15 de Março de 2017	Desde a 16 de Março de 2017
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Côte d'Ivoire	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0

Fonte: BCEAO.

2.3 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A situação monetária da União **em finais de Dezembro de 2018**, comparada à de finais de Dezembro de 2017, caracterizou-se por um aumento da massa monetária, consecutivo à progressão de créditos interiores e de activos externos líquidos.

2.3.1 - Activos externos líquidos

Os activos externos líquidos das instituições monetárias aumentaram de 1.202,7 biliões para 1.279,9 biliões dos activos externos líquidos do Banco Central cujo efeito foi atenuado pela baixa de 77,2 biliões dos dos bancos.

O estoque das reservas oficiais de câmbio do BCEAO aumentou de 1.376,8 biliões durante o ano, para se situar em 8.561,0 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 7.184,2 biliões em finais de Dezembro de 2017. Por conseguinte, a taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central melhorou-se ao estabelecer em 77,1% contra 73,4% em Dezembro de 2017. Por sua vez, os compromissos externos do Instituto de emissão aumentaram de 97,0 biliões, fixando-se em 1.981,2 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 1.884,2 biliões em finais de Dezembro de 2017.

2.3.2 - Crédito interno

O montante dos créditos internos aumentou de 2.585,7 biliões ou 9,4%, em relação ao seu nível em finais de Dezembro de 2017, para se situar em 30.023,8 biliões, em finais de Dezembro de 2018. Esta evolução incentivada pelo efeito combinado da consolidação das disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central (APUC) e dos créditos a outros sectores das economias da União.

2.3.2.1 - Disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central

As disponibilidades líquidas das instituições monetárias sobre a Administração Pública Central estabeleceram-se em 7.960,8 biliões em finais de Dezembro de 2018, em alta de 684,0 biliões em relação ao seu nível em finais de Dezembro de 2017. Esta evolução resulta nomeadamente do aumento da dívida dos Estados para com os Bancos (890,8 biliões). No mesmo período, um ano mais cedo, as disponibilidades líquidas sobre os Estados tinham aumentado de 949,1 biliões.

2.3.2.2 - Créditos sobre outros sectores

As contribuições das entidades depositárias para a economia aumentaram, no termo do ano 2018, de 1.901,7 biliões ou 9,4%, para se estabelecer em 22.063,0 biliões em finais de 2018, após 20.161,2 biliões em finais de Dezembro de 2017.

No Benin, o montante dos créditos à economia aumentou de 253,0 biliões ou 19,0%, para fixar-se em 1.584,0 biliões.

No Burkina, os créditos à economia registaram uma alta de 295,9 biliões ou 12,5%, para se estabelecer em 2.666,1 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 2.370,2 biliões em finais de Dezembro de 2017.

Na Côte d'Ivoire, o nível dos créditos das instituições depositárias sobre a economia reforçou-se de 708,7 biliões ou 11,2% ao estabelecer-se em 7.018,3 biliões. Em finais de Dezembro de 2017, ele era de 6.309,6 biliões.

Os créditos das instituições depositárias da **Guiné-Bissau** sobre os outros sectores residentes aumentaram (+2,6%), fixando-se em 103,0 biliões em finais de Dezembro de 2018.

Para o **Mali**, os empréstimos à economia diminuíram 0,1%, passando de 2 560 0 biliões em Dezembro de 2017 para 2 557 0 biliões em Dezembro de 2018.

No **Níger**, os créditos sobre a economia recuaram de 4,5% biliões, para se sobressair em 851,0 biliões em Dezembro de 2018.

No **Senegal**, os créditos por liquidar sobre outros sectores residentes que não a Administração Central aumentaram de 66.0 biliões para 4.275.0 biliões em finais de Dezembro de 2018, contra 4.209.1 biliões no final de Dezembro de 2017.

No **Togo**, os créditos sobre a economia aumentaram de 48,8 biliões ou 4,1% para se sobressair em 1.225,7 biliões.

2.3.2.3 - Centralização dos riscos bancários

A título da centralização dos riscos bancários, o montante global das utilizações de créditos recenseados na Central de Riscos estabeleceu-se em 12.921,0 biliões em finais de Dezembro de 2018 contra 12.655,8 biliões a 31 de Dezembro de 2017, ou seja uma alta de 2,1%. São compostos por 60,1% dos empréstimos a curto prazo correspondentes a um montante total em dívida de 7 767,9 biliões e de 39,9% de créditos de médio e longo prazos, ou seja um montante de 5.153,1 biliões.

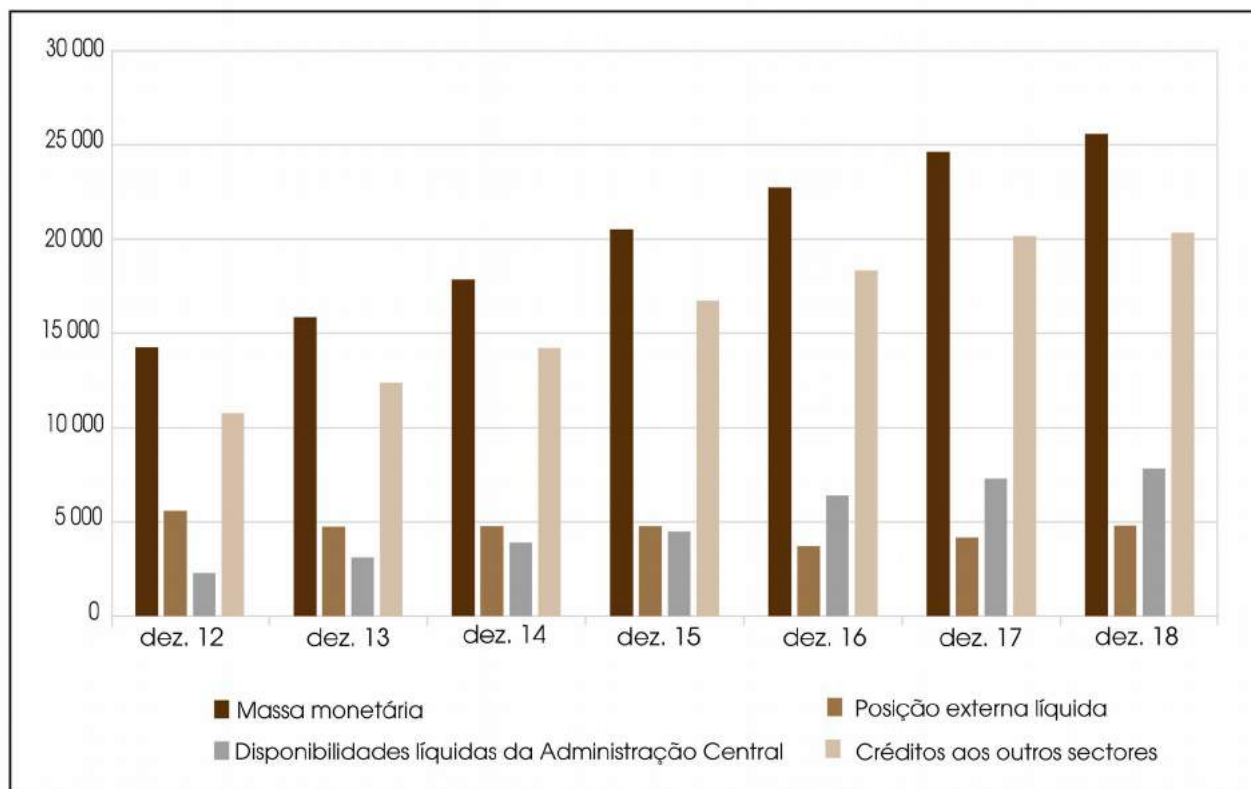
Os riscos concentraram-se essencialmente nos sectores “Comércio por grosso” (26,4%), “Serviços fornecidos à colectividade” (18,9%), “Indústrias industriais” (15,0%), “Transportes e Comunicações” (12,2%) bem como “Construção e obras públicas” (10,0%). Os cinco (5) sectores de actividade atraíram por si só mais de 4/5 dos créditos declarados à Central dos riscos.

2.3.3 - Massa monetária e base monetária

Em relação à evolução das suas contrapartidas, a **massa monetária** consolidou-se de 3.065,4 biliões ou 12,4% ao estabelecer-se em 27.715,1 biliões. Este reforço da liquidez global traduziu-se pela consolidação dos depósitos de 2.572,3 biliões ou 13,6% e da circulação de moeda fiduciária que aumentou de 493,1 biliões ou 8,5%.

Em comparação com o seu nível no final de Dezembro de 2017, a **base monetária** aumentou de 953,4 biliões, ou seja 11,9%, para 8,969,5 biliões no final de Dezembro de 2018. Esta evolução é explicada pelo aumento de 1 279,9 biliões das disponibilidades líquidas sobre o exterior do Banco Central, compensado pela diminuição de 207,9 biliões dos créditos líquidos sobre a Administração Pública Central e de 15,3 biliões dos empréstimos às instituições de crédito.

Gráfico 6: UMOA – agregados de moeda (em biliões de FCFA)



Fonte: BCEAO.

Quadro 6: UMOA – agregados de moeda (bilhões de francos CFA)

	2016	2017	2018
Circulação de moeda fiduciária	5 509,2	5 778,2	6 271,2
Depósitos a ordem	9 668,2	10 660,6	12 182,2
M1	15 177,4	16 438,8	18 453,5
Outros depósitos incluídos na massa monetária (1)	7 539,9	8 211,0	9 261,7
MASSA MONETÁRIA (M2)	22 717,3	24 649,8	27 715,1
Posição externa líquida	3 696,8	4 172,5	5 375,1
Banco Central	4 565,3	5 304,6	6 584,5
Bancos	-868,5	-1 132,2	-1 209,4
Créditos internos	23 114,5	27 438,0	30 023,8
Créditos líquidos para a Administração Central	6 387,2	7 276,8	7 960,8
Créditos sobre outros sectores	16 727,2	20 161,2	22 063,0
Passivos de carácter não monetário (2)	5 628,5	6 290,4	7 177,3
Outros cargos efectivos (3)	-1 534,5	670,3	506,4
TOTAL DAS CONTRAPARTIDAS DE M2 (4)	22 717,3	24 649,8	27 715,1

(1) Depósitos a prazo fixo e contas de poupança com regime especial abertas junto dos bancos, depósitos remunerados abertos nos livros do Banco Central.

(2) Compostos por acções e outras participações nas instituições de depósitos e dos seus compromissos não monetários para com os outros sectores.

(3) Composto por ajustes de consolidação e da balança líquida dos activos não classificados nomeadamente os diversos elementos e os activos não financeiros.

(4) Total das contrapartidas = Posição externa líquida + Créditos internos – Passivos de carácter não monetário – Outros postos efectivos.

Fonte: BCEAO.

III – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.1 – SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO

Em 30 de Setembro de 2018, o sistema bancário da União tinha 144 instituições autorizadas, ou seja 126 bancos e 18 instituições financeiras de carácter bancário.

Ao longo dos três primeiros trimestres de 2018, a actividade das instituições de crédito continuou a crescer, acompanhada por uma melhoria da qualidade da carteira dos contribuintes. De fato, de Dezembro de 2017 a Setembro de 2018, o emprego aumentou de 165,5 biliões (+0,5%) para 30.729,7 biliões. Esta evolução resulta da alta dos empréstimos (+204,1 biliões; +1,1%). Em contrapartida, os outros empregos registaram uma diminuição de 38,6 biliões, ou -0,3%, em linha com a redução do volume de diversos empregos (-315,0 biliões; -22,6%) e dos títulos de investimento (-214,1 biliões; -2,8%).

Os recursos também aumentaram de 875,8 biliões (+3,2%) nos primeiros nove (9) meses de 2018, atingindo 28.059,3 biliões. Esta evolução resulta de um aumento de 569,8 biliões (+2,5%) dos depósitos e empréstimos, de 360,5 biliões (+13,5%) dos fundos próprios líquidos apesar da baixa de 54,5 biliões (-2,9%) registada a nível dos diversos recursos.

O défice de tesouraria das instituições de crédito ascendia a -2.670,4 biliões a 30 de Setembro de 2018, contra -3.380,7 biliões a 31 de Dezembro de 2017, o que representa uma diminuição das necessidades de recursos de 710,3 biliões.

A taxa bruta de empréstimos improdutivos melhorou 1,7 ponto percentual atingindo 13,4%. A taxa líquida, tendo em conta as provisões, recuou todavia de 1,5 ponto percentual, para se estabelecer em 4,7% a 30 de Setembro de 2018.

A análise da situação do sistema bancário, em termo do novo mecanismo prudencial (Basileia II/III) a 30 de Junho de 2018, incide sobre 117 instituições de crédito em actividade (106 bancos e 11 instituições financeiras de carácter bancário). As declarações dos sujeitos passivos revelam as seguintes observações:

- Rácio de capital CET 1 (padrão: $\geq 5,625\%$) : 81,2% do pessoal das instituições de crédito cumprem esta norma, ou seja, 85 bancos e 10 instituições financeiras de carácter bancário;
- Rácio de capital de base T1 (padrão: $\geq 6,625\%$) : 77,8% do pessoal das instituições de crédito cumprem esta norma, ou seja, 81 bancos e 10 instituições financeiras de carácter bancário;
- Rácio de solvabilidade total (padrão: $\geq 8,625\%$) : 76,1% do pessoal das instituições de crédito cumprem esta norma, ou seja, 79 bancos e 10 instituições financeiras de carácter bancário;

Os fundos próprios efectivos cumulados do todo o sistema bancário da UMOA sobressaíram-se em 2.275,7 biliões. Os riscos ponderados estabeleceram-se em 22.619,0 biliões. Daí resulta um rácio médio solvabilidade total (fundos próprios de Activos Ponderados em função do Risco) de 10,1% para um padrão mínimo de 8,625%. Recorde-se que os rácios de solvabilidade baseados no antigo quadro prudencial situavam-se em 10,8% no final de Dezembro de 2017 e 9,1% em 2016, respectivamente.

O rácio de solvabilidade total médio das instituições de crédito (padrão mínimo individual fixado em 8,625%) é o seguinte por país: Níger (13,3%), Burkina (11,8%), Senegal (11,7%), Mali (10,6%), Côte d'Ivoire (9,2%), Benin (7,6%), Togo (6,0%) e Guiné-Bissau (0,7%).

No total, a situação do sistema bancário da União em termos do padrão de solvabilidade total em finais de Junho de 2018 continuou satisfatória em relação com as disposições regulamentares. Por outro lado, resulta das declarações dos sujeitos passivos que as outras normas são geralmente respeitadas. As instituições que violem o quadro prudencial de Basileia II/III são chamadas à ordem pela Comissão Bancária, com vista a tomar medidas urgentes para corrigir a sua situação.

O sector do microcrédito da UMOA prosseguiu o seu dinamismo, em termos de intermediação e acesso das populações aos serviços financeiros durante o ano 2018. Com efeito, com base nas informações disponíveis, com um efectivo de 623 Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), o número de pontos de serviços passou de 4.177 em finais de Dezembro de 2017 para cerca de 5.028 em finais de Junho de 2018. O número de beneficiários das prestações das Instituições de microcrédito fixou-se em cerca de 15,0 milhões em finais de Junho de 2018 contra 12,5 milhões em finais de Dezembro de 2017.

A actividade de intermediação financeira dos SFD consolidou-se igualmente. Com efeito, os depósitos recolhidos estabeleceram-se em 1.307,0 biliões em finais de Junho de 2018 contra 1.149,4 biliões em finais de Dezembro de 2017, ou seja um aumento de 13,7%. Eles representam cerca de 5,6% dos depósitos recolhidos pelas instituições de crédito da União durante o período em análise. Tratando-se do montante dos créditos concedidos pelas instituições de microcrédito, ele aumentou de 6,4%, passando de 1.197,3 biliões em finais de Dezembro de 2017 para 1.274,1 biliões em finais de Junho de 2018, representando cerca de 6,7% dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União.

Por outro lado, a qualidade da carteira de créditos dos SFD deteriorou-se relativamente durante o período em análise. Com efeito, os empréstimos improdutivos estabeleceram-se em 113,4 biliões em finais de Junho de 2018 contra 72,9 biliões a 31 de Dezembro de 2017. Assim, a taxa bruta de degradação da carteira dos SFD da UMOA, medida pelo rácio dos empréstimos improdutivos ligado ao montante dos créditos, estabeleceu-se em 8,9% em finais de Junho de 2018 contra 6,1% em finais de Dezembro de 2017, ou seja uma alta de 2,8 pontos percentuais. Este rácio permanece acima da norma de 3% geralmente admitida no sector.

Durante o ano 2018, o Banco Central prosseguiu os seus esforços de saneamento do sector do microcrédito, de modernização das actividades das instituições de microfinanciamento e de controlo das vulnerabilidades identificadas de que enfrentam os SFD. Trata-se nomeadamente:

- a emissão de um parecer favorável sobre a revogação das aprovações de dezoito SFD;
- iniciativas destinadas a reduzir o problema das estruturas que desenvolvem actividades de microcrédito fora do âmbito da regulamentação. Em alguns países, foram identificadas iniciativas que apresentam sinais de viabilidade. Apresentam os pedidos de aprovação em conformidade com a regulamentação em vigor, que são analisados pelos Serviços do BCEAO;
- o prosseguimento da operacionalização da nova versão da aplicação "*Solução Informática Centralizada de Supervisão dos SFD (SICS/SFD)*", a fim de facilitar uma maior rapidez na produção e tratamento dos dados financeiros;

- a consolidação da profissionalização do sector, através dos trabalhos em curso de desenvolvimento do quadro jurídico em vigor. Neste sentido, foi criado um Comitê Técnico para a revisão da Lei que regula os sistemas financeiros descentralizados;

- o aumento do número de inspeções no local efectuadas pelo Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA (11 missões de inspeção efectuadas em 2018, contra 9 em 2017).

3.2 – MERCADO INTERBANCÁRIO

A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pelo recuo do volume médio de transacções de numerário e uma alta da taxa de juros das operações de uma semana.

O volume médio semanal das transacções elevou-se a 276 biliões de francos CFA em 2018 contra 296 biliões de francos CFA em 2017 (-7%). As operações cobriram maturidades indo de um (1) dia para doze (12) meses. Os compartimentos de uma e duas semanas foram mais activos, representando respectivamente 68% e 14% do volume médio das transacções contra 69% e 16% em 2017. Estes balcões cumularam em média empréstimos de montantes respectivos de 188 e 40 biliões de francos CFA em 2018 contra 208 e 46 biliões em 2017.

Em relação ao montante das injeções de liquidez, o volume das transacções interbancárias sobressaiu-se em recuo em 7,4% em 2018 contra 7,8% em 2017.

Tratando-se da taxa de juro, o compartimento de uma semana registou uma progressão da taxa de juro média ponderada de 4,90% em 2017 para 5,20% em 2018. Todas as praças da União participaram na animação do mercado interbancário. A praça de Abidjan foi mais activa em termos de ofertas de recursos(24%), seguida da de Ouagadougou (20%), de Lomé (17%) e de Dakar (16%). As principais praças beneficiárias foram as de Dakar (25%), de Abidjan (19%), de Bamako(16%) e deLomé (15%).

Quadro 7: evolução das taxas interbancárias em 2018 (média ponderada em percentagem)

	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses
Janeiro	5,39	5,70	5,53	5,23	5,50			
Fevereiro	5,21	5,76	5,68	5,50	7,35	3,91		5,58
Março	5,44	5,73	5,46	5,49	6,00			5,00
Abril	5,26	5,57	5,51	5,36		5,52		
Mai	5,18	5,37	5,45	5,42	5,08	5,14		
Junho	5,50	4,62	5,38	4,06	4,44	4,66		5,75
Julho	5,12	4,36	5,05	3,84		5,40		
Agosto	4,63	4,48	5,40	4,08		5,48		
Setembro	4,68	4,41	5,10	3,59	5,27			
Outubro	4,58	4,94	5,16	4,55	5,83			
Novembro	4,94	5,14	5,60	4,46	6,00	5,17	5,50	
Dezembro	5,18	5,25	5,57	4,87	4,38	4,48		4,50
Média	5,05	5,20	5,39	4,59	5,13	4,77	5,50	5,54

Fonte: BCEAO.

Quadro 8: evolução dos empréstimos interbancários no seio da UMOA em 2018 (em milhões de FCFA)

	Montante médios		Valor médio dos empréstimos	Intervalos das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	307 826	130 200	518 444	5,23 à 5,70	1 jour à 3 mois
Fevereiro	325 763	228 239	552 860	3,91 à 7,35	1 jour à 12 mois
Março	295 290	120 380	593 175	5,44 à 6,00	1 jour à 12 mois
Abril	227 789	109 464	532 567	5,26 à 5,57	1 jour à 6 mois
Maio	177 577	151 340	448 173	5,08 à 5,45	1 jour à 6 mois
Junho	193 258	164 660	453 607	4,06 à 5,75	1 jour à 12 mois
Julho	239 734	198 279	588 668	3,84 à 5,40	1 jour à 6 mois
Agosto	181 880	142 610	475 505	4,08 à 5,48	1 jour à 6 mois
Setembro	266 733	208 945	520 241	3,59 à 5,27	1 jour à 3 mois
Outubro	338 124	243 938	615 694	4,55 à 5,83	1 jour à 3 mois
Novembro	298 656	214 666	510 579	4,46 à 6,00	1 jour à 9 mois
Dezembro	463 998	323 570	579 953	4,38 à 5,57	1 jour à 12 mois
Média	276 386	186 357	532 450		

Fonte BCEAO.

3.3 – MERCADO FINANCEIRO

3.3.1 - Mobilização dos recursos pelos Estados

3.3.1.1 - Mobilização dos recursos no mercado regional

Durante o ano 2018, o montante global das emissões brutas no mercado regional da dívida pública fixou-se em 3.277,6 biliões contra 3.700,1 biliões em 2017. Esta situação explica-se pela diminuição das emissões da Côte d'Ivoire e pela não utilização do mercado financeiro regional pelo Senegal durante 2018.

A emissão líquida ficou em 342,9 biliões, em comparação com 1.008,4 biliões no ano anterior. Esta tendência decrescente da emissão líquida, a uma taxa anual, está associada ao elevado nível de emissão líquida durante o período em análise, que ascendeu a 2.934,7 biliões.

A parte das obrigações do Tesouro nas mobilizações de recursos no mercado estabeleceu-se em 54,6% em 2018 contra 57,3% em 2017 e 65,1% em 2016. Esta baixa dos empréstimos obrigacionistas revela a dificuldade dos Estados a mobilizar sobre as maturidades extensas, em ligação com as pressões sobre a liquidez bancária observadas durante estes últimos anos.

Quadro 9: emissões no mercado de títulos da dívida pública (em biliões de FCFA)

	2016	2017				Total 2017	2018				Total 2018
		T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Bilhetes	1 541,0	618,6	434,4	253,9	271,3	1 578,2	380,2	308,9	471,3	329,0	1 489,4
Obrigações	2 871,0	191,4	486,6	767,5	676,4	2 121,9	224,8	374,4	558,6	630,4	1 788,2
Adjudicação	1 969,7	54,3	215,2	645,5	250,2	1 165,2	112,9	218,1	394,0	218,9	943,9
Agrupamento	901,3	137,1	271,5	122,0	426,2	956,8	111,9	156,3	164,6	411,5	844,3
Total	4 412,0	810,0	921,0	1 021,4	947,7	3 700,1	605,0	683,3	1 029,9	959,4	3 277,6

Fonte: BCEAO.

No compartimento dos bilhetes do Tesouro, setenta e uma (71) emissões foram realizadas num montante total de 1.489,4 biliões. A maturidade de 12 meses foi a mais solicitada com quarenta e seis (46) emissões num valor global de 937,4 biliões, ou seja 62,9% do valor total de bilhetes emitidos durante o ano 2018. A taxa de juro média ponderada nos bilhetes do Tesouro estabeleceu-se em 5,90% em 2018 contra 5,71% um ano antes.

Quadro 10: taxa de juro média dos bilhetes do Tesouro (em percentagem)

	Total 2017	2017				Total 2017	2018				Total 2018
		T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
1 meses	3,52	4,94	4,86	-	-	4,91	-	-	-	3,90	3,90
3 meses	3,75	5,5	5,37	5,64	5,62	5,53	6,38	5,81	4,85	6,02	5,46
6 meses	4,75	5,37	5,87	5,38	5,86	5,77	6,09	6,17	5,86	5,99	6,06
12 meses	4,9	5,99	6,12	5,68	5,99	5,99	6,25	6,22	6,11	6,08	6,16
24 meses	5,3	-	-	-	5,78	5,78	-	5,80	-	-	5,80
Tax média	4,72	5,68	5,74	5,58	5,85	5,71	6,22	6,00	5,61	5,78	5,90

Fonte: BCEAO, Agência UMOA títulos.

3.3.1.2 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional

O valor global dos títulos da dívida pública fixou-se em 9.972,7 biliões em finais de Dezembro de 2018. A estrutura deste valor é dominada pelas obrigações que representam 89,0% do total.

Quadro 11: Saldo dos títulos da dívida pública em finais de Dezembro de 2018 (em biliões de FCFA)

	Benin	Burkina	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Mali	Niger	Senegal	Togo	UEMOA
Bilhetes	160,1	282,7	113,8	20,6	185,8	202,5	0,0	126,6	1 092,1
Obrigações	1 267,0	966,4	3 345,6	39,3	1 022,9	476,8	825,0	937,6	8 880,6
Total	1 427,1	1 249,1	3 459,4	59,9	1 208,7	679,3	825,0	1 064,2	9 972,7

Fonte: BCEAO, Agência UMOA títulos.

Quadro 12: evolução do saldo dos títulos da dívida pública (em biliões de FCFA)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Montante	3 023,9	3 743,9	5 043,2	6 388,5	8 621,4	9 629,8	9 972,7
(em % do PIB)	7,3	8,4	10,5	12,2	14,6	14,5	14,4
Aberta por (I.A.)							
- Bilhetes	39,0	36,3	30,5	20,3	17,5	12,7	11,0
- Obrigações	61,0	63,7	69,5	79,7	82,5	87,3	89,0

Fonte: BCEAO, Agência UMOA títulos.

3.3.2 - Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM)

A evolução da actividade bolsista regional em 31 de Dezembro de 2018, face a 29 de Dezembro de 2017, foi caracterizada por uma diminuição dos principais indicadores. A capitalização bolsista atingiu 8.274,05 biliões em 31 de Dezembro de 2018, contra 9.805,8 biliões em 29 de Dezembro de 2017, ou seja uma baixa de 15,6%, imputável ao recuo do compartimentos das acções. Com efeito, a capitalização do mercado das acções passou assim de 6.836,2 biliões em finais de Dezembro de 2017 para 4.844,5 biliões a 31 de Dezembro de 2018, em recuo de 29,13%, enquanto a do mercado das obrigações progrediu durante o mesmo período de 460,0 biliões, sobressaindo-se em 3.429,5 biliões a 31 de Dezembro de 2018. O volume das transacções registou igualmente um recuo durante o período em análise, passando de 362.640 títulos trocados a 29 de Dezembro de 2017 para 295.584 títulos trocados em finais de Dezembro de 2018.

Os índices do BRVM registaram uma baixa em 2018. O BRVM10, principal índice bolsista e o índice composta, que se estabeleceram respectivamente em 154,36 pontos e 172,24 pontos a 31 de Dezembro de 2018, baixando respectivamente de 29,72 e de 29,14% em relação ao final de Dezembro de 2017.

3.4 – ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.4.1 - Acções em matéria de estabilidade financeira

As acções levadas a cabo em 2018 pelo BCEAO em matéria de estabilidade financeira abrangeram os seguintes objectivos principais:

- a preservação da estabilidade financeira;
- o reforço da supervisão bancária e financeira.

3.4.1.1- Preservação da estabilidade financeira

3.4.1.1.1 - Reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União.

As principais diligências efectuadas em 2018 para consolidar a estabilidade financeira dizem principalmente respeito ao reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União. Elas envolveram nomeadamente os seguintes pontos:

- Criação no seio do BCEAO dum Comité de Política Macroprudencial

Os trabalhos relativos à criação de um quadro institucional para a política macroprudencial na UMOA conduziram à criação de uma Comissão interna do BCEAO encarregada da definição e implementação operacional da política macroprudencial, através da detecção, da avaliação, da gestão e do controlo do risco sistémico.

Este Comité, composto pelos primeiros Responsáveis do Banco e pelo Secretário-Geral da Comissão Bancária da UMOA, deverá tomar as medidas aplicáveis às instituições sujeitas ao BCEAO quando considerar que a evolução do risco no sistema financeiro pode afectar a estabilidade da União. O estabelecimento deste quadro institucional marca o início da política macroprudencial do BCEAO, em conformidade com a missão de preservar a estabilidade do sistema bancário e financeiro que lhe é conferida pelo artigo 9º dos seus Estatutos em anexo do Tratado da UMOA.

O Comité iniciará os seus trabalhos em 2019 com, nomeadamente, a validação do quadro de análise do risco sistémico e a definição e calibração dos instrumentos macroprudenciais susceptíveis de os mitigar.

- Produção dos Indicadores de Solidez Financeira (ISF) da UMOA

Os trabalhos de produção dos Indicadores de Solidariedade Financeira (ISF) da UMOA, em conformidade com o guia do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizados no âmbito do projecto "Projecto JSA-ISF 2013-2016", foram concluídos durante o primeiro trimestre do ano 2018. O "Projecto JSA-ISF 2013-2016" é um programa trienal de assistência técnica do FMI, financiado pelo Governo do Japão, que tem como objectivo desenvolver e divulgar indicadores de solidez financeira nos países de África, de Ásia e do Pacífico.

Estes indicadores abrangem a adequação de capital, a qualidade dos activos, a rentabilidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco de mercado.

A finalização deste projecto permite ao BCEAO produzir dados comparáveis entre os países e coerentes com o Guia de Preparação do FMI. Estes indicadores serão integrados nos instrumentos de acompanhamento dos riscos do sistema financeiro da União.

3.4.1.1.2 - Outras acções que contribuem para a estabilidade financeira

Em 2018, o BCEAO prosseguiu o acompanhamento da implementação da reforma prudencial. Nesse sentido, os trabalhos realizados envolveram o apoio das instituições sujeitas, com vista ao preenchimento do Formulário de Reporte de Supervisão (FODEP) para os dois primeiros relatórios regulamentários realizados em Abril e Outubro de 2018. As acções realizadas abrangeram essencialmente a criação dum mecanismo de seguimento centrado nas trocas telefónicas e de mensagens dedicadas à reforma prudencial entre as equipas do BCEAO e as das instituições, a fim de responder a todas as suas preocupações e identificar as incoerências dos descontos. Este apoio permitiu que as instituições cumprissem os requisitos regulamentares de reporte.

Além disso, as trocas efectuadas através do sistema de mensagens dedicado permitiram apoiar as instituições na aplicação uniforme das novas circulares da Comissão Bancária da UMOA, que entraram em vigor em 2 de Julho de 2018.

No que diz respeito à reforma contabilística, o mecanismo de apoio criado pelo BCEAO para o sector bancário contribuiu para facilitar o acompanhamento da implementação da reforma contabilística. Neste sentido, 2018, período de transição para o Plano Contabilístico Bancário revisto, foi um ano de sucesso, com os primeiros descontos correctamente efectuados pelos bancos e instituições financeiras de carácter bancário, respectivamente para os períodos de Janeiro e Março de 2018.

O BCEAO participou igualmente nos trabalhos do Comité de Normalização Bancária e Financeira da África Ocidental durante o ano de 2018. A este respeito, foram dadas respostas às preocupações manifestadas ou recolhidas junto das instituições de crédito pelos membros do Comité de Normalização Contabilística Bancária da UMOA, através de representantes da profissão contabilística e das Associações Profissionais de Bancos e Instituições Financeiras (APBEF) dos vários países da UMOA.

3.4.1.2 - Reforço da supervisão bancária e financeira

3.4.1.2.1 - Reforma prudencial

As acções realizadas no âmbito do regulamento dizem respeito a duas notas circulares para as instituições de crédito. Dizem respeito ao mecanismo transitório de aplicação das novas normas de liquidez transpostas para o quadro prudencial aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA, bem como às principais disposições necessárias para o primeiro reporte do Formulário de Reporte de Supervisão (FODEP).

A nota de apresentação do mecanismo transitório de implementação das novas normas de liquidez transpostas para o quadro prudencial aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA visa assegurar a continuidade da supervisão do risco de liquidez das instituições da UMOA, enquanto se aguarda a finalização dos textos relativos às novas normas. Assim, a partir de Abril de 2018, estes últimos deviam transmitir ao BCEAO as informações relativas aos rácios de liquidez do antigo quadro prudencial, nomeadamente o rácio de liquidez e o rácio de cobertura das utilizações a médio e longo prazo por recursos estáveis, com base no novo Plano Contabilístico Bancário (PCB). Uma tabela de correspondência entre os itens PCB antigos e novos foi desenvolvida para esse fim.

Quanto à nota sobre as principais disposições exigidas para o primeiro reporte do Formulário de Reporte de Supervisão (FODEP), que tinha prazo até 30 de Abril de 2018, foi possível especificar às instituições, em particular:

- as regras de controlo da coerência e da plausibilidade que devem respeitar nas suas declarações;
- a aplicação do critério do consentimento do cliente para a transmissão de informações aos Escritórios de Informação de Crédito no cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para o risco de crédito;
- as modalidades de transmissão do FODEP à plataforma informática do BCEAO e os certificados que devem acompanhar o FODEP.

Por outro lado, o reforço da supervisão bancária foi marcado pela entrada em vigor efectiva, em 2 de Julho de 2018, das cinco (5) circulares adoptadas pela Comissão Bancária na sua sessão ordinária de 27 de Setembro de 2017, relativas à governação, às condições de exercício das funções de administradores e quadros, ao controlo interno, à gestão dos riscos e à gestão do cumprimento das normas em vigor pelas instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA.

3.4.1.2.2 - Exercício do revisor de contas junto das instituições de crédito da UMOA

Na sequência da entrada em vigor das reformas contabilísticas e prudenciais em 1 de Janeiro de 2018, afigurou-se necessário actualizar a Circular que estabelece os procedimentos esperados dos revisores oficiais de contas das instituições sujeitas à UMOA, no âmbito da sua missão de revisão legal de contas.

Por outro lado, no sentido de assegurar a convergência com as normas internacionais de auditoria, foram introduzidas novas disposições, nomeadamente no que respeita à renovação do mandato do Revisor de Contas. Do mesmo modo, foi tida em conta uma melhor convergência com as disposições da OHADA aquando da revisão da referida circular.

Por outro lado, foram introduzidos requisitos acrescidos para os Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente no que respeita à prestação de informação à Comissão Bancária, no sentido de otimizar a supervisão dos sujeitos passivos e o controlo das informações por eles produzidas.

ENQUADRADO 1: Antevisão da nova Circular relativa às condições de exercício do Revisor Oficial de Contas junto das instituições de crédito e companhias financeiras da UMOA

As principais inovações da Circular n.º 02-2018/CB/C sobre as condições de exercício do Revisor legal das contas junto das instituições de crédito e sociedades financeiras da UMOA, adoptada na sessão da Comissão Bancária de 18 de Setembro de 2018, incidiram principalmente nos seguintes aspectos:

- **a integração das sociedades financeiras no âmbito da aplicação da Circular:** a implementação da supervisão numa base consolidada conduziu à inclusão destes novos intervenientes no domínio da supervisão da Comissão Bancária, resultando em novas obrigações no exercício da auditoria destas estruturas;
- **a análise restrictiva dos mapas financeiros de final do primeiro semestre:** esta diligência é uma inovação que diz respeito tanto às instituições de crédito como às empresas financeiras. Com efeito, antes da sua publicação no Jornal Oficial, é exigida a certificação legal de contas dos Revisores Oficiais de Contas sobre os mapas financeiros no final do primeiro semestre do ano;
- **a formalização da verificação pelos Revisores Oficiais de Contas de que foram tidos em conta os ajustamentos solicitados pela Comissão Bancária:** o objectivo é assegurar que os ajustamentos solicitados pela Autoridade Supervisora durante as suas inspecções no local tenham sido aplicados pelos sujeitos passivos;

- **a introdução de disposições relativas à rotação dos Revisores de Contas:** visa reforçar a independência dos auditores no exercício das suas funções e limitar os riscos relacionados com conflitos de interesses que possam decorrer da existência de relações duradouras entre as partes;
- **a comunicação da carta de compromisso dos Revisores Oficiais de Contas à Comissão Bancária:** destina-se a informar a Autoridade de Supervisão das condições em que é exercida a missão de auditor externo, a fim de tomar as medidas necessárias para limitar, se necessário, os riscos de auditoria;
- **a obrigação de comunicar qualquer projecto de parecer desfavorável ou com reservas à Comissão Bancária:** destina-se a alertar a Autoridade para as correcções necessárias para melhorar a qualidade dos mapas financeiros, que constituem a base do controlo prudencial das instituições sujeitas;
- **a instituição de um dever de informação por parte dos Revisores Oficiais de Contas:** o dever de informação diz respeito à comunicação à Comissão Bancária de acções criminosas ou susceptíveis de comprometer a continuidade de uma instituição, em conformidade com o princípio 27 de BCP³.

3.4.1.2.3 - Leis bancária e do microcrédito na UMOA

No âmbito da revisão dos textos de base que regem a actividade bancária e financeira na UMOA, dois Comitês Técnicos foram criados em Agosto de 2018 por Decisão do Governador do BCEAO. Foram encarregados de rever a lei sobre a regulação bancária e a lei que rege os sistemas financeiros descentralizados na UMOA.

Estas Comissões basearam-se no trabalho preliminar realizado pelo Departamento de Estabilidade Financeira com o apoio dos Serviços Centrais competentes. Estas diziam principalmente respeito à síntese das preocupações das partes interessadas sobre as duas leis, recolhidas através dos Departamentos Nacionais e do Secretariado-Geral da Comissão Bancária. Os relatórios dos Comitês foram apresentados às Autoridades do Banco Central em 30 de Novembro de 2018.

3.4.1.2.4 - Sanções pecuniárias proferidas pela Comissão Bancária

Em conformidade com o artigo 31º do Anexo do Acordo que rege a Comissão Bancária da UMOA (CB-UMOA), o BCEAO emitiu duas Instruções que fixam as modalidades de aplicação das sanções pecuniárias impostas às instituições de crédito da UMOA⁴ e aos sistemas financeiros descentralizados⁵, respectivamente. Cada uma das presentes instruções divide as infracções cometidas pelos estabelecimentos em causa em três categorias, em função da sua natureza e grau de gravidade. Cada Instrução especifica também o quantum de sanções pecuniárias por categoria de infracção.

3.4.1.2.5 - Pagamentos relativos a relações financeiras externas e sistemas de pagamentos

Um Comité Técnico foi criado pela Decisão n.º 289-08-2018, de 20 de Agosto de 2018, do Governador do BCEAO, com o objectivo de formular propostas de alteração do quadro jurídico das relações financeiras externas.

No âmbito da actualização dos textos jurídicos aplicáveis aos sistemas e meios de pagamento e com vista a conciliar as exigências de inclusão financeira, foi iniciada uma revisão do Regulamento n.º 15/2002/CM/UEMOA relativo aos sistemas de pagamento nos Estados membros da UEMOA. Este trabalho de revisão continuará durante o ano 2019.

3. *Basel Core Principles ou Princípios Fundamentais para um controlo bancário eficiente.*

4. *Instrução n.º 006-05-2018 de 16 de Maio de 2018.*

5. *Instrução n.º 007-05-2018 de 16 de Maio de 2018.*

3.4.1.2.6 - Identificação das Instituições Bancárias com Importância Sistémica

O BCEAO prosseguiu os trabalhos sobre o quadro metodológico para a identificação das Instituições Bancárias de Importância Sistémica (IBIS). Este mecanismo constitui um instrumento que permite aos reguladores e supervisores do sector bancário seleccionar as instituições declarantes cuja falência poderia ter um impacto negativo significativo no sistema financeiro e na economia dos Estados-Membros da UMOA e que, por conseguinte, serão sujeitas a uma supervisão específica. As simulações serão realizadas em 2019 com vista à criação de um quadro metodológico para a identificação da IBIS nacional e regional e o cálculo das sobretaxas de capital adicionais que lhes são aplicáveis.

3.4.2 - Acções a favor da inclusão financeira na UEMOA

Na sequência da reorganização das estruturas do BCEAO em Abril de 2018, as Autoridades do Banco Central criaram a Direcção da Inclusão Financeira, reafirmando a sua vontade de adaptar a organização do Instituto de emissão aos novos desafios do ambiente económico e financeiro da União. A Direcção da Inclusão Financeira tem por objectivo implementar, tornar visíveis e compreensíveis as políticas do BCEAO em matéria de promoção da inclusão financeira, a fim de assegurar que os actores interessados disponham de informações regulares, pertinentes e acessíveis sobre os progressos realizados neste domínio.

Sob o impulso do Banco Central, o quadro institucional para a implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (ERIF) na UEMOA foi criado em 2018. Assim, a nível regional, a Unidade de Gestão e de Coordenação da Estratégia (UGC-ERIF) e o Comité Técnico de Seguimento (CTS) tornaram-se operacionais. Foi também criado um Comité Consultivo de Parceiros Técnicos e Financeiros (CC-PTF). Fornece um quadro de intercâmbio e consulta para todos os parceiros envolvidos na implementação da estratégia.

Por outro lado, o BCEAO organizou a primeira reunião do Comité Regional de Pilotagem (CRP) em Novembro de 2018, em ligação com a edição de 2018 da Semana da Inclusão Financeira na UEMOA. Esta reunião permitiu passar em revista os progressos realizados na implementação da estratégia regional e dar as orientações estratégicas necessárias para a continuação das acções planeadas.

Em todos os países da União, os Comités Nacionais de Seguimento da Implementação (CNSI) da estratégia iniciaram as suas actividades e realizaram as suas primeiras reuniões entre Dezembro de 2017 e Outubro de 2018.

Além disso, o Instituto Emissor apoiou os Estados na implementação suave e eficaz da estratégia Regional de inclusão financeira. A este respeito, organizou, em Outubro de 2018, um ateliê de capacitação para os membros da CNSI e uma visita de informação ao Banco Central da Nigéria em Setembro de 2018, com vista a partilhar experiências na implementação de uma estratégia de inclusão financeira.

O Banco também realizou um ateliê de consulta regional sobre as actividades dos Intermediários de Operações Bancárias (IOB) em 28 de Maio de 2018 em Dakar, Senegal, em colaboração com o Banco Mundial, no âmbito da sua assistência técnica para a implementação da estratégia. O objectivo deste encontro foi o de compreender as causas profundas do desenvolvimento insignificante das actividades IOB na UEMOA, apesar das condições de exercício previstas na Instrução nº 015-12/2010/RB do BCEAO, de 13 de Dezembro de 2010, e identificar as soluções possíveis. Aproveitou-se igualmente a ocasião para discutir as condições de implementação dos intermediários nas operações de microcrédito na UEMOA. As principais recomendações resultantes deste ateliê dizem respeito, em particular, ao alargamento da acessibilidade física das populações aos serviços financeiros, através da adaptação da regulamentação, da sensibilização dos bancos para os benefícios da utilização de IOB, da implementação de correspondentes bancários e de microcrédito e do reforço da utilização eficaz dos serviços financeiros oferecidos através dos telemóveis.

No que diz respeito ao financiamento das acções da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, o orçamento de 20,00 biliões de francos CFA, incluídos no documento-quadro, foram revalorizados em 29,88 biliões de francos CFA, tendo em conta os 9,88 biliões de francos CFA mobilizados junto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no quadro dos projectos de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA e do apoio à promoção do acesso dos sistemas financeiros descentralizados ao sistema de pagamentos da União.

Em 31 de Dezembro de 2018, os compromissos firmes de financiamento, concluídos com parceiros técnicos e financeiros, ascendiam a 14,68 mil milhões de CFAF, dos quais 10,21 mil milhões de CFAF mobilizados do BAD, 2,50 mil milhões de CFAF da Cooperação Suíça e 1,97 mil milhões de CFAF da Agence Française de Développement (AFD).

O défice de financiamento a procurar ascende assim a 15,20 biliões de francos CFA. Estão em curso discussões com outros doadores para mobilizar recursos adicionais.

As acções de apoio à inclusão financeira incluem a participação do BCEAO nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI). Esta participação assumiu a forma da sua participação activa nos trabalhos dos sete grupos de trabalho criados sobre os seguintes temas: (1) serviços financeiros digitais, (2) as políticas de inclusão financeira da iniciativa Africana sobre Políticas de Inclusão Financeira (AfPI), (3) capacitação dos consumidores e conduta de mercado, (4) estratégias nacionais de inclusão financeira, (5) a aplicação proporcional das normas internacionais, (6) o financiamento das PME e (7) dados de inclusão financeira.

A participação do BCEAO nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira responde às necessidades de reforço das capacidades e de acompanhamento induzidas pelos projectos do Banco Central, incluindo (i) o reforço da supervisão e adaptação periódica da regulamentação dos serviços financeiros digitais, de FinTechs e das instituições de microcrédito, (ii) a implementação da estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA e (iii) o financiamento das pequenas e médias empresas.

O Instituto Emissor também participou na sexta Mesa Redonda de Líderes da Iniciativa Africana sobre Políticas de Inclusão Financeira (AfPI), realizada em 10 e 11 de Maio de 2018 em Conacri, na Guiné, sob o tema "*Promover a inclusão financeira num ecossistema financeiro digital em constante evolução*".

Além disso, beneficiou de programas de aprendizagem mista sobre a medida da inclusão financeira e as oportunidades futuras na era digital, de 4 a 8 de Junho de 2018, em Acra, Gana, e sobre estratégias e dados de inclusão financeira, de 30 de Julho a 3 de Agosto de 2018, em Kuala Lumpur, Malásia.

O Banco Central participou igualmente num ateliê sobre "*A inovação na inclusão financeira digital*" de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2018 em Rabat, Marrocos, e num seminário de formação sobre "*O combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo*" de 12 a 16 de Novembro de 2018 em Kuala Lumpur, na Malásia.

3.4.3 - Promoção de Gabinetes de Informação sobre o Crédito (GIC)

A empresa CREDITINFO-VOLO, aprovada enquanto Gabinete de Informação sobre o Crédito (GIC) na UMOA é operacional desde a 1 de Fevereiro de 2016 em todo o espaço da UMOA.

O número de instituições sujeitas consideradas aptas, na sequência de testes de qualificação para participar no sistema de partilha de informação de crédito aumentou de 57 no final de Fevereiro de 2016, período de arranque da actividade do CREDITINFO-VOLO, para 119 no final de Fevereiro de 2017, tendo atingido 169 em finais de Dezembro de 2018 dos 199 sujeitos envolvidos, ou seja 84,9%. As instituições cujos testes ainda não foram concluídos enfrentam, na sua maioria, dificuldades em extrair dados dos seus sistemas de informação de acordo com o quadro de dados a transmitir ao BIC. Um mecanismo permanente de assistência aproximada para com as instituições em questão foi criado por CREDITINFO-VOLO para a conclusão dos testes.

O número de clientes para os quais a informação está disponível na base de dados BIC aumentou de 30.694 no final de Fevereiro de 2016, período de arranque das actividades do CREDITINFOVOLO, para 752.134 no final de Fevereiro de 2017, atingindo 1.898.697 no final de Fevereiro de 2018 e 4.071.052 no final de Dezembro de 2018, representando 39.126 pessoas colectivas e 4.031.926 pessoas singulares. A situação positiva observada explica-se pela adopção de legislação pela Côte d'Ivoire, Níger, Senegal e Togo, que isentam as instituições sujeitas à obrigação de obter o consentimento prévio para a partilha de dados dos clientes que receberam empréstimos antes da data de entrada em vigor da Lei Uniforme. Pela mesma razão que os países acima mencionados, o Burkina e o Mali também iniciaram um procedimento para alterar a Lei Uniforme sobre os BIC.

A forte aceleração registada em 2018 reflecte essencialmente o impacto da adopção de textos complementares pela Côte d'Ivoire, Níger e Togo para autorizar a implementação do tratamento automatizado dos dados pessoais para a integração dos grandes emitentes de facturas na plataforma electrónica de partilha de informações sobre o crédito. Este mecanismo tem permitido a grandes empresas de serviços públicos como a Companhia de Electricidade da Côte d'Ivoire (CIE), a Sociedade de Distribuição de Água da Côte d'Ivoire (SODECI), a ORANGE COTE D'IVOIRE, a MOOV COTE D'IVOIRE, a Sociedade de Electricidade do Níger (NIGELEC), a Sociedade de Exploração das Águas do Níger (SEEN), AIRTEL NIGER, ORANGE NIGER, NIGERTELECOMS, a Companhia Energia Eléctrica do Togo, a Sociedade Togolesa das Águas (TdE), MOOV TOGO bem como TOGOCOM. Está também em curso um procedimento para o alinhamento das sociedades de telecomunicações, tais como MOOV NIGER e MTN COTE D'IVOIRE.

Os desenvolvimentos positivos acima referidos foram tidos em conta na edição de 2019 do relatório Doing Business sobre o clima empresarial, sob o critério de "obtenção de crédito". Este critério inclui, como indicador principal, "a extensão da informação sobre o crédito", que mede a percentagem da população adulta de um país abrangido por um BIC.

A Côte d'Ivoire obteve uma pontuação de 8 em 8, devido à sua conformidade com a norma para este indicador fixada num limiar mínimo de 5%. Os outros Estados, para os quais este limiar não foi atingido, obtiveram uma pontuação de zero (0). No entanto, devido aos esforços realizados, receberam bónus. Assim, o Senegal obteve um bónus de 2,7 pontos contra 2,4 pontos do ano anterior, seguido do Mali (1,6 ponto contra 0,8 ponto), do Burkina (1,1 ponto contra 0,3 ponto), da Guiné-Bissau (0,5 ponto contra 0,3 ponto), do Níger (0,5 ponto contra 0,2 ponto) e do Togo (0,4 ponto contra 0,0 ponto).

Apesar dos progressos acima mencionados, o sistema de partilha de dados de crédito ainda enfrenta algumas restrições, em particular o baixo nível de recolha de consentimento por parte das instituições declarantes, a fraca qualidade dos dados a serem transmitidos ao BIC, a inexistência ou inadequação de instrumentos de extracção e envio de dados, bem como o número insuficiente de empréstimos na base de dados do BIC e de consultas aos relatórios de crédito pelas instituições declarantes.

Para fazer face a estas insuficiências, o BCEAO implementou um programa de verificação da qualidade da participação das instituições de crédito no sector da partilha da informação de crédito. Para as entidades bancárias, as primeiras missões tiveram lugar na Côte d'Ivoire, no Mali e no Senegal.

Além disso, sob proposta do CREDITINFOVOLO, o Banco Central aprovou o novo tarifário para 2019, que flexibiliza as condições tarifárias aplicáveis aos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) e às instituições de garantia financeira. Deve contribuir para uma melhor inclusão dos fornecedores e utilizadores de dados no sistema de troca de informações sobre créditos da UMOA.

Por sua vez, o BIC desenvolveu e implantou, gratuitamente, uma solução denominada "*Batch Transformation Module (BTM)*", que permite às instituições sujeitas que expressam a necessidade de utilizá-la para extrair dados de seus clientes. Além disso, para facilitar a utilização dos relatórios de crédito pelas instituições sujeitas, o BIC introduziu uma metodologia estatística para avaliar a solvabilidade dos mutuários (scoring). Este produto foi dedobrado a nível de todos os Estados membros da União.

IV – GESTÃO DE SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTOS E RESERVAS CAMBIAIS

4.1 – GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

As operações efectuadas nos balcões do Banco Central foram marcadas, durante o ano 2018⁶, por saques de signos monetários que atingira, 17.150,5 biliões de francos CFA (2.514,0 milhões de vinhetas) superiores aos pagamentos recebidos que se situaram em 16.860,3 biliões de francos CFA (2.337,4 milhões de vinhetas). A circulação de moeda fiduciária, resultando das evoluções, progrediu de 1,9%.

4.1.1 - Saques e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO

Os movimentos nos balcões do Banco Central sobressaíram-se em 4.851,4 milhões de notas e moedas em 2018 contra 4.830,5 milhões de unidades durante o exercício precedente.

Os levantamentos de notas durante o período em análise elevaram-se a 17.144,8 biliões de francos CFAs (2.417,8 milhões de vinhetas), contra 17.064,6 biliões de francos CFA (2.372,8 milhões de vinhetas) em 2017, ou seja uma alta anual de 45,0 milhões de vinhetas. Os levantamentos mais importantes foram registados na Côte d'Ivoire (28,72%), no Senegal (16,1%) e no Burkina Faso (16,0%).

As saídas de moedas registaram uma alta de 0,7%, passando de 95,6 milhões de unidades em 2017 para 96,3 milhões em 2018. Em valor, fixaram-se em 5,7 biliões de francos FCFA em 2018 contra 5,3 biliões de francos CFA em 2017.

Os depósitos de notas nos balcões do Banco Central envolveram 16.858,5 biliões de francos CFA (2.329,9 biliões de unidades) em 2018 contra 16.794,5 biliões (2.351,0 milhões de unidades), em 2017, ou seja uma baixa anual de 21,1 milhões de vinhetas. As entradas mais importantes em valor foram observadas na Côte d'Ivoire (26,8%), no Burkina Faso (16,1%) e no Senegal (15,4%).

Durante o ano 2018, as entradas de moedas nos balcões do Banco Central atingiram 1,8 milhões de francos CFA (7,5 milhões de unidades) contra 3,0 biliões de francos CFA (11,0 milhões de unidades) no ano precedente, ou seja um recuo em volume de 31,8%.

4.1.2 - Composição da circulação fiduciária

Em finais de Dezembro de 2018, a circulação fiduciária estabeleceu-se em 6.529,7 biliões contra 6.407,6 biliões um ano mais cedo, ou seja uma alta de 122,1 biliões. As notas de grande valor constituíram 91,3% do valor das notas em circulação contra 91,4% em 2017. Comparada em 2017, a parte das notas na circulação fiduciária permaneceu quase estável em 97,3%.

4.1.3 – Movimentos de notas externas nos balcões das Agências do BCEAO

Em finais de Dezembro de 2018, os movimentos de notas externas⁷ que resultaram das operações de triagem cifraram-se em 2.491,7 biliões de francos CFA contra 2.083,1 biliões no ano precedente, ou seja uma alta de 19,6%.

6. Estimativas.

7. Trata-se de notas resultando das operações de triagem nas Agências de um determinado Estado e que não foram emitidas por ele.

As notas deslocadas foram principalmente emitidas pelas Agências da Côte d'Ivoire (29,2%), do Burkina (14,9%), do Senegal (12,4%) e do Benin (11,3%). As Agências do Togo, do Benin, do Mali, do Burkina e da Côte d'Ivoire registaram nos seus balcões os montantes mais importantes de notas externas, com partes respectivas de 27,5%, 18,7%, 14,8%, 10,8% e de 9,7%.

Tableau 13 : mouvements de billets externes aux guichets des Agences de la BCEAO (en milliards FCFA)

	Exercice 2017			Exercice 2018			Variation		
	(1)			(2)			(3)=(2)-(1)		
	Entradas	Saídas	Saldos	Entradas	Saídas	Saldos	Entradas	Saídas	Saldos
BENIN	574,5	276,8	297,7	466,1	281,5	184,6	-108,4	4,8	-86,7
BURKINA	231,2	311,3	-80,1	369,4	371,7	-2,3	138,2	60,4	-58,7
COTE D'IVOIRE	136,0	620,9	-485,0	241,5	726,6	-485,0	105,6	105,6	-386,1
GUINNE-BISSAU	23,2	105,1	-81,9	92,2	137,5	-45,3	69,0	32,4	-51,9
MALI	254,1	213,1	41,0	269,4	247,3	22,1	15,3	34,2	132,3
NIGER	97,1	125,5	-28,5	149,2	212,4	-63,2	52,1	86,8	51,6
SENEGAL	188,3	169,1	19,2	219,2	308,7	-89,5	30,8	139,6	66,1
TOGO	578,8	261,2	317,5	684,7	206,1	478,7	106,0	-55,2	333,3
UMOA	2 083,1	2 083,1	0,0	2 491,7	2 491,7	0,0	408,6	408,6	0,0

Source : BCEAO.

4.2 – SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO

A 31 de Dezembro de 2018, o funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA sobressaiu-se globalmente satisfatório com uma orientação para alta nos principais indicadores de actividade.

4.2.1 - Sistemas de pagamento regionais da UEMOA

O Sistema de Transferência Automatizada e de Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) conta 132 participantes, em finais de Dezembro de 2018, contra 127 no ano anterior. Em 2018, o número de operações efectuadas na STAR-UEMOA estabeleceu-se em 924.404, num valor de 511.588 biliões, ou seja uma alta de 11,48% em volume e uma baixa de 5,35% em valor em relação ao ano 2017.

O comércio internacional no seio da UEMOA aumentou para 354.120 operações num valor de 35.120 biliões em 2018, representando 38,38% do volume total das operações processadas na STARUEMOA. Comparada a 2017, a evolução favorável de 2,62% em volume e a baixa de 1,08% em valor das operações intra-países foram observadas.

O Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA (SICA-UEMOA) conta 140 participantes, em finais de Dezembro de 2018, contra 137 em 2017 entre os quais os bancos, o BCEAO bem como os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina, da Côte d'Ivoire, do Mali, do Níger e do Senegal. Durante o período em análise, o volume de transacções estabeleceu-se em 14.536.605 operações num montante de 56.394 biliões.

A actividade de SICA-UEMOA foi marcada pelos aumentos respectivos de 6,68% do volume dos pagamentos compensados e de 16,04% do seu valor em relação a 2017.

O aumento do valor das operações compensadas foi nomeadamente dinâmico na Côte d'Ivoire (+35,06%), na Guiné-Bissau (+20,19%), no Burkina (+15,01%) e a nível sub-regional(+19,31%). As trocas comerciais inter-países constituem 1,46% do valor global das transacções da União em 2018 contra 3,46 % em 2017.

Relativamente à repartição dos instrumentos de pagamento processados no sistema de tele-compensação, a parte relativa em volume às transferências sobressaiu-se em alta de 3,17% em relação aos cheques que registaram uma baixa de 3,23%, confirmando uma tendência observadas há dois anos. Assim, em 2018, as transferências representam 42,51% do comércio contra cerca de 56,15% para os cheques. Em lembrete, em 2017, a parte respectiva destes instrumentos era de 38,24% e 60,53%. Em valor, 76,17% do comércio foram efectuados por cheque em 2018.

Em conformidade com a sua visão de "*dotar a UEMOA de sistemas de pagamento seguros, eficientes e acessíveis, baseados em critérios transparentes e colocando à disposição dos agentes económicos meios de pagamento modernos e pouco onerosos*", o BCEAO realizou em 2018 acções para reforçar a segurança, a modernização e o impacto inclusivo dos sistemas e meios de pagamento.

4.2.2 - Segurança e modernização dos sistemas e serviços de pagamento

As acções de segurança e modernização realizadas em 2018 permitiram aumentar a eficiência dos sistemas de pagamento SICA-UEMOA e STAR-UEMOA. Trata-se de:

- a notificação de medidas destinadas a reforçar a segurança das plataformas de ligação dos participantes nos sistemas de pagamento, a fim de assegurar a sua fiabilidade, integridade e redução dos riscos relacionados com ameaças internas e externas. As recomendações formuladas visam o reforço dos controlos de acesso aos principais recursos do sistema de informação e requerem a implementação de uma interface automatizada com os sistemas de pagamento geridos pelo BCEAO;
- foi elaborado um inventário da situação das plataformas que ligam os Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento, a fim de identificar os riscos conexos; Medidas específicas de controlo destes riscos serão implementadas durante o ano 2019;
- a assinatura, pelos participantes, da adenda nº 1 à Convenção sobre a criação do Fundo de Garantia para o pagamento dos saldos de compensação de SICA-UEMOA. A redacção desta adenda responde à necessidade de introduzir uma maior equidade no cálculo das contribuições dos participantes, obrigando os participantes em situação de incumprimento frequente a pagar uma contribuição para o Fundo proporcional a nível de risco que representam para o sistema de compensação electrónica.
- a revisão das convenções SICA-UEMOA e STAR-UEMOA: os trabalhos de revisão efectuados em consulta com os participantes permitiram actualizar as disposições convencionais a fim de dar conformidade à evolução funcional dos sistemas de pagamento e padrões internacionais;
- a prossecução das acções para a participação directa dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) nos sistemas de pagamento e na segurança de suas operações. Neste aspecto, dos oito (8) TPN da União, seis (6) estão directamente ligadas a STARUEMOA e SICA-UEMOA, com conta de liquidação própria, da mesma forma que os bancos comerciais, com vista a centralizar a sua liquidez. Trata-se do Benin, da Côte d'Ivoire, do Mali, do Níger, do Senegal e do Togo. Os TPN do Burkina e da Guiné-Bissau estão em fase preparatória para a sua ligação.

Em 2018, o Fundo Regional de Garantia do pagamento dos saldos de compensação de SICA-UEMOA, registou oitenta (80) intervenções em termos de adiantamentos de tesouraria contra sessenta e duas (62) em 2017, ou seja uma alta de 29% em volume em relação ao ano precedente, evidenciando um aumento das tensões de tesouraria a nível dos participantes.

Em finais de Dezembro de 2018, a média dos adiantamentos fixou-se em cerca de 509 milhões contra 710 milhões em 2017. No total, as intervenções do Fundo Regional de Garantia permitiram pagar em 2018 cerca de 40,79 biliões de saldos devedores à compensação, em baixa de 28% em relação a 2017.

No âmbito da segurança dos serviços de pagamento, o dispositivo de vigilância foi reforçado através de:

- a implementação do quadro de supervisão dos serviços de pagamento de moeda electrónica desenvolvido em 2017;
- a elaboração de um quadro de vigilância dos serviços de transferência rápida de fundos.

O quadro de vigilância dos serviços de pagamento garantidos pela moeda electrónica visa permitir ao Banco Central a disponibilização de ferramentas de análise do controlo dos riscos inerentes aos referidos serviços bem como às inovações na matéria. Ressalta a eficiência e a segurança dos serviços de pagamento garantidos pela moeda electrónica.

Nesta perspectiva, o BCEAO analisa a evolução da utilização dos serviços ligados à moeda electrónica com base nos dados em volume e em valor das transacções. Por outro lado, ele vela pela conformidade regulamentar dos dispositivos de emissão e analisa as condições efectivas de funcionamento através do seguimento dos incidentes e fraudes.

No que se refere à supervisão dos serviços de transferência rápida de fundos, as principais preocupações abordadas são as seguintes:

- a fiabilidade e segurança das plataformas de transferência rápida de fundos em termos de disponibilidade, de integridade, de confidencialidade e rastreabilidade dos dados relativos às transacções;
- o controlo dos riscos financeiros inerentes à compensação e pagamento das operações ligadas à transferência rápida de fundos;
- a protecção dos fundos dos utilizadores dos serviços de transferência rápida de fundos;
- a eficiência da tarifação dos serviços oferecidos aos clientes.

4.2.3 - Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para maior inclusão financeira

As principais acções realizadas em 2018 para reforçar a contribuição do sistema de pagamentos regional para uma maior inclusão financeira inscrevem-se no quadro da implementação do Projecto de Apoio à Promoção do Acesso ao Sistema de Pagamento Regional pelos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD). Neste aspecto, convém ressaltar:

- o reforço das capacidades do pessoal dos SFD e das Entidades Ministeriais de Seguimento (EMS) na Côte d'Ivoire e no Burkina. Estas sessões visam reforçar as capacidades dos SFD na gestão de novos instrumentos de pagamento, na compensação e liquidação de operações e no controlo dos riscos associados;

- A selecção de um Gabinete encarregue de apoiar o BCEAO no estabelecimento de dois (2) Centros de Tratamento Informático (CTI) para os SFD do Níger e da Côte d'Ivoire. Esta acção visa reforçar os Sistemas de Gestão Integrada (SGI) dos SFD e uma melhor distribuição dos Centros de Tratamento Informático na União, a fim de melhorar a qualidade dos serviços e a actividade das instituições de microcrédito;

- a definição das modalidades de acesso indirecto dos SFD ao sistema de pagamento regional da UEMOA e a organização de intercâmbios sobre o assunto com estas estruturas.

4.3 - GESTÃO DAS RESERVAS DE CÂMBIO

O BCEAO prosseguiu a título do exercício 2018, a sua política de diversificação da posição de moeda estrangeira, no estricte cumprimento dos princípios e práticas admitidos de modo comum para a gestão de reservas cambiais oficiais, em particular as Directivas do FMI na matéria.

A posição de moeda estrangeira estabeleceu-se em 10,4 biliões de euros em finais de Dezembro de 2018, contra 8,7 biliões em finais de Dezembro de 2017, ou seja uma alta de 1,7 bilião de euros no mesmo período. A 31 de Dezembro de 2018, a proporção da posição em moeda estrangeira do BCEAO depositada na Conta de operações fixou-se em 67,4% contra 58,1% em finais do ano 2017.

V - QUADRO INSTITUCIONAL, ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5.1 – ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício 2018, os Órgãos da União realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 constituindo a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

5.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, durante o ano 2018, uma Sessão ordinária, a 30 de Julho de 2018 em Lomé, na República do Togo, sob a Presidência da Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, Presidente da República da Côte d'Ivoire, o seu Presidente estatutário.

Durante esta sessão ordinária, no plano político, a Conferência congratulou-se com a boa organização das eleições presidenciais no Mali e desejou-lhe um resultado bem sucedido. Congratulou-se igualmente com a evolução positiva registada na Guiné-Bissau, com a nomeação de um novo Governo consensual. A este respeito, apelou ao Governo da Guiné-Bissau e a todas as partes interessadas para que redobrem os seus esforços no sentido de preservar os ganhos obtidos e realizar eleições legislativas em Novembro de 2018. No que respeita ao Togo, a Conferência apreciou a abertura de espírito da classe política e convidou todos os intervenientes políticos e a sociedade civil a prosseguirem o seu empenho em assegurar a estabilidade e um clima social pacífico.

Analisando a situação da segurança na sub-região, os Chefes de Estado e de Governo condenaram veementemente os ataques terroristas no Burkina Faso, no Mali e no Níger. Reiteraram a sua solidariedade para com estes países irmãos e para com todos os países afectados pelos actos terroristas em todo mundo.

No âmbito do reforço do processo de integração, a Conferência registou os progressos dos trabalhos realizados pelas Comissões de Alto Nível de Energia, de Paz e Segurança, de Segurança Alimentar e de Financiamento das Economias.

A Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados na implementação da política comum da UEMOA em matéria de paz e segurança. Incentivou a continuação da implementação do plano de acção e apelou à rápida operacionalização do Mecanismo de Alerta Rápido e Vigilância (MEVAP, sigla em francês), a fim de melhor abordar antecipadamente as questões de segurança.

No âmbito da supervisão multilateral, a Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados-Membros para cumprir os critérios de convergência. Instou-os a acelerar os esforços em curso para tornar efectiva a consolidação orçamental em 2019.

Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota das acções empreendidas para promover as Parcerias Público-Privadas (PPP). Convidaram os Órgãos e Instituições da União a acelerar a criação do quadro regulamentar conexo, tendo em vista aumentar a participação do sector privado no financiamento do desenvolvimento.

No que se refere à revisão anual das reformas, das políticas, dos programas e projectos comunitários na União, a Conferência congratulou-se com os progressos significativos realizados na transposição e aplicação dos textos comunitários.

A Conferência apreciou os resultados obtidos pelo Banco Central na implementação do plano de acção para a consolidação da viabilidade do sector do microcrédito, que permitiu avançar na consolidação do sector. Analisou e aprovou igualmente a emenda à lei relativa à regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados, com vista do exercício das operações de finança islâmica pelas instituições de microcrédito. Ela instou os Estados membros da União a diligenciar a transposição do novo texto na sua ordem jurídica interna.

A Conferência congratulou-se com a decisão do Comité de Política Monetária do BCEAO de admitir ao refinanciamento do Banco Central, os créditos detidos pelas instituições de crédito sobre as sociedades elegíveis para o mecanismo de financiamento das PME/PMI na União. Instou todos os intervenientes envolvidos a prosseguirem a implementação das acções pelas quais são responsáveis, tendo em vista a rápida operacionalização do mecanismo.

Os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com as medidas tomadas no domínio da estabilidade financeira na Comunidade, nomeadamente a adopção de um novo anexo à Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA, que faz deste Órgão a Autoridade supranacional para a supervisão e resolução de crises bancárias na União.

Tomaram igualmente nota do mecanismo desenvolvido pelo BCEAO para apoiar as instituições de crédito na implementação das reformas contabilísticas e prudenciais na UEMOA. Eles encorajam o Banco Central a prosseguir a suas acções com vista a consolidar a estabilidade financeira no espaço comunitário.

A Conferência apreciou os progressos realizados, com o apoio da Agência UMOA-Títulos, para melhorar a taxa de cobertura das transacções dos Estados-Membros no mercado financeiro regional, através da introdução de emissões simultâneas e de obrigações sintéticas que oferecem a um Estado a possibilidade de emitir no mesmo dia vários títulos com diferentes prazos de vencimento para melhor responder às expectativas dos investidores.

A Conferência tomou nota da consolidação progressiva das actividades do Escritório de Informação sobre o Crédito (BIC, sigla em francês) na UEMOA. Instou o Banco Central a prosseguir as suas acções no sentido de aumentar significativamente o volume de dados disponíveis na base de dados BIC, para uma melhor cobertura da população da União.

Por fim, a Conferência manifestou a sua satisfação ao Presidente da Comissão da UEMOA, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental, ao Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, ao Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros, bem como ao pessoal de todos os Órgãos e Instituições da UEMOA, pelos resultados obtidos na implementação dos programas e projectos comunitários.

5.1.2 - O Conselho de Ministros

Durante o exercício 2018, a composição do Conselho registou as seguintes modificações:

- Para o Burkina Faso, O Senhor Paul Robert TIENDREBEOGO, Ministro da Integração Africanas e dos Burkinabé no Estrangeiro, foi nomeado membro do Conselho, a contar de 1 de Junho de 2018, em substituição do Senhor Eric W BOUGOUMA.

- Para a República da Guiné-Bissau, o Senhor Aristide GOMES, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia e das Finanças, foi nomeado membro do Conselho, a contar de 25 de Junho de 2018, em substituição do Senhor Joao Alage Mamadu FADIA.

- O Senhor Suleimane SEIDI, Secretário de Estado para o Tesouro, foi nomeado membro do Conselho, a contar de 16 de Maio de 2018, em substituição do Senhor José BIAI.

- Para a República do Mali, o Senhor Sambou WAGUE, Ministro da Energia e Água, foi nomeado membro do Conselho, a contar de 17 de Setembro de 2018, em substituição do Senhor Abdel Karim KONATE.

Durante o ano 2018, o Conselho de Ministros realizou quatro (4) sessões ordinárias, incluindo a de 23 de Março de 2018 em Dakar, sob a Presidência do Senhor Amadou BA, Ministro da Economia, das Finanças e do Planeamento da República do Senegal, o seu Presidente estatutário cessante. O Conselho reuniu-se também a 29 de Junho de 2018, na Sede do BCEAO em Dakar, a 21 de Setembro de 2018 na Agência Principal do BCEAO em Abidjan e a 21 de Dezembro de 2018 na sede do BCEAO em Dakar, sob a Presidência do Senhor Romuald WADAGNI, Ministro da Economia e das Finanças da República do Benin, o seu novo Presidente estatutário.

O Conselho realizou igualmente uma sessão extraordinária a 29 de Junho de 2018 na Sede do BCEAO, uma sessão extraordinária com vista a preparar a 20ª sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de 30 de Julho de 2018.

Durante estas sessões ordinárias, os Ministros analisaram a conjuntura internacional bem como a actividade económica nos Estados membros da UEMOA.

Durante a sua sessão ordinária de 23 de Março de 2018, o Conselho de Ministros destacou a boa dinâmica da actividade económica no quarto trimestre de 2017. De facto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real situou-se em 6,5% numa base anual, no quarto trimestre 2017 após 6,7% no trimestre anterior. Para o ano 2017, o PIB da União progrediu de 6,7%, após 6,6% em 2016. Em perspectiva, a taxa de crescimento económico sobressairia-se em 6,8% em 2018.

O Conselho observou a baixa da taxa de inflação, fixado em 0,9% no quarto trimestre de 2017, após +1,2% um trimestre antes.

Os Ministros registaram igualmente um aumento dos défices orçamental e externo dos países da União. Com efeito, a execução dos orçamentos nacionais geraria um saldo negativo de 4,6% do PIB em 2017, após 4,4% em 2016. Quanto às transacções externas correntes, estas conduziram a um défice de 7,2% do PIB, após 5,3% em 2016. Para fazer evoluir o défice orçamental para a norma comunitária de 3,0% do PIB em 2019 e reforçar a viabilidade externa das economias da União, o Conselho de Ministros recomendou, nomeadamente, a racionalização das despesas públicas e o reforço da mobilização das receitas fiscais. Para apoiar o financiamento do défice externo, o Conselho recomendou igualmente o repatriamento efectivo das receitas de exportação.

Por outro lado, os ministros aprovaram as contas do BCEAO para o exercício 2017 e procederam à afectação dos seus resultados.

O Conselho aprovou igualmente o projecto de revisão da política de selecção dos Auditores Externos do BCEAO. Estabeleceu igualmente Colégios de Supervisão e de Resolução instituídos pelo Anexo revisto da Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA.

O Conselho de Ministros foi informado das conclusões da reunião do Comité de Política Monetária do BCEAO de 7 de Março de 2018, das perspectivas revistas da evolução das economias da União em 2018 e 2019, das conclusões das consultas regionais ao abrigo do artigo IV dos Estatutos do FMI, realizadas em Dakar de 18 a 24 de Janeiro de 2018 e da evolução do projecto de promoção dos Gabinetes de Informação de Crédito (GIC). Tomou igualmente nota das conclusões da análise, feita pelo Conselho de Administração do FMI, do Relatório dos Serviços do Fundo sobre a concepção de Programas nas Uniões Monetárias e da situação do repatriamento das receitas de exportação para os países membros da UEMOA para o ano 2017.

Durante a sua sessão ordinária de 29 de Junho de 2018, o Conselho de Ministros observou a boa tendência da actividade económica. De facto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real no primeiro trimestre de 2018 situou-se em 6.5% numa base anual, após 6.4% no trimestre anterior. Em 2017, o PIB da União cresceu 6,6%, após 6,5% em 2016. Para o ano de 2018, a taxa de crescimento económico deverá ser de 6,8%.

O Conselho notou o aumento moderado do nível geral de preços para 0,9% no primeiro trimestre 2018.

Os Ministros constataram igualmente que a execução dos orçamentos dos países da UEMOA apresentaria um saldo deficitário de 3,8% do PIB em 2018, após 4,2% em 2017. Quanto às transações externas correntes, estas resultariam num défice de 7,0% do PIB em 2018, após o défice de 6,7% registado em 2017. Para reforçar o esforço de consolidação orçamental em direcção à norma comunitária de 3,0% do PIB em 2019, o Conselho de Ministros recomendou, em especial, um reforço da capacidade de mobilização das receitas fiscais e uma melhoria da eficiência da despesa pública na União.

Os Ministros aprovaram a nomeação dos Representantes dos Estados-Membros no Conselho de Administração do Fundo de Garantia de Depósitos na UMOA.

Por outro lado, o Conselho de Ministros foi informado das conclusões da reunião do Comité da Política Monetária (CPM) de 6 Junho de 2018, do avanço do projecto de promoção dos Gabinetes de Informação sobre Crédito (GIC) e da evolução da balança de pagamentos e da posição externa global regionais a título do ano 2016. Os Ministros tomaram também conhecimento das actividades das Células Nacionais de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF) para o ano 2017.

Durante a sua sessão ordinária de 21 de Setembro de 2018, o Conselho de Ministros notou uma dinâmica favorável da conjuntura económica, monetária e financeira. De facto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) manteve-se em 6.5% numa base anual, no segundo trimestre de 2018. O PIB da União está previsto para alta de 6.8% em 2018, após uma progressão de 6,7 em 2017.

O conselho notou a desaceleração da inflação. Assim, a taxa de inflação situou-se em 0,7%, numa base anual, no segundo trimestre de 2018, depois de 0,9% no trimestre precedente.

Os Ministros observaram igualmente que a execução dos orçamentos dos Estados resultou numa redução do défice orçamental, com um rácio com base em autorizações, incluindo subvenções, de 2,2% do PIB no primeiro semestre de 2018, contra 2,6% no mesmo período do ano passado. Quanto às transações externas correntes, estas resultariam num défice de 7,0% do PIB em 2018, após o défice de 7,2% registado em 2017.

Para consolidar os desempenhos económicos da União, num contexto de aumento das tensões comerciais, os Estados da UEMOA deverão prosseguir as medidas visando melhorar o espaço orçamental, o reforço do capital humano e a manutenção dum clima sociopolítico pacífico.

Em conformidade com o artigo 56.o dos Estatutos do BCEAO, o Conselho de Ministros procedeu à nomeação dos Srs. Norbert TOE e Abdoulaye DIOP, na qualidade de Vice-Governadores do Banco Central, para mandatos com início a 1 de Outubro de 2018.

Os Ministros aprovaram a lista dos auditores externos do BCEAO para os exercícios 2018 a 2023.

Por outro lado, o Conselho de Ministros foi informado das conclusões da reunião do Comité da Política Monetária de 12 de Setembro de 2018, da evolução do projecto de promoção do Gabinete de Informação sobre o Crédito (GIC) na União Monetária Oeste Africanas (UMOA), da situação dos sistema bancário da UMOA para o ano 2017 e esforços de repatriamento das receitas de exportação nos países membros da UEMOA, durante o período recente.

Durante a sua sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2018, o Conselho de Ministros registou a continuação da dinâmica positiva do ambiente económico, monetário e financeiro no terceiro trimestre de 2018. De facto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real situou-se em 6,7% numa base anual, após 6,5% no trimestre anterior. O PIB da União deverá aumentar 6,6% em 2018, tal como em 2017.

O Conselho notou uma ligeira alta nos preços. Assim, a taxa de inflação situou-se em 0,9%, numa base anual, no terceiro trimestre de 2018, depois de 0,7% no trimestre precedente.

Os Ministros observaram igualmente que a execução dos orçamentos dos Estados resultou numa redução do défice orçamental, com base em autorizações, incluindo subvenções, de 3,8% do PIB em 2018 após 4,3% em 2017. Por sua vez, o défice do saldo das transacções correntes baixaria de 0,2 ponto percentual, de 6,6% do PIB em 2017 para 6,4% em 2018. Por outro lado, na sequência da consolidação das entradas líquidas de capitais, o comércio externo dos países da UEMOA conduziria a um excedente global de 909,5 biliões após 304,1 biliões em 2017.

Para consolidar os desempenhos económicos da União, num contexto mundial de aumento das tensões comerciais, os Estados deverão prosseguir as medidas visando melhorar o espaço orçamental das bases da produção e dos motores do crescimento económico, a consolidação do espaço orçamental bem como a manutenção dum clima sociopolítico e de segurança pacífico.

Por outro lado, os Ministros aprovaram a nomeação do representante da República do Senegal no seio do Comité de Estabilidade Financeiras na UMOA.

5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO

Durante o exercício 2018, a composição do Comité de Política Monetária do BCEAO registou as seguintes modificações:

- para o BCEAO, o Senhor Norbert TOE, novo Vice-Governador da Instituição, é assim membro do Comité de Política Monetária do BCEAO, a contar de 1 de Outubro de 2018, em substituição do Senhor Jean-Baptiste COMPAORE, Vice-Governador cessante.
- O Senhor Abdoulaye DIOP, novo Vice-Governador do BCEAO, a contar de 1 de Outubro de 2018, em substituição do Senhor Mamadou DIOP, Vice-Governador cessante.

O Comité de Política Monetário do BCEAO realizou, a 31 de Dezembro de 2018, quatro (04) reuniões ordinárias, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário, respectivamente aos 7 de Março de 2018, 05 de Junho de 2018, 12 de Setembro de 2018 e 5 de Dezembro de 2018 na Sede do BCEAO em Dakar.

Durante a sua sessão ordinária de 7 de Março de 2018, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas a médio prazo de estabilidade dos preços e crescimento económico na União.

A nível internacional, o Comité sublinhou a continuação da consolidação da actividade económica mundial no quarto trimestre de 2017. De acordo com as perspectivas económicas do Fundo Monetário Internacional publicadas em Janeiro de 2018, a produção mundial deverá aumentar 3,9% em 2018, após 3,6% em 2017. No entanto, os preços internacionais das principais matérias-primas exportadas pelos países da UE apresentaram tendências contrastantes no quarto trimestre de 2017. Os preços do óleo de palmiste, do cacau, do algodão e óleo de palma subiram, enquanto os preços do café, da borracha, da castanha de caju e do ouro caíram.

O Comité constatou que a actividade económica na União permaneceu bem orientada no quarto trimestre 2017. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da União, numa base anual, situou-se em 6,5% contra 6,7% o trimestre anterior. Para o ano 2017, o crescimento económico da União estimou-se em 6,7%, após 6,6% em 2016.

O Comité notou que durante todo o ano 2017, o défice orçamental, com base em autorizações, incluindo subvenções, estabeleceu-se em 4,6% do PIB contra 4,4% em 2016, num objectivo comunitário de 30% até 2019. Nestas condições, os esforços de mobilização das receitas fiscais e de racionalização das despesas públicas deverão prosseguir-se.

O Comité ressaltou que a massa monetária na União aumentou de 7,5% numa base anual no quarto trimestre 2017, traduzindo uma consolidação dos créditos internos (9,9%) e uma progressão da posição externa líquida (9,0%). A taxa de juro média trimestral do mercado monetário estabeleceu-se em 4,12% após 3,20% le trimestre precedente e 3,59% um ano mais cedo.

O Comité notou que a taxa de inflação situou-se em 0,9%, numa base anual, no quarto trimestre 2017, depois de 1,2% no trimestre precedente. Nos próximos 24 meses, projecta-se que a taxa de inflação numa base anual se situe em 1,5%.

Em termos das evoluções, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de submissão às operações de concurso públicos de injeção de liquidez a 2,50% e taxa de juro do balcão do cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão de 5 de Junho de 2018, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas de inflação e de crescimento económico na União.

A nível internacional, o Comité observou que a actividade económica global permaneceu dinâmica no primeiro trimestre de 2018. Ao longo de todo o ano, espera-se um crescimento de 3,9%, após um aumento de 3,8% em 2017, de acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional publicadas em Aril de 2018. Os preços internacionais das principais matérias-primas exportadas pelos países da UE apresentaram tendências contrastantes durante o primeiro trimestre de 2018. Os preços do petróleo, da castanha de caju, do algodão, do cacau e do ouro subiram, enquanto os preços do óleo de palmiste, do óleo de palma, do café e da borracha caíram.

O Comité constatou que a actividade económica na União permaneceu forte no primeiro trimestre de 2018. O crescimento real do produto interno bruto, impulsionado principalmente pela procura interna, foi de 6,5% em termos homólogos, após 6,4% no trimestre anterior.

O Comité ressaltou que a taxa de crescimento da massa monetária na União situou-se em 8,8 % numa base anual, no primeiro trimestre de 2018, reflectindo uma consolidação da posição externa líquida (+66,1%) e um aumento da dívida interna (+3,8%). A taxa de juro média trimestral do mercado monetário estabeleceu-se em 4,50% contra 4,10% no trimestre precedente. No entanto, o Comité notou uma tendência baixista das taxas do mercado monetário nos dois primeiros meses do segundo trimestre de 2018.

O Comité notou que a taxa de inflação situado em 0,9%, numa base anual, no primeiro trimestre de 2018, permaneceu estável em relação ao trimestre precedente. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, numa base anual, de 1,5%, em fase com o objectivo de estabilidade dos preços mantidos pelo Banco Central.

O Comité observou que o défice orçamental, com base em autorizações incluindo subvenções, previsto pelos Estados-Membros para todo o ano de 2018 deverá atingir 3,8% do PIB em comparação com 4,2% em 2017, contra um objectivo comunitário de 3,0% até 2019. Nestas circunstâncias, há que prosseguir os esforços de mobilização das receitas e de racionalização das despesas públicas.

Em termos das evoluções, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de submissão às operações de concurso públicos de injeção de liquidez a 2,50% e taxa de juro do balcão do cedência de liquidez em 4,50%. O rácio de reserva obrigatória aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 12 de Setembro de 2018, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas de inflação a médio prazo e de crescimento económico na União.

A nível internacional, o Comité constatou que a actividade económica mundial registou uma tendência globalmente positiva no segundo trimestre de 2018. De acordo com as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional, o crescimento económico mundial deverá atingir 3,9% em 2018, após 3,8% em 2017. Os preços internacionais das principais matérias-primas exportadas pelos países da UE apresentaram tendências contrastantes durante o segundo trimestre de 2018. Os preços do petróleo, do cacau e do algodão subiram enquanto os preços do óleo de palmiste, da castanha de caju, do óleo de palma, do ouro, do café e da borracha caíram..

No seio da União, o Comité constatou que a actividade económica se manteve forte no segundo trimestre de 2018. O crescimento real do produto interno bruto, impulsionado principalmente pela procura interna, foi de 6,5% numa base anual, ao mesmo nível do trimestre anterior.

O Comité notou que o défice orçamental, com base em autorizações, incluindo subvenções, estabeleceu-se em 2018 para 3,8% do PIB, de acordo com os dados dos serviços oficiais, contra 4,2% em 2017, para um objectivo comunitário de 3,0% até 2019. Nestas circunstâncias, o Comité de Política Monetária recomenda que os Estados-Membros acelerem a aplicação das medidas destinadas a dar cumprimento às normas comunitárias. Analisando a situação monetária na União, o Comité observou um crescimento numa base anual da massa monetária de 9,2% no segundo trimestre de 2018, reflectindo uma consolidação da posição externa líquida (+23,9%) e um aumento da dívida interna (+7,4%). De um modo geral, observou uma diminuição das taxas do mercado monetário durante o segundo trimestre de 2018. A taxa de juro média trimestral do mercado monetário foi de 3,77%, contra 4,50% no trimestre anterior.

Assim, a taxa de inflação situou-se em 0,7%, numa base anual, no segundo trimestre de 2018, depois de 0,9% no trimestre precedente. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, numa base anual, de 1,4%, em fase com o objectivo de estabilidade dos preços mantidos pelo Banco Central. Em termos das evoluções, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de submissão às operações de concurso públicos de injeção de liquidez a 2,50% e taxa de juro do balcão do cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 5 de Dezembro de 2018, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas de inflação a médio prazo e de crescimento económico na União.

A nível internacional, o Comité constatou que o ritmo de crescimento da actividade económica mundial foi globalmente moderado no terceiro trimestre de 2018, num contexto de tensões crescentes nas relações comerciais e nos mercados financeiros. De acordo com os últimos dados publicados em outubro de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional, o crescimento económico mundial deverá ser de 3,7% em 2018 e 2019. Nos mercados internacionais das principais matérias-primas, os preços dos produtos exportados pelos países da UE caíram no terceiro trimestre de 2018, com excepção do petróleo. As baixas mais importantes incidiram sobre a castanha de caju, o óleo de palma, o cacau, o café, o ouro e o óleo de palmista.

Internamente, o crescimento da actividade económica manteve-se robusto no terceiro trimestre de 2018, situando-se em 6,7% numa base anual, após 6,5% no trimestre anterior. Para todo o ano de 2018, prevê-se que o crescimento económico atinja 6,6% em 2017.

No que respeita às finanças públicas, o Comité constatou que o défice orçamental, com base em autorizações incluindo subvenções, deverá diminuir para 3,9% do PIB em 2018, segundo os dados dos serviços oficiais, contra 4,3% em 2017. Nestas circunstâncias, o Comité recomendou que os Estados prosseguissem os seus esforços para implementar medidas destinadas a cumprir a norma comunitária de 3,0% até 2019.

A situação monetária da União no terceiro trimestre de 2018, foi marcada por um aumento da massa monetária de 9,8% numa base anual, suportada pelo aumento da dívida interna (+8,0%), tendo reduzido a posição externa líquida. No mercado monetário, a flexibilização das taxas de juro prosseguiu pelo segundo trimestre consecutivo. A taxa de juro média trimestral do mercado monetário estabeleceu-se em 2,50% contra 3,77% no trimestre precedente.

O Conselho ressaltou uma ligeira alta dos preços em ritmo anual no terceiro trimestre de 2018. A taxa de inflação estabeleceu-se em 0,9%, após 0,7% um trimestre antes. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, numa base anual, de 1,4%, em fase com o objectivo de estabilidade dos preços do Banco Central.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de submissão às operações de concurso públicos de injeção de liquidez a 2,50% e taxa de juro do balcão do cedência de liquidez em 4,50%. O rácio de reserva obrigatória aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO

Em 2018, a composição do Conselho de Administração do BCEAO registou as seguintes modificações:

- Para o Burkina Faso, o Senhor Célestin Santéré SANON, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado Representante do Burkina Faso no Conselho de Administração do Banco Central, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2018, em substituição de do Senhor Naby Abraham OUATTARA.
- Para a República do Mali, a Senhora Aoua SYLLA BARRY, Secretária-Geral do Ministério da Economia e Finanças, foi nomeada representante do Mali no Conselho de Administração do BCEAO, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2018, em substituição da Senhora Zamilatou CISSE SIDIBE.
- Para a República do Níger, o Sr. Habou HAMIDINE, Secretário-Geral do Ministério das Finanças, foi nomeado Representante do Níger no Conselho de Administração do BCEAO, com efeitos a partir de 5 de Janeiro de 2018, em substituição do Sr. Taher HASSANE.
- Para a República Francesa, o Sr. Yves CHARPENTIER, Conselheiro Financeiro para a África Ocidental na Direcção-Geral do Tesouro, foi nomeado Representante da França no Conselho de Administração do BCEAO, com efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2018, em substituição do Sr. Cyril ROUSSEAU.

Durante o exercício 2018, o Conselho realizou duas (02) sessões ordinárias, respectivamente a 22 de Março e 20 de Dezembro de 2018 na Sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banque Central, o seu Presidente estatutário.

Durante a sua sessão ordinária de 22 de Março de 2018, o Conselho analisou as contas e mapas financeiros do BCEAO estabelecidos a 31 de Dezembro de 2017, em conformidade com as normas internacionais de informação financeiras (IFRS) e as regras contabilísticas específicas do BCEAO. Ele tomou conhecimento dos relatórios do Auditor Principal do Banco Central para o exercício 2017.

O conselho de Administração foi informado igualmente das conclusões dos trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu a 20 de Março de 2017, nos locais da Sede, com vista nomeadamente a analisar os mapas financeiros e avaliar a qualidade do dispositivo de controlo interno.

O Conselho deu parecer favorável sobre a revisão da política de selecção dos Auditores Externos do Banco Central. Por fim, o Conselho foi informado do Relatório anual 2017 do BCEAO.

No termo dos seus trabalhos, o Conselho de Administração encerrou as contas do BCEAO a 31 de Dezembro de 2017. Neste aspecto, saudou o Banco Central pelos resultados obtidos e decidiu submeter à aprovação do Conselho de Ministros da União os mapas financeiros assim adoptados.

Durante a sua sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2018, o Conselho analisou e aprovou o orçamento do Instituto de emissão para o exercício 2019.

Aprovou igualmente a proposta de recorrer a um perito em auditoria e informação financeira para apoiar o Comité de Auditoria.

O Conselho tomou igualmente nota da suspensão da reaquisição pelo Banco Central das acções da Sociedade Africana de Refinagem no edifício da co-propriedade em Dakar, no Senegal.

Por outro lado, após os trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu, a 18 de Dezembro de 2018 em Dakar, o Conselho tomou nota do seu programa de trabalho para o ano 2019.

5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO

Durante o exercício em análise, a composição do Comité registou as seguintes modificações:

- O Sr. Naby Abraham OUATTARA, Administrador do Burkina Faso, foi nomeado membro do Comité de Auditoria do BCEAO, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2018, em substituição do Sr. Habou HAMIDINE, membro cessante da República do Níger.
- O Sr. Célestin Santéré SANON, Administrador do Burkina Faso, foi nomeado membro do Comité de Auditoria do BCEAO, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2018, em substituição do Sr. Naby Abraham OUATTARA.

O Comité de Auditoria do BCEAO realizou, até 31 de Dezembro de 2018, duas (2) reuniões ordinárias, nas instalações da Sede do BCEAO em Dakar, respectivamente em 20 de Março de 2018, sob a presidência do Sr. Adama Racine SOW, o seu Presidente estatutário cessante e em 18 de Dezembro de 2018, sob a presidência do Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, o seu novo Presidente estatutário. Os membros do Comité realizaram igualmente uma reunião extraordinária em 29 de Agosto de 2018 por videoconferência, presidida pelo Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA. Esta sessão foi consagrada à análise do processo de nomeação dos Auditores Externos do BCEAO.

Durante a sua sessão de 20 de Março de 2018, o Comité registou com satisfação, no final da apresentação dos mapas financeiros pelos serviços do Banco e dos relatórios de auditoria do Comissário Controlador, o forte aumento dos resultados líquidos do Banco em 2017 (+22%), pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho resulta do aumento do rendimento líquido com juros (+15%), principalmente atribuível aos créditos concedidos a instituições de crédito.

O Comité ressaltou a opinião positiva do Auditor Principal sobre a regularidade e a sinceridade das contas do exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2017, a qualidade do mecanismo de controlo interno do Banco e o cumprimento das disposições da Convenção de Conta da Operações.

No termo da análise dos mapas financeiros, O Comité de Auditoria felicitou o Governador e o pessoal do Banco Central pelos resultados conseguidos e recomendou que ao Conselho de Administração fechar as contas do exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, tais como foram apresentados.

O Comité tomou nota dos resultados da avaliação do desempenho do Auditor Principal e Auditores Nacionais no termo dos seus mandatos relativos aos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Emitiu um parecer favorável sobre o projecto de revisão da política de selecção dos auditores externos do BCEAO, que tem em conta a evolução do ambiente interno do Banco e as melhores práticas internacionais neste domínio.

Aprovou a Carta de Auditoria Interna revista, que incorpora a recente evolução das normas internacionais que regem a profissão de auditor interno.

Por outro lado, o Comité tomou nota dos resultados satisfatórios da auto-avaliação da auditoria interna e do inquérito sobre a qualidade dos serviços prestados pelas missões de controlo, realizadas em 2017 no âmbito da implementação do programa de garantia e melhoria da qualidade da auditoria interna do Banco Central.

Examinou o relatório sobre as actividades de controlo relativo ao exercício de 2017 e o relatório anual de risco relativo ao exercício anterior. Tomou devida nota do sistema de controlo das operações do Direcção de Operações de Mercado. Globalmente, registou com satisfação as acções implementadas pelo Banco para controlar os riscos inerentes às suas actividades.

O Conselho notou a execução diligente de suas recomendações anteriores e a implementação satisfatória das recomendações resultantes de auditorias internas e externas.

Por fim, o Comité felicitou os serviços do Banco Central, o Auditor Principal e os auditores Nacionais para a qualidade dos documentos produzidos e a clareza das apresentações.

Durante a sua sessão de 18 de Dezembro de 2018, o Comité saudou os desempenhos do Banco na realização do seu plano de auditoria do ano 2018. Ele aprovou igualmente o programa anual das auditorias de 2019, que abrange os principais sectores de actividades sensíveis do Banco e os riscos emergentes, nomeadamente os ligados à cibersegurança. Ele encorajou o Banco a tomar as disposições necessárias para manter o ritmo de execução das missões de auditoria interna.

O Comité de Auditoria adoptou igualmente o seu programa de trabalho para o ano 2019. Este abrange principalmente duas sessões em Março e Dezembro, destinadas respectivamente à análise dos mapas financeiros do BCEAO para o exercício 2018 e do programa das missões de auditoria interna em 2020.

O Conselho tomou nota do estado de implementação das suas recomendações, bem como das formuladas pelas missões de auditoria interna e externa.

A Comissão tomou conhecimento da carta de missão do Auditor Principal relativa ao exercício de 2018 e das conclusões do seu trabalho à data de 31 de Outubro de 2018. Constatou que o programa de intervenção e a organização dos trabalhos propostos para a auditoria estão em conformidade com as disposições contratuais. Ele congratulou-se com os meios implantados pelo Auditor Principal para a execução de sua missão.

O Comité adoptou um quadro de auto-avaliação para o seu funcionamento, baseado nas melhores práticas internacionais.

Além disso, o Comité examinou a proposta de recorrer a um perito em auditoria e informação financeira para o apoiar no desempenho da sua missão. Emitiu um parecer favorável sobre esta proposta e recomendou que o Conselho de Administração do Banco autorizasse a sua execução.

Por fim, o Comité de Auditoria revisou o relatório anual sobre riscos operacionais de 2017. Apreciou a pertinência do relatório na medida em que fornece uma garantia razoável sobre a qualidade da gestão dos riscos no BCEAO.

5.2 – ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.2.1 - Gestão dos recursos humanos

5.2.1.1 - Pessoal

A 31 de Dezembro de 2018, o efectivo global do pessoal do Banco Central, todos os corpos confundidos, estabeleceu-se em 3.615 agentes contra 18 agentes em relação a seu nível de 31 de Dezembro de 2017 estabelecido a 3.633, ou seja uma redução de 0,5%. de destacamento ou de disponibilidade.

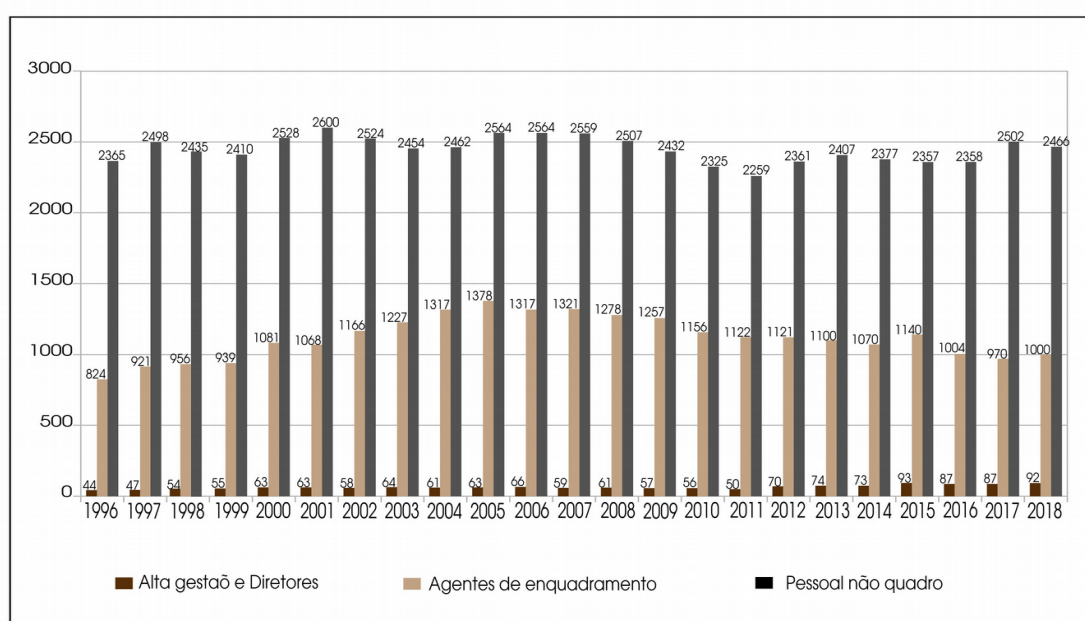
O efectivo global reparte-se como segue:

- Membros da Alta Direcção e Directores: 100, ou seja 2,8% ;
- agentes de enquadramento: 1.045, ou seja 28,9% ;
- membros do Pessoal Administrativo e Técnico (PAT): 2.470, ou seja 68,3%;
- pessoal feminino: 1.451 agentes, ou seja 40,1%;
- pessoal masculino: 2.164 agentes representando 59,9%.

O efectivo activo (3.558), menos 22 pessoas (0,6%) em relação ao seu nível em 31 de Dezembro de 2017, está distribuído da seguinte forma:

- Sede: 712 agentes;
- Direcções Nacionais (Agências Principais e Auxiliares): 2.706 agentes;
- Representação do Banco Central junto das Instituições Europeias de Cooperação: 4 agentes, dos quais um membro do PAT;
- Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA: 136 agentes.

Gráfico 7: evolução dos efetivos do BCEAO de 1996 a 2018



Fonte: BCEAO.

5.2.1.2 - Formação

5.2.1.2.1 - Reforço das capacidades e acções de formação

Durante o exercício 2018, o Centro Oeste Africano de Formação e de Estudos Bancários (COFEB) do BCEAO implementou, em conformidade com a missão que lhe foi confiada, os diferentes programas de formação do pessoal do BCEAO, bem como do pessoal das administrações económicas e financeiras, das instituições de crédito da UEMOA e dos bancos centrais parceiros.

No que diz respeito à **formação do pessoal do BCEAO**, estas actividades conduziram à implementação do plano anual de formação, à formação de competências, à formação de integração e às outras actividades de reforço das capacidades não previstas no plano de formação.

No âmbito da **Formação permanente do pessoal** foram realizadas cento e trinta (130) sessões de formação durante o período em análise, incluindo cinquenta e nove (59) sessões de formação externa, sessenta e três (63) seminários, sendo trinta e sete (37) presenciais, dezesseis (16) por videoconferência e oito (8) em formação descentralizada.

Os temas abordados diziam principalmente respeito às operações financeiras, às competências de redacção, à prática das IFRS (International Financial Reporting Standards), ao enquadramento contabilístico dos sistemas financeiros descentralizados, aos requisitos da nova versão da norma ISO 9001: 2015, os elementos fundamentais das mensagens SWIFT, a gestão das contrafacções e das notas coradas, o quadro de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento, os sistemas de informação, a estratégia e os dados relativos à inclusão financeira, os diagnósticos macroeconómicos, os aspectos práticos da compilação de estatísticas sobre o investimento directo, supervisão do sector financeiro, crescimento inclusivo, análise de dados de inclusão financeira, técnicas contra malevolência, contratos públicos, programação e políticas financeiras, gestão de reservas cambiais, questões económicas de integração regional e gestão de carteiras de obrigações.

Estas formações decorreram em parceria com várias instituições, nomeadamente o Banco do Portugal, o Banco da Inglaterra, e o Instituto de Formação para a África (IFA) do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Instituto Bancário Financeiro Internacional (IBFI) do Banco da França, o Banco Mundial (BM), o Banco dos Pagamentos Internacionais (BRI), o Federal Reserve Bank of Nova Iorque (FED), a Aliança para a inclusão financeira (AFI), o Grupo Interbancário Monetário da UEMOA (GIM-UEMOA), AFRITAC Ocidental, bem como outras entidades de formação privadas tais como a Companhia Nacional dos Revisores Oficiais (CNCC) de França, o Instituto DEMOS, o Grupo Schneider Electric, o Gabinete UNIDEV, o Serviço de Seguimento da Humanidade nas Acções de Pesquisa Aplicada (SAHARA) bem como Centro Nacional de Prevenção e Protecção (CNPP).

A Formação de Integração do Pessoal Recém-Contractado do BCEAO contou com a participação de sessenta e dois (62) agentes recrutados pelo Banco para os exercícios de 2016, 2017 et 2018. Ela decorreu em duas (02) fases, nomeadamente uma primeira sessão mediante videoconferência, de 4 a 13 de Junho de 2018, e uma segunda, pessoalmente de 18 a 22 de Junho de 2018. O objectivo era permitir que os novos recrutados mergulhassem na cultura corporativa do Banco Central.

Quanto ao Programa de Qualificação Profissional, teve início a 30 de Março de 2017 e terminou a 15 de Março de 2018 para os oitenta (80) candidatos seleccionados no final do teste. Esta formação visa a reforçar sensivelmente o nível de capacitação dos funcionários e a dar-lhes habilidades necessárias com vista a favorecer o seu acesso a cargos de enquadramento, com base numa reforma da política de emprego que privilegia doravante o recurso ao recrutamento interno para suprir as necessidades em pessoal de enquadramento.

Em termos de **Formação conducente a um diploma**, o COFEB administrou a 40ª promoção, cuja formação teórica decorreu de 6 de Novembro de 2017 a 27 de Julho de 2018, de acordo com as normas do sistema académico internacional "Licence-Master-Doctorate" (LMD).

Esta formação contou com a participação de trinta (30) auditores, dos quais vinte e cinco (25) nacionais dos Estados-Membros da União, três (3) do Banco Central da República da Guiné (BCRG) e dois (2) do Banco Central do Congo (BCC).

Relativamente à 41ª promoção do curso conducente ao diploma do COFEB, de cento e sete (107) candidatos dos cento e dezasseis (116) previstos, participaram no teste de pré-selecção realizado em 12 de Junho de 2018, representando uma taxa de participação de 92,24%.

Os ensinamentos relativos à pré-sessão tiveram início em 5 de Novembro de 2018, em benefício dos trinta e dois (32) auditores seleccionados, dos quais trinta e um (31) eram provenientes dos Estados membros da União e um (1) do Banco Central da República da Guiné (BCRG).

5.2.1.2.2 - Conferências-actualidade

No quadro da sensibilização do público sobre a actualidade económica, monetária e financeira, o COFEB realizou quatro (4) conferências-actualidade sobre os seguintes temas:

- *"A Mobilização dos recursos fiscais e luta contra a pobreza e a desigualdade nos países em desenvolvimento" liderada pela Professora Anne Sophie ROBILLARD, Pesquisadora da UMR DIAL (Desenvolvimento, Instituições e Globalização), do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e da Universidade de Paris-Dauphine, em 14 de Junho de 2018;*
- *"Modelação e simulação dos efeitos do capital humano e da fiscalidade no crescimento económico e no bem-estar" liderada pelo Sr. Mbaye DIENE, Professor de Economia na Faculdade de Ciências Económicas e de Gestão (FASEG) da Universidade Cheikh Anta DIOP (UCAD) em Dakar, Professor Associado no COFEB, em 13 de Julho de 2018.*
- *"A África Subsariana e a gestão das suas integrações regionais", moderada pelo Professor Patrick PLANE, docente principal do Centro de Estudos e de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional (CERDI) em Clermont-Ferrand, a 25 de Julho de 2018;*
- *"Actividades bancárias transfronteiriças e inovação e financeira: novas tendências e implicações para a inclusão financeira na UEMOA", apresentado pelo Professor Issouf SOUMARE, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Administração da Universidade Laval (Canadá), em 22 de Novembro de 2018.*

5.2.1.2.3 - Formação de funcionários das administrações económicas e financeiras, das instituições de crédito, dos sistemas financeiros descentralizados e instituições parceiras

As acções de formação de qualificação de curta duração foram organizadas de acordo com as necessidades recolhidas junto das instituições de crédito. Foram realizadas num contexto de grande abertura, em colaboração com a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) do Luxemburgo, a Universidade de Paris-Dauphine e a Escola dos Altos Estudos Comerciais de Paris (HEC-Paris).

Assim, foi organizado conjuntamente com o ATTF um curso de formação e coaching destinado a apoiar as instituições de crédito na transposição dos acordos de Basileia II e Basileia III para a zona da UEMOA. Este percurso, composto por quatro (4) sessões, reuniu executivos de trinta e quatro (34) instituições de crédito dos oito (8) Estados-Membros da União.

Uma conferência dedicada aos membros das estruturas de governação foi realizada em 28 de Maio de 2018, com a presença de 46 (quarenta e seis) Directores Gerais e membros dos Conselhos de Administração dos Bancos. Este Percurso terminou com a apresentação dos trabalhos do grupo durante uma sessão plenária realizada de 3 a 5 de Dezembro de 2018 em Dakar (Senegal), na presença dos Directores Gerais e dos membros dos Conselhos de Administração dos Bancos.

Para além deste Percurso, foi organizado um seminário sobre controlo e auditoria internos de 25 a 29 de Junho de 2018 em Dakar (Senegal) para as instituições de crédito da União. A sessão com trinta (30) participantes foi facilitada por um Consultor da ATTF do Luxemburgo. De 3 a 5 de Dezembro de 2018 realizou-se igualmente um seminário sobre a introdução à cibersegurança nas instalações do Banco Central em Dakar.

No âmbito do Programa BCEAO/HEC-Paris de reforço das capacidades de gestão do sector bancário da União, um Curso de Gestão Geral (PMG) do tipo "Certificado Executivo Gestão Geral das Actividades Bancárias (CEMGAB)" foi implementado em Dakar e um curso do tipo "Certificado Executivo Gestão de Recursos Humanos (CEMRH)", em Abidjan.

No quadro da implementação das acções do Programa BCEAO/BEAC/BCC para o reforço das capacidades dos agentes das administrações económicas e financeiras e dos bancos centrais dos Estados da África Ocidental, da África Central e das Comores, dois (2) seminários regionais foram organizados sobre os seguintes temas:

- « *Avaliação económica dos projectos: uma Análise Custo-Benefício (ACB)* » em colaboração com a Escola dos Altos Estudos Comerciais (HEC, sigla em francês) de Montreal (Canadá), em Dakar, de 9 a 13 de Abril de 2018;
- *"Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD)"*, em Douala, de 30 de Julho a 3 de Agosto de 2018.

Para além destes seminários regionais do Programa, um seminário sub-regional sobre o tema *"Mercados Financeiros e Financiamento do Desenvolvimento nos Estados membros da UEMOA"* foi organizado em Dakar de 17 a 21 de Dezembro de 2018. Reuniu vinte e seis (26) participantes das administrações económicas e financeiras dos Estados membros da UEMOA e um agente do BCEAO.

Para além das acções do presente programa, dois (2) seminários sobre os seguintes temas: *"Supervisão do risco de crédito utilizando a abordagem baseada no risco"* e *"Programação e Políticas financeiras"* foram organizados em conjunto com a AFRITAC Ocidental.

Em benefício dos Magistrados dos Estados membros da União, o COFEB organizou, juntamente com a Direcção de Assuntos Jurídicos do Banco (DAJ), uma sessão de formação de formadores sobre a divulgação dos textos de base da UMOA e do BCEAO, de 17 a 19 de Outubro de 2018, nas instalações da Sede.

Além disso, a pedido da Direcção das Conjuntura Económica e das Análises Monetárias, o COFEB implementou um curso de formação conjunto com a Universidade de Paris-Dauphine sobre a gestão da tesouraria dos bancos e o mercado monetário da UEMOA, de 4 a 8 de Dezembro de 2018, nas instalações do Banco Central. Esta sessão reuniu quarenta (40) Tesoureiros das instituições de crédito e dois (2) agentes do BCEAO.

5.2.1.2.4 - Cooperação com Institutos parceiros

No âmbito da sua cooperação com os institutos parceiros, o COFEB participou na reunião anual do Comité Executivo do Programa de Formação em Microcrédito do Centre de Formation de la Profession Bancaire (CFPB), realizada em 5 de Abril de 2018 em Paris (França), na reunião anual dos Directores de Formação dos Bancos Centrais francófonos em Agosto em Nouakchott e no Fórum dos Países Parceiros da Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) de 1 a 3 de Outubro de 2018 no Luxemburgo. Uma delegação desta Agência realizou uma visita de trabalho à Sede do BCEAO de 4 a 6 de Dezembro de 2018.

Por outro lado, uma delegação do Banco Central do Congo, em visita à Sede do BCEAO, realizou várias sessões de trabalho, nomeadamente com o COFEB, sobre as modalidades de cooperação entre as duas instituições e com a Direcção da Gestão das Carreiras e Competências (DGCC) sobre as acções de formação em gestão a realizar em 2019.

No que se refere ao seguimento das actividades do Centro Africano de Estudos Superiores e de Gestão (CESAG), a 5ª reunião extraordinária e a 36ª sessão ordinária do seu Conselho de Administração realizaram-se sob a presidência do Governador do BCEAO, Presidente do Conselho de Administração do CESAG.

5.2.2 - Património imobiliário

O Banco Central prosseguiu em 2018, o seu programa de consolidação e extensão das infraestruturas da sua rede de Agências Auxiliares e realização do seu Centro de Tratamento Fiduciário.

Para o alargamento da rede das Agências Auxiliárias, as empresas carregadas pelas obras de construção das Agências de Kayes no Mali, Tahoua no Níger e Saint-Louis no Senegal foram seleccionadas por concursos públicos. Os obras de construção iniciaram-se em Kayes e Tahoua. Quanto à Agência Auxiliar de Saint-Louis, as diligências estão em curso junto dos serviços competentes da República do Senegal para a disponibilização da parcela atribuída ao Banco Central.

No âmbito da consolidação do património imobiliário, as obras de ampliação e reabilitação dos edifícios da Agência Auxiliar de Bobo-Dioulasso iniciaram-se no segundo trimestre de 2018, na sequência da selecção de empresas por concurso público. No que diz respeito à reabilitação e ampliação dos edifícios das Agências Auxiliares Maradi e Zinder, os concursos organizados permitiram seleccionar as empresas que iniciarão as obras durante o primeiro trimestre de 2019. Além disso, estão sendo realizados estudos técnicos para adequar os edifícios das Agências Auxiliares Abengourou e Kaolack às normas funcionais e de segurança, com o objectivo de seleccionar as empresas para realizar os trabalhos durante 2019.

Os trabalhos no Centro de Processamento Fiduciário de Yamoussoukro começaram a 26 de Março de 2018 e deverão estar concluídos no último trimestre de 2019.

5.2.3 - Sistema de informação e de comunicação

Em 2018, o BCEAO prosseguiu a implementação de projectos que visam consolidar a carteira de aplicações informáticas, bem como reforçar a segurança dos seus sistemas e redes. A este respeito, foi colocada em produção uma nova aplicação de gestão de compras, que substituiu alguns dos módulos do pacote de software Oracle Applications.

Por outro lado, vários projectos em curso, nomeadamente a revisão do sistema de informação contabilística, a modernização da Central de Balanços, a automatização das operações de mercado e a da supervisão dos emissores de moeda electrónica, registaram progressos significativos.

No que diz respeito ao reforço da segurança do Sistema de Informação, os trabalhos realizados no âmbito da consolidação da protecção dos dados bancários foram bem-sucedidos com a obtenção, em Abril de 2018, da certificação da norma internacional de segurança dos cartões de pagamento PCI-DSS. Além disso, a resiliência do Banco a catástrofes de grandes proporções foi reforçada com a interligação por fibra óptica dos centros de processamento de produção em Dakar e do centro de emergência em Abidjan. Esta nova infra-estrutura melhorou significativamente os testes anuais do Plano de Continuidade de Informática e Telecomunicações (PCIT).

5.2.4 - Dispositivo de gestão dos riscos e actividades de controlo

As actividades realizadas durante a ano 2018 a título do dispositivo de gestão dos riscos e das actividades de supervisão inscrevem-se na continuação de seu alinhamento com os padrões internacionais. Estas acções incidiram nomeadamente sobre a actualização da **cartografia dos riscos** e das ferramentas de gestão da continuidade das actividades, a criação da base de incidentes bem como sobre o reforço da segurança do sistema de informação. As diferentes actividades de supervisão (controlo das operações, auditoria interna e controlo externo) foram realizadas regularmente a nível das estruturas operacionais do Banco.

Os trabalhos relativos à actualização anual da cartografia dos riscos operacionais foram realizados em 2018. Para o efeito, foram organizadas, sessões de acompanhamento das estruturas da Sede e localidades afastadas bem como de Agrupamentos de Melhoria de Processo(GAP). Por outro lado, o relatório anual sobre os riscos para o exercício 2017 foi analisado e submetido ao Comité dos Riscos Operacionais (CRO) e apresentado ao Comité de Auditoria do Banco. Além disso, o sistema de recolha e acompanhamento de incidentes operacionais está operacional.

Em relação à **gestão da continuidade das actividades**, as diligências implementadas que se inscrevem na vontade de manter em condição operacional o Plano de Continuidade das Actividades (PCA) permitiram actualizar os instrumentos de gestão de crise e de continuidade das actividades de cada estrutura do Banco. Foram igualmente realizados testes aos sistemas de apoio técnico e de apoio aos utilizadores para avaliar o alinhamento das ferramentas disponíveis com as suas necessidades de resiliência e o nível de preparação dos Serviços do Banco. Do mesmo modo, prosseguiu-se o programa de sensibilização para as várias unidades de crise

A nível da **segurança dos sistemas de informação**, a liderança do sistema de luta contra o cibercrime permitiu realizar progressos significativos no reforço e melhoria contínua da segurança das operações do Banco Central.

O sistema de gestão do risco de segurança da informação foi coordenado através da coordenação das acções das várias entidades envolvidas na identificação e avaliação do risco, bem como do apoio às estruturas operacionais na escolha das opções de tratamento do risco e na selecção das medidas de mitigação adequadas. A cartografia dos riscos de segurança da informação e o plano de tratamento associado são regularmente comunicados ao Comité de Estratégia Informática (CSI).

Foram igualmente realizados importantes trabalhos no âmbito do Programa de Segurança do Cliente (PSC) da SWIFT, da certificação da norma PCI DSS, do reforço da segurança dos sistemas de pagamento operados pelo BCEAO e da revisão da aplicação de tratamento das operações de transferência fora UMOA (TRANSFERÊNCIAS). Eles tornaram possível fazer melhorias significativas no sistema de revisão de autorizações, no monitoramento de vulnerabilidades e ameaças e na administração de plataformas de mensagens financeiras.

Por outro lado, várias acções de formação e de sensibilização em matéria de segurança da informação foram organizadas na Sede e em locais remotos em benefício dos utilizadores dos sistemas de informação do BCEAO.

Foram realizadas outras acções de sensibilização mais específicas em benefício dos utilizadores das plataformas de mensagens financeiras e de todos os agentes envolvidos na banca electrónica. Além disso, foram realizadas sessões de formação, por videoconferência, sobre o controlo interno das estruturas encarregadas dos sistemas de informação para os chefes destas estruturas, os controladores das operações das principais agências e os chefes das agências auxiliares.

As diligências relativas às actividades de **controlo das operações** incidiram sobre a verificação da conformidade das operações com base no plano de controlo anual e o seguimento da implementação das recomendações dos diferentes corpos de controlo. Este trabalho foi realizado por um pessoal de sessenta (60) controladores de operações em 31 de Dezembro de 2018, bem como pelos Chefes das Agências Auxiliares e seus Assistentes.

No âmbito do controlo da gestão das reservas cambiais do BCEAO, foram regularmente efectuadas análises trimestrais do cumprimento das regras de investimento das reservas cambiais, à atenção do Comité de Direcção e de Supervisão da Gestão das Reservas Cambiais (COSGRC).

A título da **auditoria interna**, as actividades realizadas em 2018 abrangeram a execução do programa anual de controlos e o reforço da eficiência da auditoria interna do Banco.

Os controlos realizados tiveram como objectivo garantir o cumprimento das disposições legais, regulamentares e contractuais, a eficácia e eficiência das operações, a salvaguarda dos activos do Banco, a fiabilidade da informação e a segurança dos sistemas de informação e pagamento.

No total, a execução do programa anual 2018 traduziu-se pela realização de quarenta e oito (48) missões das quais dezassete (17) auditorias de estrutura, vinte e uma (21) auditorias das actividades fiduciárias, uma (1) auditoria de processo (em curso), uma (1) auditoria temática, quatro (4) auditoria de sistemas de informação, duas (2) auditorias de transferências emitidas à Direcção das Operações de Mercado e dois (2) inquéritos.

As auditorias de estrutura abrangeram quinze (15) Agências das Direcções Nacionais do BCEAO para o Benin, a Côte d'Ivoire, o Níger e o Senegal, a Direcção dos Serviços Centrais (DSG), bem como o Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA. Estas auditorias incidiram nomeadamente sobre os aspectos ligados à governação, em particular, a pilotagem das actividades, o controlo das operações e a gestão dos riscos.

As vinte e uma (21) auditorias das actividades fiduciárias decorreram nas Agências de todas as Direcções Nacionais, excepto a para o Benin, e disseram respeito à avaliação da realização das actividades e condições de tratamento das transacções em numerário. Estas missões procederam igualmente à verificação das detenções em moeda e à destruição de notas anuladas.

A presente auditoria diz respeito ao processo R1-Política monetária. Destina-se a proporcionar uma garantia sobre o grau de controlo dos riscos inerentes às actividades deste processo. A auditoria temática, já realizada, centrou-se na gestão dos contratos de seguro do Banco.

No que respeita aos sistemas de informação, foi efectuada uma auditoria ao projecto de redesenho da aplicação TRANSFERTS, uma avaliação da segurança dos sistemas e redes do Banco e uma auditoria de segurança à plataforma local de transacções financeiras SWIFT. Foi igualmente realizada uma auditoria de conformidade com a norma PCI-DSS para a segurança dos cartões bancários junto de um prestador de serviços do Banco.

A título das missões específicas, foram efectuadas duas (2) auditorias semestrais da conformidade das transferências emitidas na Direcção das Operações de Mercados (DOM) e, foram efectuados dois inquéritos na Agência Principal de Abidjan e na Agência Auxiliar de Parakou a pedido das Autoridades do Banco.

Durante o período em análise, o reforço das capacidades da auditoria interna prosseguiu-se, através de diversas acções de formação realizadas a favor dos Auditores internos. Assim, vários Auditores internos participaram em seminários organizados pelo Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários (COFEB). Estes cursos de formação abrangeram temas como a gestão de riscos, a política monetária, a gestão de notas manchadas e os sistemas de pagamento na UMOA. Do mesmo modo, estágios individuais de formação foram realizados a favor dos Auditores internos do polo "Auditoria dos sistemas de informação" junto de Institutos de formação no estrangeiro.

O seguimento dos trabalhos do controlo externo, incidiu sobre a auditoria das contas do BCEAO a título do exercício 2018 pelo Auditor Principal e os Auditores Nacionais bem como sobre a revista anual da gestão das reservas cambiais pelo Revisor de Contas das operações.

5.2.5 - Dispositivo do Controlo de Gestão

As principais acções realizadas, durante o exercício 2018, incidiram sobre o seguimento da implementação do Plano Estratégico 2016-2018 do BCEAO e do dispositivo de pilotagem de estrutura bem como sobre a prossecução da implementação da contabilidade analítica no Banco. Além disso, foi elaborado um novo Plano Estratégico, abrangendo o período 2019-2021.

No âmbito do Plano Estratégico 2016-2018, o seguimento da execução dos projectos previstos, durante o ano 2018, foi realizado periodicamente através da revista trimestral do estado de evolução dos referidos projectos, efectuada pelo Comité de pilotagem do Plano Estratégico. Globalmente, os projectos estratégicos registados pelas Estruturas do Banco foram adequadamente desenvolvidos nesta fase.

Durante o período em análise, o Banco começou a desenvolver o seu novo Plano Estratégico 2019-2021, a fim de continuar a lidar eficazmente com as incertezas e rápidas mudanças do seu ambiente. Este Plano foi concebido baseando-se em diagnósticos Estratégicos de todos os processos do Banco, assentes na análise das forças e fraquezas bem como nas ameaças e oportunidades dos referidos processos. Estes diagnósticos, realizados através do forte envolvimento de pilotos de processo, dos responsáveis de estruturas e de alta direcção, permitiram actualizar os desafios identificados no Plano anterior. A maior inovação, em 2018, tem sido a de orientar o pensamento prospectivo sobre os temas que podem representar desafios significativos para o Banco Central nos próximos anos.

No final dos trabalhos, realizados de Março a Novembro de 2018, foram identificados os principais desafios enfrentados pelo Banco nos próximos anos. Estes desafios estão repartidos em torno de quatro eixos estratégicos:

- O eixo 1 é relativo à "*Governança dos processos e dos riscos*";
- O eixo 2 concerne à "*Estabilidade Monetária*";
- O eixo 3 incide sobre a "*Estabilidade e inclusão financeira, financiamento das economias*";
- O eixo 4 centra-se na questão da "*Eficiência de recursos*".

Para enfrentar todos os desafios do Plano Estratégico 2019-2021, foram identificados treze (13) objectivos estratégicos, repartidos em trinta e nove (39) objectivos operacionais. Os indicadores para alcançar estes objectivos, através dos projectos a realizar, também foram definidos. Para cada projecto, a estrutura responsável desenvolveu um plano de acção detalhado, identificando claramente a distribuição de sua implementação ao longo do tempo para cada ano do Plano Estratégico.

Os recursos adicionais necessários para alcançar os objectivos do próximo Plano Estratégico foram estimados por cada estrutura. A sustentabilidade financeira do plano foi tida em conta com base num quadro orçamental plurianual que abrange o período 2019-2021.

No que respeita ao sistema de gestão da estrutura destinado aos gestores das estruturas do Banco e orientado para o desempenho, a maioria das acções de melhoria identificadas na sequência da revisão em 2017 dos quatro (4) anos de funcionamento deste sistema foram implementadas. O seguimento prossegue-se para garantir uma melhor apropriação da metodologia pelos actores interessados.

Na área da contabilidade analítica, o trabalho de apoio aos processos continua.

5.2.6 - Sistema de Gestão da Qualidade do BCEAO

No âmbito do seguimento da certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) à versão 2015 da norma ISO 9001, o Banco Central submeteu o referido Sistema a uma auditoria anual de supervisão. Esta avaliação externa, efectuada de 17 a 21 de Setembro de 2018, pelo Gabinete Bureau Veritas, abrangeu todos os processos na Sede e uma amostra de processo no Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA, na Agência Principal de Lomé, bem como nas Agências Auxiliares de Kaolack, de San Pedro e de Kara.

A auditoria concluiu que o SMQ do Banco Central continua a responder satisfatoriamente às exigências do quadro e dispõe dos recursos e das competências necessárias para atingir os seus objectivos.

5.3 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5.3.1 - Cooperação monetária e financeira

5.3.1.1 - Relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI)

Durante o ano 2018, todos os Estados membros da UEMOA, implementaram programas apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

As operações efectuadas pelo Banco Central com o FMI, para a conta dos Estados membros da UEMOA, saldaram-se, durante o ano 2018, pelas entradas líquidas de recursos de 206,01 milhões de DSE contra 143,25 milhões de DSE um ano mais cedo. Esta situação resulta do significativo acréscimo dos saques dos recursos do FMI, atenuado pela alta dos reembolsos. Com efeito, os saques cifraram-se em 419,98 milhões de DSE contra 320,96 milhões de DSE no ano anterior, ou seja uma alta de 99,02 milhões de DSE. Tratando-se de reembolsos, eles aumentaram de 34,48 milhões de DSE, passando de 176,16 milhões de DSE para 210,64 milhões de DSE. Por outro lado, nenhuma remissão da dívida foi concedida aos Estados membros da União a título do ano 2018, à semelhança do ano precedente.

Os encargos suportados pelo BCEAO e os Estados membros em 2018, cifraram-se em 10,81 milhões de DSE (8.560,63 milhões de francos CFA) contra 4,62 milhões de DSE (3.697,53 milhões de francos CFA) no ano precedente. Dizem respeito às comissões pagas pelo BCEAO e encargos com juros ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (FCA).

A título da remuneração das suas posições credoras em 2018, o montante pago pelo FMI aos Estados membros da UEMOA aumentou de 4,42 DSE, fixando-se em 7,48 milhões de DSE (5.868,87 milhões de francos CFA) contra 3,06 DSE (2.456,61 milhões de FCFA) no ano precedente.

A 31 de Dezembro de 2018, o estoque das aquisições de DSE cifra-se em 752,79 milhões de DSE (602,53 bilhões de FCFA) em alta de 40,45% em relação aos finais de Dezembro de 2017.

5.3.1.2 - Relações com outras instituições

O BCEAO participou nas duas reuniões tradicionais dos Ministros das Finanças dos países da Zona franco a título do ano 2018, realizadas respectivamente em Abril em Brazzaville, no Congo e Outubro 2018 em Paris, na França. Além da análise das perspectivas económicas e do estado da convergência na Zona, os trabalhos destes encontros incidiram nomeadamente sobre a mobilização das receitas finanças e das reflexões sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Globalmente, a situação de convergência na Zona Franco melhorou ligeiramente, tendo três (3) países membros da UEMOA (Guiné-Bissau, Mali e Senegal) cumprido todos os critérios de primeiro nível.

Em relação aos desafios relacionados com a mobilização de recursos internos, foram feitas as seguintes recomendações principais: (i) melhorar o desempenho das administrações fiscais e aduaneiras, (ii) racionalizar as despesas fiscais, (iii) tratar melhor o problema da luta contra a fraude fiscal e (iv) a modernização efectiva dos sistemas fiscais e de pagamento de impostos. No que se refere aos debates sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, verificou-se que a zona francófona continua a enfrentar uma dupla ameaça: o desenvolvimento de fluxos financeiros ilícitos e o ressurgimento do financiamento do terrorismo. Para fazer face a estas ameaças, foram identificadas cinco (5) linhas de acção principais, a saber: i) coordenação entre os intervenientes nacionais e regionais na aplicação das recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), ii) a melhoria dos quadros jurídicos e institucionais, integrando a noção de risco, iii) o reforço da coordenação da acção das autoridades de supervisão e das Unidades de Informação Financeira, iv) a consolidação das iniciativas em curso entre Estados e v) o desenvolvimento de políticas penais e aduaneiras.

5.3.2 - Integração económica e monetária

O Instituto emissor participou activamente na implementação dos projectos integradores da União. Neste aspecto, ele participou na reunião da Agenda Algodão Têtil da UEMOA, consagrada ao relance da competitividade do sector e à transformação do algodão. Participou igualmente nos trabalhos preparatórios da elaboração da terceira fase do Programa Económico Regional (PER).

Por outro lado, o Banco Central prosseguiu, em colaboração com a Comissão da UEMOA e o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), a implementação da Iniciativa Regional para a Energia Sustentável (IREN) e o seguimento da implementação dos projectos financiados no âmbito desta Iniciativa. Participou igualmente na revisão dos textos que criam o Fundo Europeu de Desenvolvimento da Energia (FED), a fim de lhe conferir personalidade jurídica.

Em matéria de integração monetária no seio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o BCEAO participou em Fevereiro de 2017 em Banjul, Gâmbia e Setembro de 2018 em Abuja, na Nigéria, nas Reuniões estatutárias da Agência Monetária da África Ocidental (AMAO). Os principais pontos analisados durante estes encontros incidiram sobre a implementação do Programa de Cooperação Monetária da CEDEAO (PCMC) e as questões administrativas.

Relativamente à implementação do PCMC, verifica-se que a situação macroeconómica no seio da Comunidade melhorou-se, com uma taxa de crescimento que se situou em 2,3% (6,6% para a UEMOA) em 2017, contra 0,2% (6,4% para a UEMOA, um ano mais cedo. A taxa de inflação média anual da CEDEAO atingiu 13,8% (0,3% para a União) em 2017, contra 13,2% (0,8% para a União) um ano mais cedo, após essencialmente a insuficiência das reservas externas e ganhos em moedas estrangeiras. Neste contexto, quatro (4) países, nomeadamente a Guiné-Bissau, o Mali, o Senegal e o Togo, cumpriram todos os critérios de primeira ordem, contra um (1) país (Libéria) em 2016. As normas relativas ao défice orçamental e à taxa de inflação revelaram-se as mais difíceis de cumprir. Sete (7) e onze (11) países respectivamente cumpriram-no em 2017, contra três (3) e doze (12) países em 2016. Riscos potenciais Existem riscos potenciais para as perspectivas económicas a médio prazo da região, designadamente:

- (i) o carácter não inclusivo do crescimento e a dependência das economias dos produtos de exportação;
- (ii) fraca capacidade de produção e progressos lentos nas reformas estruturais necessárias para melhorar o enquadramento empresarial;
- (iii) a persistência de dificuldades no controlo do défice orçamental, devido a uma mobilização insuficiente das receitas e a níveis elevados de despesas de funcionamento, incluindo subvenções e pagamentos de juros.

Na área da harmonização das políticas económicas e financeiras com vista da criação da moeda única da CEDEAO em 2020, acções foram iniciadas para a adopção de um quadro político monetário e de regime de câmbio comum. A este respeito, o BCEAO participou nas reuniões técnicas organizadas sobre estas questões.

As questões administrativas centraram-se principalmente no projecto de transformação da AMAO no Instituto Monetário da CEDEAO (IMC). Esta transformação visa reforçar a AMAO a fim de lhe permitir desempenhar um papel mais eficaz no processo de integração regional, incluindo a realização de todos os trabalhos preparatórios necessários para a criação do futuro Banco Central da CEDEAO e a criação da moeda única da África Ocidental.

Além disso, no quadro do financiamento das actividades do roteiro revisto para a criação da moeda única da CEDEAO, foi criado um Fundo Especial pela Decisão nº A/DEC.3/07/18 da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO de 31 de Julho de 2018, realizada em Lomé, Togo. Este Fundo está dotado de um montante de seis milhões (6.000.000) de dólares americanos, repartidos entre o Banco Central da Nigéria, o BCEAO e o Banco do Gana. A este respeito, o BCEAO começou a pagar a sua parte do financiamento deste Fundo. Este último é gerido por um Conselho de Administração composto por sete (7) membros nomeados pelo Comité Ministerial da Task Force Presidencial, incluindo um (1) representante do Presidente da Comissão da CEDEAO que o preside, três (3) representantes dos bancos centrais, dois (2) representantes dos Ministros das Finanças dos Estados-Membros e um (1) representante da Comissão da CEDEAO responsável pelo Secretariado. O Comité de gestão do referido Fundo realizou a sua primeira reunião em 16 de Novembro de 2018 em Abidjan, na Côte d'Ivoire.

ANEXO

LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DIVULGADOS

PELO BCEAO PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Publicações anuais

- 1 - Anuário dos bancos e instituições financeiras
- 2 - Anuário estatístico
- 3 – Mapas financeiros do BCEAO
- 4 – Balanço de pagamentos e posição externa global dos Estados membros da UMOA
- 5 - Balanços e contas de resultados dos bancos e instituições financeiras
- 6 - Perspectivas económicas dos Estados da UEMOA
- 7 – Relatório anual do BCEAO
- 8 - Relatório anual da Comissão Bancária da UMOA
- 9 – Relatório anual sobre os sistemas de pagamento do BCEAO
- 10 – Relatório sobre a evolução dos preços nos consumidores na UEMOA e perspectivas
- 11 – Relatório sobre o comércio externo da UEMOA
- 12 – Relatório sobre a competitividade das economias da UEMOA
- 13 - Relatório sobre as condições de banco na UEMOA
- 14 – Situação dos serviços financeiros via a telefonia móvel na UEMOA

Publicação semestral

- 13 – Revista Económica e Monetária

Publicações Trimestrais

- 16 - Boletim trimestral de estatísticas
- 17 – Nota de informação
- 18 - Relatório sobre a Política Monetária

Publicações Mensais

- 19 - Boletim mensal de estatísticas

OBRAS

- 20 - Notas e moedas na Zona UMOA (das origens a 2012). BCEAO, Dakar, 2012.
- 21 - História da UMOA (3 tomos em francês e em inglês). Georges Israël Editeur, Paris, 2000.
- 22 – Integração monetária e mutações do sistema financeiro internacional: desafios e perspectivas, BCEAO, L'Harmattan, Dakar, 2014.
- 18 - Metodologia de Análise Financeira. BCEAO, Dakar, 2004.

- 24 - Plano Contabilístico Bancário da UMOA (4 volumes). BCEAO, Dakar, 1994.
- 25 – Qual sector bancário para o financiamento das economias da UEMOA. Edições BCEAO, L'Harmattan, Dakar, 2011.
- 26 - Coletânea de textos legais e regulamentares que regem a actividade bancária e financeira na UMOA. BCEAO, 1ª ed. 2003, 2ª ed. 2016.
- 27 - Coletânea de textos legais e regulamentares aplicáveis aos sistemas financeiros descentralizados na UMOA, BCEAO, 2013.
- 28 - Referencial contabilístico específico dos sistemas financeiros descentralizados da UMOA. BCEAO, 2009.
- 29 - Sistema Contabilístico Oeste Africano (SYSCOA) (4 tomos).
- - Plano contabilístico geral das empresas. Edição Foucher, Paris, 1996.
 - - Guia de aplicação. Edição Foucher, Paris, 1997.
 - - Sistema mínimo de tesouraria, Edição Foucher, Paris, 1997.
 - - Quadros de correspondência. Edição Foucher, Paris, 1997.
- 30 - Sistema Contabilístico Oeste Africano (SYSCOA). Lista integral das contas e mapas financeiros, BCEAO, Dakar, 2005.
- 31 – Livro de ouro do 40º aniversário do BCEAO. Georges Israël Editeur, Paris, 2004.
- 32 – Colecção das obras de arte contemporânea do BCEAO. Georges Israël Editeur, Paris, 2005.



BCEAO

BANQUE CENTRALE DES ETATS
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

Avenue Abdoulaye FADIGA
BP 3108 - Dakar - Sénégal
www.bceao.int